CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

INFÂNCIAS INTERROMPIDAS: UMA ANÁLISE SOBRE AS NARRATIVAS DO GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA EM VEÍCULOS DA MÍDIA HEGEMÔNICA E CONTRA-HEGEMÔNICA NO RIO DE JANEIRO

Vanessa Almeida da Silva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico Raciais.

Orientadora: Profª Drª Maria de Fátima Lima Santos

Rio de Janeiro
Abril de 2023

INFÂNCIAS INTERROMPIDAS: UMA ANÁLISE SOBRE AS NARRATIVAS DO GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO NEGRA EM VEÍCULOS DA MÍDIA HEGEMÔNICA E CONTRA-HEGEMÔNICA NO RIO DE JANEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico Raciais.

Vanessa Almeida da Silva

Banca Examinadora:

_____

Professora Dra. Maria de Fátima Lima Santos (CEFET/RJ)

_____

Professor Dr. Denilson de Oliveira (UERJ)

_____

Professor Dr. Fábio Sampaio de Almeida (CEFET/RJ)

SUPLENTES

_____

Professora Dra. Vanessa Ribeiro Teixeira (UFRJ)

_____

Professora Dra. Talita de Oliveira (CEFET/RJ)

Rio de Janeiro
Abril de 2023

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

S586 Silva, Vanessa Almeida da.
Infâncias interrompidas: uma análise sobre as narrativas do genocídio da população negra em veículos da mídia hegemônica e contra-hegemônica no Rio de Janeiro / Vanessa Almeida da Silva. — 2023.
119f. + anexo : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2023.
Bibliografia : f. 110-119
Orientadora: Maria de Fátima Lima Santos

1. Negros na comunicação de massa – Rio de Janeiro. 2. Mídia – Divulgação imprensa. 3. Divulgação de informação. 4. Relações étnicorraciais. 5. Genocídio. I. Santos, Maria de Fátima Lima. (Orient.). II. Título.

CDD 302.23098153

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

AGRADECIMENTOS

Pandemia da Covid-19. Home office. Meu filho com 1 ano e 1 mês. Medo, muito medo. Mas coragem também, e vontade de realizar um sonho que na maior parte da minha vida eu acreditei que não era para mim. Eis que veio ela, me amparando e sustentando como sempre. Minha mãe, meu exemplo, minha base. Marlete Maria, para você será sempre o meu primeiro agradecimento.

Obrigada Fábio Akin, meu filho, quem me dá e me tira as forças na mesma intensidade. Obrigada por sempre entender a mamãe e por sempre estar ao meu lado. Às vezes no meu colo, às vezes querendo tirar a minha blusa para mamar, mas sempre ao meu lado. Te amo filho! Agradeço também ao meu companheiro, Fábio Alves.

Agradeço a quem olha por mim, em um plano que eu não sei qual é. Com certeza existe alguém que olha por mim. Sozinha no plano terrestre eu não estaria aqui.

Agradeço a quem me abriu as portas e esteve comigo durante todo o percurso, minha orientadora Professora Fátima Lima. Ao grupo de estudos Ori, meu muito obrigada!

Agradeço a quem me apresentou a possibilidade de cursar um mestrado e me ajudou no início de tudo isso aqui: Professores Cristiano Henrique e Patrícia Saldanha.

O que seria dessa loucura que é o mestrado sem um amigo para todas as horas, um parceiro e companheiro que conheci no PPRER e vou levar para a vida? Marco Antônio Fera, como já te disse, esses dois anos não teriam sido os mesmos sem você. Obrigada pela generosidade, compreensão e risadas de sempre.

Agradeço a Monique Paulla, a amiga acadêmica que me acompanhou durante todo o processo.

À minha irmã Juliana Baraúna, obrigada por existir. Apenas isso já basta. Obrigada à minha irmã Mônica Cristina, por vibrar com as minhas conquistas que também são suas. À amiga, irmã e agora comadre que me acompanha desde quando a memória já falta: Vanessa Davel. Obrigada por tudo!

Obrigada a amiga distante, mas super perto Vera Rubia. Renata Athayde e Gabriela Alves me lembravam o tempo todo o quanto eu era capaz. Amo vocês! Aos

amigos e companheiros de trabalho: obrigada pelo incentivo e por muitas vezes segurarem o que eu já não conseguia segurar.

Obrigada a todos os que de alguma forma me ajudaram a chegar até aqui!

Por fim, agradeço a quem veio antes de mim. Estamos mudando a história desse mundo tão perverso para nós. Ubuntu!

RESUMO

Infâncias interrompidas: uma análise sobre as narrativas do genocídio da população negra em veículos da mídia hegemônica e contra-hegemônica no Rio de Janeiro

Em um contexto em que pessoas negras são mortas diariamente e sistematicamente, por meio de grandes violências gratuitas ou das violências cotidianas, é preciso refletir sobre o papel exercido pela mídia em relação ao assunto. Esta é uma pesquisa sobre como a cobertura do assassinato de Ághata Felix, uma menina negra de oito anos, morta na comunidade Fazendinha, no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, foi realizada por um veículo da mídia hegemônica - o Jornal Extra e por um veículo da mídia contra-hegemônica - o Alma Preta Jornalismo, ambos em suas versões digitais. Para buscar explicações e tentar entender como é possível uma criança negra ser morta no colo de sua mãe, quando tentava voltar para casa, contextualiza-se essa realidade por meio dos conceitos de racismo(GOMES, 2017; MUNANGA, 2010) e de antinegritude (PINHO, 2021) a partir da perspectiva afropessimista. Reflete-se ainda sobre o conceito de hegemonia a partir do pensamento de Gramsci, considerando que ela é algo que está em constante disputa, não sendo fixa e pré-estabelecida e necessitando inclusive de instituições que a sustentem. Entre essas instituições está a mídia, nesse caso a que é alinhada aos interesses da hegemonia, a chamada mídia hegemônica. Por outro lado, na tentativa de construir novos discursos está a mídia contra-hegemônica. Esta, segundo Moraes (2013) é a que está alinhada aos temas dos movimentos sociais. Utiliza-se Muniz Sodré (2014) para localizar a comunicação como uma ciência e como construtora do que conhecemos como o Comum. Os conceitos de necropolítica de Mbembe (2018) e de biopolítica de Foucault (2008) foram utilizados para buscar entender a política de morte à qual o povo negro vem sendo submetido ao longo da história mundial. A pesquisa apontou que os dois veículos analisados realizaram suas coberturas de formas distintas, o Jornal Extra priorizando a criação de uma personagem para Ághata Félix e o Alma Preta priorizando o contexto político que permitiu com que a menina fosse assassinada da maneira que foi.

Palavras-chave: Necropolítica; Mídias hegemônicas; Mídias contra-hegemônicas.

ABSTRACT

Interrupted childhood - an analysis about the narrative of black population's genocide in hegemonic and non-hegemonic media in Rio de Janeiro

In a context where black people are systematically killed day by day, through free,great, daily violence, a reflection about the role of the media in relation to this topic is needed. This is a research about how the murder of Ágatha Felix, an eight year old black girl from the deprived community of 'Fazendinha',in Complexo do Alemão, was covered by a mean of communication from the hegemonic media- the 'Extra' newspaper and by a mean of communication from a non hegemonic media - the newspaper 'Alma Preta Jornalismo', both in their digital versions. In order to search for explanations and to understand how it is possible that a black child is killed in her mother's lap when trying to get back home, this reality is framed through the concepts of racism from (GOMES 2017; MUNANGA, 2010) and antiblackness (PINHO, 2021) from the afropessimistic perspective. A reflection about the concept of hegemony is proposed from the thoughts of Gramsci, considering that hegemony is a something that is in a constant dispute, nor being fixed or pre stated,in need of institutions that support this concept itself.The media is one of these institutions, in this case the one that is an ally to the interests of hegemony, the one named as hegemonic media. On the other hand, trying to build new narratives is the non hegemonic media. This one, according to Moraes (2013), is the type of media aligned to the social movements motifs. Muniz Sodré (2014) is used to state communication as a Science and a builder of what is known as common.The concepts of necropolitics from Mbembe(2018) and biopolitics from Foucault(2008) were used to try to understand the deadly politics black people have been under throughout world history.

Key words: Necropolitics; Hegemonic media; Non hegemonic media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 –	Ágatha Felix	56
Quadro 1 –	Reportagens e notícias publicadas pelo Jornal Extra sobre o assassinato de Ágatha Felix, entre 21 e 26 de setembro de 2019	58
Fotografia 2 –	Foto que ilustra o depoimento de Marinete Martins Machado ao Jornal Extra em 22/09/2019	84
Fotografia 3 –	Luciana Pimenta, mãe de Kauan Peixoto	85
Quadro 2 –	Textos jornalísticos publicados pelo Alma Preta sobre o assassinato de Ágatha Felix, entre 21 e 26 de setembro de 2019	94

SUMÁRIO

Introdução 11

1 Racismo, antinegritude, genocídio e necropolítica 23
1.1 A invenção da raça: raça, racismo e antinegritude no contexto brasileiro 23
1.2 A construção da ideia do outro e a política de inimizade 30
1.3 A Necropolítica como prática constante nos corpos negros 32
1.4 Mesmo antes da morte do corpo já conhecíamos a morte social: o Genocídio Racial-Colonial 38

2 A mídia na máquina necropolítica 47
2.1 Comunicação como construção do Comum e o Bios Virtual 49
2.2 Racismo, necropolítica e possibilidades de diferentes construções na mídia 52

3 A narrativa construída no Jornal Extra em torno do assassinato de Ághata: a Menina-Maravilha que sonhava em ser bailarina 56
3.1 Inocentes não merecem morrer. Mas alguém merece? 59
3.2 A violência policial e a construção do discurso do despreparo da polícia 67
3.3 Essas ações policiais têm locais para acontecer: a gestão necropolítica do espaço 78
3.4 Somos todos iguais, menos a branquitude. Como o jornal ignorou o recorte racial em sua cobertura 82

4 A narrativa construída pelo Alma Preta sobre o assassinato de Ághata: foco no contexto 92
4.1 A temática do genocídio da população negra e da política de extermínio costurando a narrativa 95

Considerações finais 105

Referências 110

Anexo A 120
Anexo B 123
Anexo C 125
Anexo D 127
Anexo E 131
Anexo F 134
Anexo G 136
Anexo H 144
Anexo I 146
Anexo J 148
Anexo K 152
Anexo L 155
Anexo M 159
Anexo N 163

Introdução

A presente pesquisa versa sobre como a necropolítica atravessa os corpos negros e como é construída a narrativa jornalística sobre essa situação de horror nos veículos Jornal Extra e Alma Preta. Será analisado um caso de morte, o da menina negra Ághata Felix, assassinada aos oito anos, no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, no dia 20 de setembro de 2019.

Em um contexto em que mortes de pessoas negras são noticiadas e exibidas na grande mídia, muitas vezes, de forma sádica e banalizando o genocídio que acomete a população negra, são construídos um discurso e um imaginário coletivo de permissibilidade e naturalização sobre a questão. Essa construção é baseada sobretudo no racismo.

As mortes de pessoas negras na maioria das vezes são retratadas na grande mídia de maneira individualizada, como se elas não fizessem parte de uma política de Estado, ou no mínimo, da falta de políticas públicas voltadas a essa população. População essa que carrega ainda as consequências de uma abolição que nunca aconteceu, apesar de oficialmente ser datada de 13 de maio de 1888, quando após mais de 300 anos de escravização, os negros foram simplesmente libertados, jogados à sua própria sorte. Não houve nenhuma política pública que amparasse quem havia sustentado a economia de um país durante mais de três séculos. Mais que isso, o que foi presente na vida do povo negro foram políticas públicas que negavam acesso a direitos básicos como votar – A Lei Saraiva (1881)[1] era um dos mecanismos que impediam os negros de votar, pois condicionava o voto a comprovação de renda e a saber ler – acesso à educação, à saúde, entre outros.

Em 135 anos fora dos cativeiros oficiais, ainda são poucas as políticas públicas voltadas para a plena cidadania do povo negro. Sejam na área da saúde, da educação, do trabalho, da cultura ou da moradia, elas ainda existem em um número muito inferior ao necessário. Essa falta de políticas públicas também é uma forma de política pública, já que é uma decisão do Estado ou do governo em relação aos problemas sociais em questão (SOUZA, 2006). Dessa forma, essa ausência alimenta a máquina necropolítica, assim como, a máquina necropolítica alimenta a falta de políticas públicas. Existe uma retroalimentação na máquina, pois, como desenvolvo melhor no Capítulo 1, ela não é apenas o matar, mas também o deixar morrer. Com

[1] BRASIL. **Decreto no 3.029, de 9 de janeiro de 1881** [Lei Saraiva]. Reforma a legislação eleitoral. Rio de Janeiro: Império do Brasil, 1881. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva. Acesso em: 27 maio. 2022.

a falta de condições adequadas a uma vida plena, e muitas vezes até mesmo de uma sobrevida, o Estado constrói suas práticas genocidas.

A grande mídia por sua vez, por estar alinhada ao discurso hegemônico e neoliberal, não questiona a ausência de políticas públicas por um lado, e por outro retrata as mortes de pessoas negras, como mais uma, como mais um caso, tendo então um posicionamento permissivo sobre a questão. Da mesma forma, naturaliza a situação, sem demonstrar que existe uma máquina necropolítica operando sobre os corpos negros há mais de 500 anos no Brasil. Naturaliza quando diz que um jovem morreu em confronto com a polícia em uma operação, passando uma ideia de que isso pode acontecer, que é normal, já que a pessoa teria escolhido esse tipo de vida, e não demonstrando que uma operação policial é na verdade uma invasão, às casas e vidas das pessoas que moram onde as operações estão liberadas para acontecer, já que não é em todas as partes de uma cidade que a polícia entra nas casas dos moradores sem consentimento. Naturaliza também quando mostra pessoas negras morrendo em filas de hospitais públicos sem ter atendimento, quando a falta do Estado mata. Apesar de ser o foco deste trabalho, o genocídio da população negra não acontece apenas pela polícia em favelas, acontece quando falta atendimento em hospitais públicos, quando não temos escolas de qualidade, quando não existem políticas culturais em locais de vulnerabilidade, quando falta trabalho, quando falta o que comer. É uma máquina engenhosa de matar negros, que é explicada, entre outros fatores, pelo racismo. Dessa forma, entender o genocídio da população e da infância negra requer a compreensão do que vem a ser o racismo e a racialização negra.

Diversos autores, como Stuart Hall (2013), discutem o conceito de raça como construção discursiva. Atualmente há, de forma geral, um consenso no sentido de que a ideia de raça não se sustenta biologicamente. Para Hall, a raça enquanto conceito biológico não existe, ela é o que ele chama de “significante flutuante”. Flutuante por não ser fixo e precisar estar em constante redefinição e apropriação.

Apesar de a ideia de raça não existir no campo biológico e sim no cultural, incluindo entre estes a linguagem, discursos, narrativas e práticas, o racismo existe enquanto sistema de hierarquização de pessoas por meio da cor da pele, e se faz presente em nossos corpos e mentes todos os dias. Ele segrega e atinge todos os indivíduos que fazem parte dele enquanto sistema, obviamente de formas diferentes. É o racismo que justifica e permite algumas ações e práticas, dentre eles a necropolítica e o genocídio do povo negro, temas que serão os balizadores da discussão deste trabalho. Segundo Mbembe,

> em grande medida, o racismo é o motor do princípio necropolítico, na medida em que esse é o nome dado à destruição organizada, é o nome de uma economia sacrificial

> cujo funcionamento exige, de um lado, a redução generalizada do preço da vida e, de outro, a familiarização com a perda. (MBEMBE, 2020b, p. 69).

Vivemos em uma sociedade em que a morte de pessoas negras é justificável, por inúmeros motivos, e mais que isso, elas foram e continuam sendo uma política de Estado. À essa dimensão política de controlar e regular determinados povos e populações, Achille Mbembe (2018) deu o nome de Necropolítica. O autor acredita que na modernidade, as ideias de biopolítica e de biopoder, ambos conceitos trabalhados por Foucault – que seria a vida e seus processos e mecanismos sendo dominados pela política - não mais dão conta do poder da morte sobre a vida. A partir deles não é possível compreendermos a subjugação da vida ao "poder da morte" e as verdadeiras políticas de mortes a que muitos seres humanos, os seres "matáveis" estão expostos.

A necropolítica é o poder de decisão sobre quem deve viver e quem deve morrer – poder esse balizado pelo racismo. Apesar de a necropolítica ser pensada a partir do colonialismo, ela não ficou no passado e continua a acontecer na ocupação colonial tardia (Mbembe pensa a Necropolítica principalmente a partir da ocupação da Palestina). Para Mbembe ela é a expressão máxima da soberania, constitui seus atributos fundamentais. A soberania é o que define quem importa e quem não importa, quem é matável e quem não é.

A necropolítica tem relação direta com o genocídio que acomete a população negra, pois ambos são frutos do racismo e consequentemente do sistema de plantation que ainda perdura e do neoliberalismo. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) "Genocídio é um crime cometido com o intuito de destruir, o todo ou uma parte de um grupo nacional, ético, racial ou religioso."[2]

Dylan Rodriguez (2017) nos apresenta os conceitos de genocídios racial e racial colonial, que segundo o autor, não são abarcados pela jurisprudência do genocídio. Citando Fanon, ele nos leva a refletir que estar sujeito ao terror, à caça e ao extermínio são as condições sociais presentes na vida negra em formações sociais ocidentais modernas.

Graças a uma política de matabilidade de certos corpos, o genocídio vem ocorrendo há séculos com a população negra. Abdias Nascimento (1978) discorre sobre algumas das práticas que levam ao genocídio, que aconteceram e vêm acontecendo com a população negra. Para o autor, a exploração sexual da mulher africana, o mito do africano livre e o branqueamento da

[2] **ONU promove maior conhecimento sobre o crime de genocídio.** Organização das Nações Unidas. Bruxelas, 9 dez. 2015. Disponível em: https://unric.org/pt/onu-promove-maior-conhecimento-sobre-o-crime-de-genocidio/. Acesso em: 23 jul. 2021.

raça negra foram algumas das estratégias utilizadas durante o colonialismo para exterminar a raça negra.

Atualmente, o genocídio da população negra continua existindo, sob diferentes formas, que assim como o racismo, se reinventam de tempos em tempos. A política estatal de morte de pessoas negras segue tentando acabar com o nosso povo, como demonstram dados que serão mais bem trabalhados no Capítulo 1.

Quando pensamos nos efeitos que o racismo tem na mídia, Muniz Sodré (2015) é um dos autores de referência. Ele reflete sobre o racismo midiático, que segundo ele é suscitado pelos fatores: Negação – A mídia tende a negar a existência do racismo; o recalcamento – não é dada a devida importância para as manifestações simbólicas e práticas de origem negra, tanto no jornalismo como na indústria cultural em seus diferentes produtos; e a estigmatização – em um país de dominação branca, a pele escura tende a tornar-se um estigma. Da identidade virtual nascem os estereótipos e as efabulações em torno do negro, produzindo uma indiferença profissional já que a mídia se organiza enquanto qualquer uma empresa e não manifesta muito interesse em questões como a discriminação dos negros ou das minorias. Por outro lado, é reduzida a presença de negros como profissionais da mídia brasileira.

Sendo assim, o racismo na mídia é institucionalizado, apresenta características estruturais (pois faz parte de uma instituição social) e estruturantes (pois gera um sistema, uma lógica na qual os indivíduos se baseiam). “Nenhuma verdadeira política antirracista pode implantar-se num sistema discursivo como o dessa grande mídia”. (SODRÉ, 2015, p. 280).

Quando Sodré fala sobre a grande mídia ele está se referindo ao que chamaremos neste trabalho também como mídia hegemônica. Ela é aquela alinhada aos interesses de mercado, sem qualquer preocupação com a transformação social. Segundo Sodré (2017) é alinhada aos interesses hegemônicos e ao neoliberalismo.

Ainda para Sodré (2017), é a mídia que nos dias atuais constitui o comum humano. Para o autor, ela não é um mero transmissor de informação, mas sim uma ambiência, uma forma de vida. Ele se baseia na descrição dos três bios de Aristóteles: o do conhecimento, o do prazer e o da política. Sodré acredita que a mídia é o quarto bios, o bios midiático, virtual. Para ele, “tudo que se passa ali é real, mas não da mesma ordem da realidade das coisas.” (SODRÉ, 2017, p. 26).

Para Sodré, para que a comunicação aconteça, três pilares são os necessários: comunidade, vinculação e comum. A comunidade é o centro da comunicação, o espaço simbólico onde ela acontece para além do código, “[...] algo em que sempre estamos, na medida em que sempre nos comunicamos, no interior da distribuição dos lugares e das identificações

constitutivas do laço coesivo.”. (SODRÉ, 2017, p. 209). O Comum é o centro evolutivo da comunicação e sua elaboração tem sido liderada pelo mercado e administrado pelas corporações, atendendo aos interesses dos mesmos; o Comum também é reforçado por sua riqueza simbólica no interior da comunidade. Por isso, é o Comum que entra na disputa capitalista. O Comum é um território sempre em disputa, que está se fazendo e refazendo o tempo todo.

O bios virtual, ou midiático é o “ecossistema da consciência coletiva”. Dessa forma, ao sermos convertidos a ele, é passada a falsa ideia de que tudo o que é importante para a sociedade é encontrado na midiatização, e “[...] são considerados socialmente válidos apenas os discursos legitimados pela articulação das instituições hegemônicas com a mídia” (SODRÉ, 2017, p. 122).

Em meio a disputa da construção do comum, estão os veículos da chamada mídia contra-hegemônica. Diante do fato de a mídia hegemônica atuar na manutenção de um discurso dominante já construído, os veículos contra-hegemônicos desenvolvem suas narrativas a partir de outras perspectivas. Não apenas as pautas são trabalhadas sob enfoques distintos das mídias hegemônicas, mas o modo de produção e a forma de veiculação também são diferentes. Segundo Góes (2007) a mídia contra-hegemônica está alinhada às questões sociais. Sendo assim, são veículos em que questões como a racial, trabalhista ou questões de gênero, por exemplo, são tratados a partir de políticas editoriais (é basicamente por meio da política editorial que são definidos o que publicar, como publicar e por que publicar) que visam desconstruir os pensamentos pré-estabelecidos em uma sociedade.

Seguindo os movimentos acima, a presente dissertação busca analisar como os veículos Jornal Extra e Alma Preta reportaram, entre 21 de setembro de 2019 a 27 de setembro de 2019 a morte da menina negra Ágatha Vitória Sales Felix, de 8 anos, assassinada com um tiro de fuzil nas costas, em 20 de setembro de 2019, na comunidade Fazendinha, no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro. Utilizo o veículo Alma Preta Jornalismo para comparar com o discurso produzido pelo Jornal Extra e buscar entender se existe um contraponto entre essas duas narrativas.

O Jornal Extra é um veículo distribuído no Rio de Janeiro. Pertence ao grupo de empresas Infoglobo Comunicações e Participações S.A, que também é dona dos jornais O Globo, Diário de São Paulo, Expresso, Globo Online, e a Agência O Globo. Foi lançado em 5 de abril de 1998, em formato impresso e atualmente está presente também no digital. Tem como

público-alvo as classes B e C[3]. A narrativa do Jornal Extra muitas vezes é construída de uma forma que parece caminhar em um sentido diferente e por vezes até oposto ao mais conhecido veículo do grupo, o jornal O Globo, já que muitas vezes apresenta uma narrativa mais voltada às questões sociais. A escolha do Jornal Extra se deu pelo fato deste ser parte do mesmo grupo de um dos jornais mais elitizados do país, o Jornal O Globo, voltado para as classes A e B. Ele nasce como o projeto de um conglomerado de comunicação inicialmente voltado para a elite, dessa vez voltado para as classes populares.

Já a agência Alma Preta é especializada na temática racial, segundo apresentação em seu site[4]. Criado em 2015 como um coletivo de universitários e comunicadores negros, o veículo é hoje uma referência na mídia antirracista. Sua equipe é composta por 32 colaboradores – entre jornalistas, designers, videomakers, entre outras funções. A política editorial do Alma Preta é abertamente antirracista e tem feito a diferença em um jornalismo que historicamente retrata o povo preto como animalesco e passível de todos os tipos de violência.

A morte de Ágatha foi um caso de grande repercussão na mídia (hegemônica e contra-hegemônica) e nas redes sociais em todo o Brasil. Demonstra como o racismo e o descaso com as vidas negras aniquilam a infância negra, cortam sonhos e ceifam a esperança. Ágatha foi morta quando voltava para casa com a mãe, durante uma operação policial no conjunto de favelas Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Inquérito da Polícia Civil concluiu que o tiro saiu da arma do policial militar Rodrigo José de Matos Soares e o primeiro julgamento do réu só ocorreu em 9 de fevereiro de 2021, cerca de 1,5 ano após o crime e até o momento da escrita desse texto ainda não foi concluído.

O lugar onde Ágatha morava e foi assassinada, o Complexo do Alemão, é um conjunto com 13 favelas na Zona Norte do Rio de Janeiro. Segundo o último censo do IBGE (2010), com cerca de 100 mil habitantes, o bairro tem o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Rio de Janeiro. O IDH analisa o desenvolvimento de um país, estado ou cidade baseado em critérios indicadores de educação, longevidade e renda. Também segundo o IBGE, 74% da população do Complexo é composta por pessoas negras, índice 27% maior que no restante do município do Rio de Janeiro. Podemos relacionar a grande quantidade de moradores negros à falta do Estado e de políticas públicas nesse território. É a necropolítica mostrando sua cara,

[3] MARINHO, Irineu; MARINHO, João Roberto; MARINHO, José Roberto. Princípios editoriais Grupo Globo. **Extra**, Rio de Janeiro, 6 ago. 2011a. Disponível em: https://extra.globo.com/principios-editoriais/. Acesso em: 21 mar. 2023.

[4] ALMA PRETA. Quem somos. **Alma Preta: jornalismo preto e livre**, São Paulo, [2022]. Disponível em: https://almapreta.com.br/quem-somos. Acesso em: 29 set. 2022.

afinal a falta de estrutura, educação, condições de vida digna também são uma forma de fazer morrer.

Em uma pesquisa preliminar sobre as matérias que analiso neste trabalho, encontrei no Jornal Extra algumas reportagens que tentam construir uma imagem "humanizada" de Ágatha, trazem sua família e principalmente sua mãe como personagens centrais nas narrativas jornalísticas. Em que medida esses textos realmente fazem parte de uma política antirracista? Atualmente existe na grande mídia, algumas vezes, um discurso que se forja como antirracista. Grandes veículos disseminando pautas que parecem ser alinhadas à luta contra o racismo. Pautas antirracistas em veículos da grande mídia, da mídia hegemônica são por si só, algo que gera desconfiança, já que práticas antirracistas, em qualquer área que seja, pressupõem a busca pela ruptura com o discurso dominante, com a ordem estabelecida. Ser contrário ao racismo, se posicionar dessa forma e tentar romper, mesmo que inicialmente pelas bordas, com a ordem racista requer a ruptura com todo o estado de coisas ao qual estamos submersos na sociedade, ainda mais se pensando em uma sociedade como a brasileira. Ser antirracista no Brasil significa se posicionar inclusive contra o modelo econômico em que vivemos, já que a economia brasileira ainda colhe os frutos do sistema de plantation. Digo ainda que a economia brasileira é uma grande plantation. Sendo assim, as grandes empresas de comunicação estariam dispostas a romper, a denunciar e a se colocar contrárias ao sistema econômico que tanto as beneficia? As perguntas que precisamos fazer são: As narrativas construídas pelos veículos em questão dão conta de reportar a política de morte à qual a população negra tem sido submetida? Existe alguma movimentação no sentido de mudar a estrutura social racista por parte dos veículos? Procuro também compreender como as imagens negras são construídas e circulam nas mídias contra-hegemônicas, tendo como referência construções e movimentações empreendidas pelas mídias hegemônicas.

Assim, a proposta consiste em analisar, sob o viés da necropolítica, atravessada pela biopolítica e pelo biopoder, como um veículo digital de mídia hegemônica jornalística – o Jornal Extra, trata o genocídio do povo negro no Brasil, tendo como contraponto um veículo da mídia contra-hegemônica – Alma Preta. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa consiste em analisar como o genocídio da população negra, com foco na infância negra no Brasil é noticiado e como são construídas as narrativas jornalísticas sobre essa questão nos dois veículos selecionados. Analiso as narrativas jornalísticas construídas por meio dos textos e das imagens que compõem as notícias e reportagens sobre o caso.

Como mãe de um menino preto, atualmente com três anos, a ideia de uma violência que nos acompanha em cada segundo de nossas vidas me apavora, aterroriza e quase me paralisa.

Acredito que as crianças negras são tudo o que temos, são nossa esperança para continuar nossa história enquanto povo. Cabe a nós cuidar, respeitar e ajudá-las em um caminho de prosperidade. Caberia ao Estado oferecer segurança, educação e saúde. Não cabe ao Estado matar uma criança, esteja ela na circunstância que estiver, ao lado de quem estiver, no lugar que estiver. Mas Ágatha Sales era uma criança negra. Negra, moradora de uma favela no Rio de Janeiro. Periférica como eu, que sou cria[5] de São João de Meriti, na Baixada Fluminense – zona de vulnerabilidade, ausência do Estado e presença de violências de vários tipos. Uma criança negra não é vista como uma criança. Ela é acima de tudo, negra. Apenas mais um corpo que sempre encontra uma justificativa para ser morto diariamente.

Sou formada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e atualmente trabalho como jornalista e coordenadora de conteúdo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A rotina de construção de textos e principalmente narrativas jornalísticas foi a outra condição que me trouxe até aqui. Ainda na graduação, muito se falava sobre o poder na mídia e sobre seu papel na sociedade. Acredito que a mídia tem um papel social, que está muito além de mera transmissão de informações. Esse papel precisa ser considerado na construção de cada texto, cada reportagem, cada notícia, cada nota que seja. Muitos leitores e espectadores não têm conhecimento sobre termos como política editorial, critérios de seleção de notícias ou hierarquização de informações. Esses termos muitas vezes definem o que está sendo dito, de que forma está sendo dito e para quem está sendo dito. Ainda hoje em dia acredita-se na imparcialidade do jornalismo, o que eu considero um mito. Como dito, a mídia constrói discursos e não há possibilidade de construir discursos sendo imparcial.

O tema da pesquisa atravessa minha subjetividade e toca em lugares que nem eu ainda conheço. Mexe com meu lugar de mãe, de mulher negra, periférica, e jornalista, que encara diariamente os desafios de tentar fazer um jornalismo diferente do que está aí. E mesmo trabalhando em uma universidade pública, consigo dizer o quão difícil essa tarefa é. Essa é para mim uma pesquisa viva, vivida em meu corpo e minha mente.

Situo esta pesquisa no campo da pesquisa qualitativa por ela se caracterizar por envolver as vidas de pessoas. Segundo Neves (1996), a pesquisa qualitativa tem como marca a preocupação dos seus pesquisadores com o processo social. Recorro também, dentro dos estudos da comunicação e do jornalismo ao Estudo das Narrativas, em particular das narrativas jornalísticas.

---

[5] Ser cria é ser nascido e criado em um território, além disso, se identificar com ele.

Para Luiz Gonzaga Motta, a narrativa é o que "[...] traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo [...]" (MOTTA, 2005, p. 2). É por meio dela que organizamos os acontecimentos em uma ordem lógica e cronológica. As narrativas midiáticas podem ser tanto fáticas (notícias, reportagens) quanto fictícias (telenovelas, videoclipes, filmes). No nosso caso, as narrativas são fáticas por serem integrantes do fazer jornalístico. Apesar de serem tidas como fáticas, devemos nos atentar para serem elas antes de tudo, narrativas. Elas são ferramentas discursivas utilizadas de acordo com as pretensões do narrador. Podem ser uma forma "[...] de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação." (MOTTA, 2005, p. 3). A visão defendida por Motta e que está em total alinhamento com a presente pesquisa é a de que mesmo sendo uma narrativa jornalística, ela não deixa de narrar uma estória de acordo com os interesses do narrador. O autor destaca ainda que as narrativas usam o fático para criar o efeito do real, da objetividade.

A narrativa é composta pela articulação de recursos pragmáticos (conflitos, personagens, estratégias comunicativas) e simbólicos (fundo ético ou moral, plano da estrutura profunda da notícia). Eles são utilizados para construir o texto e para que o narrador alcance no seu público a intenção desejada, de acordo com as subjetividades desse público, certamente. Não é uma premissa nesta pesquisa que o público se comporta como uma massa amorfa, que responde e se comporta exatamente da forma com que o emissor deseja. Cada pessoa, cada receptor tem suas particularidades, sua cultura, suas mediações. Mesmo assim, isso não faz com que o emissor não tenha uma intencionalidade por trás da narrativa.

Para fazer o estudo entre a mídia hegemônica e a contra-hegemônica, por meio dos veículos Jornal Extra e Alma Preta, recorro a elementos pragmáticos do texto, selecionando principalmente: personagem e as estratégias de objetivação. Um dos principais procedimentos de análise pragmática da narrativa jornalística consiste em reunir as notícias selecionadas (com o mesmo assunto e em um determinado espaço de tempo) e considerá-las como se fossem um acontecimento único. Elas são um todo narrando uma estória ou uma história. Em uma única notícia não seremos capazes de enxergar todo o contexto.

Recorro também às estratégias de subjetivação - construção de efeitos poéticos – e à análise simbólica da narrativa. O significado simbólico está presente em todas as narrativas, sejam elas fáticas ou ficcionais. É o fundo moral e ético, o que muitas vezes chamamos de "moral da estória". Ele é mais facilmente identificado nas narrativas ficcionais como em fábulas infantis, contos, e até mesmo em filmes e em romances. Todas as narrativas possuem um significado simbólico, mesmo as jornalísticas, mesmo que elas pretendam traduzir os fatos. Ele "pode ser predominantemente de ordem ética, moral ou filosófica, ainda que também possa

conter aspectos políticos, religiosos, psicológicos ou ideológicos." (MOTTA, 2005, p. 14). Exatamente pela narrativa jornalística se forjar como objetiva, como uma tradução da realidade, muitas vezes o fundo moral é de difícil percepção. É por meio da linguagem verbal e das imagens que o leitor vai construindo suas interpretações para os mundos simbólicos e míticos. "Nesses casos, a notícia realiza-se não apenas como uma ocorrência cognitiva, mas como uma experiência estética ou emocional profunda". (MOTTA, 2005, p. 15). É a partir desse fundo moral e ético das notícias, ou um conjunto de notícias sobre o mesmo tema, que o leitor constrói uma relação de empatia, afastamento, entre outras sensações, com a questão relatada. Em uma reportagem sobre uma invasão revertida de operação policial por exemplo, em que a narrativa mostra exaustivamente que algum jovem atingido foi morto, mas tinha suspeita de envolvimento com o crime por exemplo, a moral que fica para muitos é a de que se tem envolvimento com o crime, mesmo que apenas a suspeita, o assassinato foi legítimo. O crime não compensa. Se fosse trabalhador isso não teria acontecido. Entre outras construções baseadas em ideias preconceituosas, racistas e neoliberais que ouvimos diariamente.

Os elementos serão utilizados para responder à questão: Como as mídias hegemônica e contra-hegemônica tratam a temática da necropolítica em suas coberturas jornalísticas? Dessa forma, o método escolhido para desenvolver a pesquisa é a análise pragmática e simbólica da narrativa jornalística.

No início do projeto de pesquisa, a ideia era analisar cinco casos de morte de pessoas negras, executados pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em 2 jornais da mídia hegemônica (Jornal Extra e Jornal O Globo). No desenrolar do processo, com um olhar mais apurado em relação ao corpus, percebi que seria impossível realizar uma análise aprofundada, graças à quantidade de material existente, no espaço de tempo que possuo em um curso de mestrado. Escolhi então apenas um dos casos, o de Ágatha Felix.

Tinha também a intenção de analisar como as narrativas dos jornais são recebidas pelos leitores, por meio de uma entrevista sobre o impacto dos textos jornalísticos e como ele contribui para a formação do imaginário social sobre as pessoas pretas. Novamente, cheguei à conclusão que essa análise seria inviável.

Por outro lado, estabelecer um contraponto entre a mídia tradicional e a contra-hegemônica se fez necessário em um cenário em que a grande mídia é uma das instituições construtoras de um discurso que sempre localizou o negro como o inimigo. Segundo Achille Mbembe (2020b, p. 84) "[...] o desejo de inimigo, o desejo de apartheid e a fantasia do extermínio constituem a linha de frente, em suma, a prova de fogo do início deste século." A ideia do inimigo vai sendo forjada através da criação de estereótipos, que vão sendo construídos

ao longo da história, através de diferentes técnicas. Essa construção imagética do negro como inimigo passa pela criação do negro como um ser sem alma, pela demonização das nossas religiões, pelas imagens de açoitamento impregnadas em nossas mentes, pelo trabalho da grande mídia em criar e recriar imagens do negro como seres subalternizados, entre outras práticas que são inventadas a todo tempo. Dessa forma, ao criar essa imagem do negro como um inimigo, como um ser matável e como um corpo a ser exterminado, a grande mídia retroalimenta a necropolítica. A necropolítica necessita de mecanismos que a justifiquem, e a mídia tradicional é um deles. Sendo assim, é urgente e necessário que tomemos conhecimento e que seja trazido à luz formas diferentes de contar essas histórias. É a partir dessas novas formas de reportar e narrar os acontecimentos e discutir as políticas que a sociedade tem a oportunidade de entender o que está acontecendo todos os dias com a população e com a juventude negra brasileira.

Chego nesta dissertação com um corpus constituído por dez reportagens publicadas no Jornal Extra e quatro reportagens publicadas no Alma Preta. O critério de escolha das reportagens foi usar o nome "Ághata Felix" no buscador de cada veículo, e checar o que foi falado sobre ela entre os dias 21 e 27 de setembro de 2019 (Ághata foi assassinada no dia 21 de setembro de 2019). Apesar de as notícias e reportagens a respeito do caso terem durado muito mais que esse período, o espaço temporal da pesquisa foi escolhido arbitrariamente pelo fato de que, na minha visão, a primeira semana da disseminação do conteúdo ser o mais "quente" do ponto de vista jornalístico. É nesse espaço temporal em que a narrativa é construída.

Assim, no capítulo 1 contextualizo a questão racial no Brasil, procuro estabelecer definições do racismo e o relaciono com a antinegritude e com o conceito de genocídio colonial. A necropolítica e suas implicações, assim como no genocídio que acomete a população negra em nosso país também se fazem presentes nesse capítulo.

Já a reflexão sobre a mídia e seu papel na sociedade, sobre a construção de uma mídia hegemônica e de uma mídia contra-hegemônica é apresentada no capítulo 2, assim como os veículos estudados: o Jornal Extra e a agência Alma Preta, suas estruturas, equipes e políticas editoriais.

O levantamento e a análise crítica sobre como as notícias selecionadas foram construídas pelo Jornal Extra guiam o capítulo 3. Discussões e conceituações sobre a construção da personagem de Ághata como uma criança inocente, e que, portanto, não merecia morrer, sobre a atuação da polícia no espectro da política de morte instaurada pelo Estado e sobre a gestão necropolítica do espaço estão presentes no referido capítulo. No capítulo 4

analiso a narrativa construída pelo Alma Preta e sobre a possibilidade de ela apresentar ou não um contraponto à construção realizada pelo veículo da mídia hegemônica. Por fim, apresento as considerações finais da pesquisa, relacionando-as com os conceitos abordados ao longo do texto.

1 – Racismo, antinegritude, genocídio e necropolítica

O que continua sustentando um sistema econômico que perdura por mais de cinco séculos? O que justifica a violência gratuita como forma de vida para um determinado grupo de pessoas? O que faz com que essas pessoas sejam hierarquizadas em relação a outras? Estas três perguntas têm em comum um sistema engenhoso e criativo que se atualiza com o passar dos anos, o racismo, e aqui, no caso do Brasil, o racismo contra as populações negras. Ele está imbricado em inúmeros problemas das sociedades, especialmente nas marcadas pelo colonialismo, como nos continentes africano e americano.

Raça, racismo, genocídio do povo negro e necropolítica são assuntos intimamente ligados uns aos outros. A intenção nesta dissertação é estabelecer um nexo entre esses conceitos e a morte de Ágatha Felix. Entender, ou ao menos tentar entender, como o sistema social em que vivemos permite que uma menina de oito anos seja assassinada no colo de sua mãe ao tentar voltar para casa. Como esse tipo de ação ainda acontece e como chegamos até aqui.

1.1 – A invenção da raça: raça, racismo e antinegritude no contexto brasileiro

Atualmente, há um consenso no sentido de que diferentes autores acreditam que a raça é uma construção social, uma ficção, uma construção discursiva. Apesar de esse ser o pensamento que vigora atualmente, nem sempre foi assim. Houve uma época em que, vindas predominantemente dos Estados Unidos da América e da Europa, teorias raciais que tinham a biologia ou a história como conceitos centrais foram predominantes, inclusive no Brasil.

Segundo Thomas Skidmore (2012), no final do século XIX surgiram diversas teorias raciais para justificar o lugar de subalternização relegado aos não brancos. Amplamente aceitas pelos estudiosos e líderes culturais dos Estados Unidos e da Europa, três dessas teorias destacam-se como principais. As teorias raciais eram divididas entre poligenistas e monogenistas. As poligenistas baseavam-se na crença de que as raças humanas haviam sido criadas por diferentes espécies e as monogenistas acreditavam que as raças humanas vieram de uma única formação.

A primeira das teorias raciais foi a escola etnológica-biológica e teve força nos Estados

Unidos entre 1840 e 1850. Era uma teoria poligenista que acreditava que as diferenças físicas entre os negros e indígenas e os brancos era o que justificava a inferioridade daqueles em relação a esses. Essas diferenças físicas eram resultado direto do fato de terem sido criadas como espécies separadas. Essa teoria chegou ao Brasil através de seguidores conquistados na Europa.

Por outro lado, a escola histórica, que ganhou evidência com o arianismo, acreditava que a raça era o fator central na história. Para essa escola, a história era o que demonstrava que as raças arianas (anglo-saxãs) eram superiores, pois eram as mais bem-sucedidas. Dessa forma, por serem os mais civilizados, os arianos estavam também destinados pela história a ter o controle do mundo.

A terceira escola dentre as mais conhecidas sobre as teorias raciais foi o darwinismo social. A partir de 1859, com a publicação de *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, estabeleceu-se as bases para a noção de evolução, que por sua vez jogava por terra as teorias poligenistas já que para se pensar em evolução só faz sentido crer em uma formação única para todas as raças. De acordo com o evolucionismo social, a humanidade deveria ser vista como uma grande pirâmide, em que a Europa estava no topo da civilização e desenvolvimento tecnológicos enquanto os povos africanos e ameríndios estariam na base. Os evolucionistas eram também conhecidos como deterministas sociais, que eram, por sua vez, divididos em dois grupos: os deterministas geográficos e os deterministas raciais. Esse último grupo acreditava que o sujeito estava exclusivamente condicionado às características da raça a qual pertencia. Tratava-se então de desconsiderar o sujeito em sua individualidade e de considerá-lo apenas como integrante de um grupo.

Foi na ascensão do Nazismo, durante a Segunda Guerra Mundial, com Adolf Hitler entre 1933 a 1945 e as atrocidades cometidas contra os considerados impuros – judeus, mestiços, e outros grupos étnicos não pertencentes à raça ariana (branca) que as ideias eugenistas ganharam proporção mundial. Criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton, o termo “eugenia” – eu: boa; genus: geração, propunha o ideal de que a capacidade humana estava exclusivamente ligada à hereditariedade. Dessa forma, as ideias eugenistas eram totalmente contrárias à miscigenação, pois ela promoveria a degeneração da raça superior, no caso a dos arianos. Para proteger a raça ariana e eliminar tudo o que ameaçava a sua pureza, Hitler cometeu atos marcados por extrema crueldade, estabelecendo um genocídio. É inclusive baseado nas ações realizadas durante o holocausto que foi estabelecida a concepção jurídica do termo. Como se nunca tivesse havido um genocídio contra a população negra na África ou durante o período de escravização realizado pelos europeus nem tão pouco contra as populações

originárias nas Américas.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, já em 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) publicou um documento em que expressava sua posição sobre a invalidade do conceito científico de raça. Segundo a carta da Unesco[6], os cientistas estavam de acordo, naquele momento, que a humanidade era uma só, e que os homens pertenciam à mesma espécie – *Homo sapiens.* No documento, a Organização declarava ainda que era necessário reconhecer as diferenças entre a raça e o mito da raça,

> Convém distinguir entre a "raça", fato biológico, e o "mito da raça". Na realidade, a "raça" é menos um fenômeno biológico do que um mito social. Esse mito tem feito um mal enorme no plano social e moral; ainda há pouco, custou inúmeras vidas e causou sofrimentos incalculáveis. Tem impedido o desenvolvimento normal de milhões de seres humanos e privado a civilização da colaboração efetiva de espíritos criadores. (THE RACE..., 1950, p. 8, tradução nossa).

Naquele documento de 18 de julho de 1950, a Unesco reconhecia, ou estabelecia, que biologicamente falando, a ideia de raça era uma falácia. O que existia então era o "mito da raça", a raça enquanto discurso, a raça inventada. A Unesco dizia o que ouvimos muitas vezes, que a raça é a raça humana. Atualmente já conseguimos entender que a raça enquanto conceito vindo da biologia não existe, mas estamos longe de entender que a raça é apenas a raça humana. Durante os três séculos de escravização os negros não eram considerados humanos, eram uma mercadoria, com a qual seus donos poderiam fazer o que bem quisessem. Se durante séculos nos foi negada a condição de humanidade, é impossível a população negra fazer parte da raça humana.

Raça é assim um conceito social, um discurso construído. Contemporaneamente, diversos autores explicam a definição de raça social. Stuart Hall e Kabengele Munanga são alguns deles. Para Hall, as diferenças biológicas em uma população considerada da mesma raça são tão grandes quanto aquelas encontradas em populações racialmente diferentes, sendo assim, não faz sentido uma ideia de raça baseada na natureza. Raça é, para Hall, uma construção política, social e discursiva. É em torno dela que se organiza e se sustenta o racismo – "[...] um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão [...]" (HALL, 2003, p. 69).

Também Nilma Lino Gomes acredita que "[...] as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico." (GOMES, 2017, p. 49). No Brasil, a ideia de raça foi construída a partir de características físicas dos grupos e as discriminações cultural e racial vêm a reboque da

[6] THE RACE question. **UNESCO and its programme**, Paris, n. 1, p. 1-11, 1950. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000128291. Acesso em: 14 jul. 2022.

discriminação gerada por elas. Assim, determinada música só é ruim porque é de negro, o racismo religioso contra as religiões de matrizes africanas só acontece por exemplo porque a sociedade odeia tudo o que é de negro. Para Gomes, é no contexto da cultura que aprendemos o que é raça. Enxergamos brancos e negros como diferentes de acordo com a forma com que somos educados e socializados. É a partir dessa formação que naturalizamos e classificamos as diferenças e aprendemos a hierarquizar essas diferenças.

A ideia do negro foi também construída, baseada basicamente na imagem do branco. Quando penso na ideia de ser negro e como as nossas imagens e auto-imagens são construídas a partir do que é considerado o padrão, um padrão de branquitude, sempre lembro do livro Americanah (2014), da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. Nele, a personagem principal, Ifemelu, sai da Nigéria e vai estudar nos Estados Unidos da América. Em certa parte do texto, Ifemelu diz que só se descobriu negra quando chegou à América. Lá ela percebeu o que é ser uma negra, africana e em diáspora. Na Nigéria as pessoas eram iguais a ela. É nesse sentido que Mbembe diz que o negro é produzido. Para ele,

> [...] o negro não existe enquanto tal. Ele é constantemente produzido. Produzi-lo é gerar um vínculo social de sujeição e um *corpo de extração*, isto é, um corpo inteiramente exposto à vontade de um senhor e do qual nos esforçamos para obter o máximo de rendimento. (MBEMBE, 2020a, p. 42).

Apesar de a raça ser uma construção social e não haver mais justificativas que a sustentem enquanto conceito biológico, e até chamarmos a ideia de raça de ficção, o racismo é real. Ele é um sistema perfeitamente calculado que está por trás de grandes atrocidades que acontecem diariamente. Das grandes e das pequenas também.

O racismo é um sistema discursivo, que no caso do Brasil, é baseado sobretudo na herança escravocrata cravada no cerne da formação do país enquanto nação. O fato de o Brasil ter sido criado tendo como base a separação entre os livres, tidos como superiores e os escravos, tidos como inferiores deixou uma marca na constituição do país.

Nilma Lino Gomes (2017) acredita que o racismo possui duas vertentes: ele é, por um lado, um comportamento ou uma ação resultante da aversão, muitas vezes, do ódio, em relação a pessoas que têm seu pertencimento racial observável por meio de sinais fenotípicos como cor da pele, tipo de cabelo, etc. Por outro lado, ele é um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores.

No Brasil, o racismo tem um modo particular de operar, e da mesma forma, continuar existindo. Ele é uma ação sem executor. O racismo existe sem que haja racistas. Segundo Kabengele Munanga (2010), no Brasil o racismo é “um crime perfeito”. Nesse crime perfeito,

somos uma sociedade estruturalmente racista, em que não existem pessoas que cometem o racismo, e acima de tudo, no imaginário social, um paraíso das cores, graças à miscigenação. A miscigenação foi, entre 1889 e 1914, uma política de estado, apoiada pela maioria das pessoas da elite intelectual brasileira. A prática seria uma forma para acabar com o problema de o Brasil ter a sua população composta majoritariamente por não brancos (SKIDMORE, 2012). Para os adeptos dessa solução, ao se embranquecer nossa sociedade se tornaria mais evoluída e pronta para o progresso.

Apesar dessa ideologia do embranquecimento ter sido aceita por uma parcela significativa da população brasileira, ela foi rejeitada também por muitos, incluindo intelectuais. Abdias do Nascimento foi um dos que destacaram o teor negativo que a mestiçagem acarretaria ao povo negro brasileiro enquanto grupo social, alegando que ela já havia sufocado as "tentativas de articulação de uma consciência negra". (SKIDMORE, 2012, p. 298).

Muitos tentam estabelecer uma comparação entre o processo miscigenatório nos Estados Unidos da América e no Brasil. Todas as sociedades que tiveram como base de formação o sistema escravagista produziram uma grande quantidade de mestiços. A questão não está em sabermos se existiu ou não miscigenação, ou para melhor explicar o uso político dessa prática, a mestiçagem. A mestiçagem existiu em diversas sociedades, entre elas os EUA. A diferença ao compararmos com o Brasil é que lá os mestiços não eram vistos como um grupo separado (SKIDMORE, 2012). Mestiço continuava sendo negro. Aqui no Brasil os mestiços eram vistos como uma nova casta, inclusive com uma possibilidade de ascensão social que os negros não tinham.

Ao contrário da miscigenação, que é o processo biológico da mistura de genes entre populações diferentes, a mestiçagem tem, segundo Kabengele Munanga (2019) um caráter cultural e social, indo muito além da questão biológica. Para o autor, devem ser considerados na análise da concepção de mestiçagem o que é pensado, as imagens e ideias que se fazem "[...] dos indivíduos que compõem essas populações e pelos comportamentos supostamente adotados por eles em função dessas ideias." (MUNANGA, 2019, p. 18). O conceito de mestiçagem é repleto de ideologia, e os que se dispuserem a estudá-lo precisam se atentar não apenas para os fatos biológicos, mas para a interpretação desses fatos dentro de um contexto social. A mestiçagem envolve "[...] fatos sociais, psicológicos, econômicos e político-ideológicos decorrentes deste fenômeno biológico inerente à história evolutiva da humanidade" (MUNANGA, 2019, p. 21).

São diversas as situações em que o racismo se faz e igualmente diversas as que ele se

mostra. Raça e racismo são conceitos e mais que isso, para nós negros, são condições que marcam nossas vidas, corpos e subjetividades. Marcam nossas vidas e nossos corpos no sentido literal das palavras. Morremos por não termos adequadas condições de saúde, saneamento básico e acesso à educação por sermos negros. Os negros só morrem nas chamadas operações policiais porque são negros. Ágatha Félix morreu ao lado da sua mãe, dentro de uma kombi, voltando para casa, vítima de uma bala perdida - mas que só acha os nossos corpos – por ser negra. O conceito de raça é inventado, pois ele não existe no mundo biológico. Mas o racismo que nos mata todos os dias não é uma ficção. Ele existe, e segue hierarquizando, agrupando os merecedores e os não merecedores, separando quem deve e quem não deve morrer todos os dias.

Atualmente muito tem se falado sobre a ideia de antinegritude, existente dentro do afropessimismo. O afropessimismo é uma corrente de pensamento crítica contemporânea que leva ao centro as discussões sobre raça o sofrimento negro no mundo e como essa condição é o que vem sustentando o mundo que conhecemos e o sustenta até a atualidade. Dessa forma, a dor negra possui um lugar central no mundo moderno, no qual o negro ocupa um lugar de não humanidade, de animalidade, um não-lugar. A violência mantém o corpo negro em posição de subalternidade e faz com que ele seja passível de toda a dor que ele suporta, sendo retirado do campo dos vivos, inclusive a partir da morte social, que já existia desde a escravização. Podemos citar alguns autores do afropessimismo como Joy James, Hortense Spillers, Jared Sexton, Sylvia Winter, Katherine Mckittrick, e, no Brasil, Osmundo Pinho, João Helion Vargas e Jaime Amparo Alves. Uma das críticas feita aos afropessimistas diz respeito ao fato de não ser visto por eles uma saída para a condição de subalternidade em que os negros se encontram. Nesse sentido, Sousa e Cruz (2022) afirmam que: “a condição negra é a condição do cárcere, e a ela nenhuma pessoa negra escapa. [...] Pessoas negras sempre serão criminalizadas.” (SOUSA; CRUZ, 2022, p. 5).

Assim, segundo o afropessimismo, o racismo não dá conta de entendermos o que acontece com o povo negro, pois o mundo não é dividido entre brancos e não brancos, mas entre negros e não negros, já que as especificidades das pessoas negras são impossíveis de serem alcançadas. A lógica do pensamento é invertida, e não é vista a partir da hegemonia branca, já que o que acontece diariamente com o povo negro é explicado pelo ódio à nossa pele, à nossa cultura, às nossas existências. Essa realidade não é vivida por nenhum outro grupo racial ou étnico, mesmo os que também passarem por processos de escravização, como os indígenas. Existe um sistema antinegro.

A antinegritude seria dessa forma o que fundamenta a humanidade, sendo essa mesma

que baseada na ideia do não ser negro. Assim, ser humano é necessariamente igual a não ser negro. Diante dessa perspectiva, diferentemente do racismo, em que a discriminação é passível de se não encerrada, pelo menos diminuir, a ideia de antinegritude é muito mais difícil de ser combatida, por perpassa pela concepção que existe da própria Humanidade. O que é ser humano? Quem são as pessoas que são consideradas com humanidade? Sendo assim, o negro não pode ser totalmente aniquilado pois é necessário para o reconhecimento da humanidade da branquitude.

A não-humanidade do negro se deu com o processo de escravização, em que o escravo era um ser sem direitos, desenraizado e sem laços familiares ou com seus ancestrais. Era um morto social. Para Osmundo Pinho (2021) o foco em relação a humanização do escravizado não era apenas se ele era considerado humano ou não, pois obviamente eles eram. A questão era no que consistia ser um humano. A humanidade branca dependia da desumanização do escravizado.

Pinho estabelece ainda uma relação entre os linchamentos racistas do Sul dos EUA e os espetáculos que eram produzidos a partir da violência e do aniquilamento físico dos negros. Segundo o autor, essas cenas espetaculares eram fundamentais para produzir a ideia da raça branca enquanto humanidade. A humanidade do branco para pela não-humanidade dos negros.

Dessa forma, a antinegritude é algo que não pode ser combatido pois para isso teríamos que mudar toda a concepção sobre humanidade, ela é, portanto, um alicerce, uma questão estrutural na sociedade. É ela que torna repulsivo tudo o que é supostamente ligado à negritude. É o ódio ao negro. Ela define inclusive os lugares, sejam eles físicos ou sociais em que os negros podem e devem acessar. É o que torna as pessoas negras os inimigos, as matam e as fazem passíveis de quaisquer tipos de violência, gratuitas. É ela que justifica o injustificável, afinal, contra um ser não humano, tudo é possível e o estado de exceção se torna a regra.

Osmundo Pinho (2021) é um dos autores que trazem uma contraposição com a leitura de submissão que a antinegritude e o afropessimismo fazem. Para ele, existiram e existem formas que ele chama de alternativas, formas de resistência. Os quilombos e os terreiros ainda na época da escravização são exemplos dos negros como agentes e resistentes às objetificações. Na atualidade, o autor traz experiências como a criação do Teatro Experimental do Negro – em 1945 –- , de Abdias do Nascimento, e do Movimento Negro Unificado (MNU) – em 1978.

Assim, a discussão sobre antinegritude e sobre o racismo dar ou não conta do que acontece com o povo negro não pode e não deve ser vista de maneira maniqueísta. A antinegritude existe, assim como a morte social, mas a existência negra não pode ser resumida apenas à submissão e sujeição. Osmundo Pinho (2021, p. 68) questiona: “Após descida aos

infernos do mundo antinegro teríamos sido capazes de um efetivo renascimento?". Ao pensarmos sobre toda agência do povo negro ao longo de séculos de diáspora, pós-escravização, só podemos acreditar que sim.

1.2 – A construção da ideia do outro e a política de inimizade

O lugar do negro na sociedade, não apenas na brasileira, mas nas sociedades em diáspora de um modo geral, é um lugar de exterioridade. Exterioridade não física, pois os nascidos no Brasil por exemplo ocupam a identidade de negro somada à de brasileiro. Teoricamente, possuidor de direitos e cidadania iguais a de qualquer brasileiro. Na prática entendemos e vemos diariamente que a teoria não é aplicada.

Para Carl Schmitt, o que define a política é a diferenciação entre amigo e inimigo (MBEMBE, 2020). O inimigo, o outro, é visto como o excedente, o que deve ser eliminado. Pensemos: em uma sociedade racista como a brasileira, quem é esse outro? Quem é o ser que deve ser exterminado? A ideia de outro é construída sob os alicerces do racismo e vai sendo forjada através da criação de estereótipos, que são construídos ao longo da história, através de diferentes técnicas. Essa construção imagética do negro como inimigo passa pela criação do negro como um ser sem alma, pela demonização das nossas religiões, pelas imagens de açoitamento impregnadas em nossas mentes, pelo trabalho da mídia em criar e recriar imagens do negro como seres subalternizados, entre outras práticas que são criadas a todo tempo.

Não importa se essas imagens construídas têm relação ou não com a realidade. Elas não precisam ser verdade. O que precisa acontecer é que elas sejam repetidas exaustivamente até que se tornem verdade no imaginário social. Sobre o tema, Mbembe nos apresenta o pensamento de Freud

> A massa, diz Freud, "é excitada por estímulos desmedidos. Quem quiser influir sobre ela, não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com as imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma coisa". (FREUD, 2014 *apud* MBEMBE, 2020b, p. 89).

Toda vez que a grande mídia produz e distribui um texto que mostra o negro como bandido, toda manchete[7] de jornal que trata o negro suspeito de ter envolvimento com o crime como traficante e o branco que também pode ter cometido o mesmo tipo de crime como

[7] Manchete é o título juntamente com o subtítulo, a chamada do jornal.

estudante ou jovem universitário por exemplo, ela está realizando esses estímulos excessivos dos quais Freud fala, ela está participando ativamente da construção do imaginário do negro como o inimigo. Nesse sentido ela cumpre o seu papel institucional de trabalhar a favor das forças hegemônicas e da economia liberal.

Com a instauração da imagem do inimigo, e com a dissipação do medo que esse inimigo causa, "[...] as democracias liberais continuam fabricando espantalhos para lhes meter medo – hoje a jovem favelada, amanhã o aprendiz de terrorista retornado dos campos de batalha [...] (MBEMBE, 2020b, p. 88)". É uma roda que gira sem fim.

É também com a instauração de um inimigo a ser perseguido que é possível "[...] instituir e normalizar a ideia de que o poder só pode ser obtido e exercido à custa da vida dos outros (MBEMBE, 2020b, p. 65)". Esse outro deve ser o inimigo. Vemos essa normalização diariamente quando um corpo negro é morto. Se pensarmos novamente nas operações policiais em favelas, acredito que todos já escutamos frases do tipo: é o preço que vai ser pago para que a paz seja garantida. Na época da política de pacificação[8] de favelas do Rio inclusive, era senso comum que além disso, alguns inocentes[9] poderiam morrer no percurso, mas era o que deveria ser feito. Todos sabem a cor da maioria desses inocentes.

Nesse contexto, a relação de inimizade justifica e legitima o direito de matar. Dessa forma, vai sendo construído o Estado de insegurança, que, no final do século XX, também contribuiu para a aceitabilidade de formas cada vez mais violentas infligidas contra os ditos inimigos.

Dos inimigos podem (e devem) ser retirados diversos tipos de direitos. Para que os que pertencem ao grupo dos ditos merecedores tenham acesso aos direitos básicos como segurança, cidadania, educação e saúde, é necessário que a ordem mantenha os inimigos afastados dos mesmos direitos. Para Mbembe (2021) para que um direito seja garantido a alguém, ou a um grupo de pessoas, ele precisa ser um não direito para outro grupo de pessoas. Pensando de uma forma regionalizada, adaptando para a realidade brasileira, mais especificamente para as políticas de Estado nas favelas do Rio de Janeiro, é exatamente o que vemos nas incursões policiais: entram nas casas das pessoas, invadem suas propriedades. Isso viola a Constituição Federal, mas dentro da favela vale tudo. É o estado de exceção se fazendo valer nesses territórios. O não direito está presente não apenas nas operações policiais, mas também na

[8] As Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP's) foram um projeto que teve início em 2008 com a promessa de acabar com a atuação do tráfico de drogas nas favelas. Chegou a ter 38 unidades, mas fracassou e aos poucos elas foram sendo extintas.

[9] Inocentes é como são chamados aqueles que não têm relação direta com o crime nesses lugares.

ausência do Estado em oferecer educação, saúde, cultura e transporte, por exemplo. Essas ausências de políticas públicas, que também é uma política pública, no sentido da intencionalidade de não estar presente, também é uma das faces da necropolítica, conceito tão discutido atualmente e que veremos a seguir.

1.3 – A Necropolítica como prática constante nos corpos negros

Necropolítica é um dos conceitos que guia essa dissertação. A política de morte a qual o negro é submetido no Brasil faz com que nossas vidas muitas vezes sejam um eterno sobreviver, marcados pela sensação de que podemos morrer a qualquer momento, a qualquer mal-entendido, ao sermos confundidos com algum outro negro muito parecido. Podemos morrer literalmente por qualquer motivo, inclusive quando for um não motivo.

Resumida como a política de morte, o conceito de necropolítica é um pouco mais extenso que essa concepção. Desenvolvido pelo filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe, foi criado por ele acreditar que na modernidade, a ideia de biopolítica e de biopoder, criadas por Michel Foucault não mais dão conta do poder da morte sobre a vida. Na conclusão do ensaio intitulado *Necropolítica* (2018), Mbembe afirma:

> Neste ensaio, propus que as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte (necropolítica) reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror. Tentei demonstrar que a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte. (MBEMBE, 2018, p. 71).

Um dos pilares do pensamento de Foucault é o poder e suas implicações. O poder para o autor precisa ser pensado a partir de uma perspectiva econômica. Ele vai ao encontro da perspectiva Marxista, o que é chamado de funcionalidade econômica do poder. Isso porque a função principal do poder "[...] seria manter relações de produção e, ao mesmo tempo, reconduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e as modalidades próprias da apropriação das forças produtivas tornaram possível." (FOUCAULT, 2005, p. 20).

Para Foucault, o poder é uma multiplicidade de relações de força e não está nas mãos de alguém, nem mesmo nas do Estado. O Estado instaura determinadas unidades de dominação, mas não é dele que vem o poder. O poder é um jogo e uma prática social e como tal, construído historicamente. Essas relações de poder formam um sistema, baseado em instituições que mantêm ligações sociais e políticas entre si, com base no Estado. Entre essas instituições estão

as escolas, fábricas e os meios de comunicação. O poder não pode ser cedido, oferecido, trocado. Ele só pode ser exercido.

O poder é dominação, não uma dominação geral de um grupo sobre o outro, ou de uma pessoa sobre a outra, mas dominações em pequenos aspectos, entre pessoas de um mesmo nível social – Foucault traz um exemplo de um súdito sobre outro. O poder não é homogêneo, mas sim uma tensão. Ele é uma força que circula e que só funciona em movimento:

> O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo (FOUCAULT, 2005, p. 35).

Na segunda metade do século XVIII, segundo Foucault, aparece uma nova tecnologia de poder. Ela não é o mesmo que o poder disciplinar, mas existe porque o poder disciplinar existe. Ela é a tomada de poder na massa, não mais no indivíduo, já que surge nesse momento um novo componente social, que é a população. Esse movimento, proporcionado pelo biopoder, é a biopolítica. Dessa forma, a biopolítica tem como ponto motivador o surgimento da população, e não mais de indivíduos de forma isolada. A população era nesse momento um problema, algo que precisava ser controlado.

> São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retomo agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle dessa biopolítica (FOUCAULT, 2005, p. 290).

A modernidade trouxe consigo problemas maiores que os indivíduos, e sim os relacionados com a população. Assim, outras questões surgiam e era necessário a instauração de normas, de um poder disciplinar sobre esses corpos que não mais se apresentavam de forma apenas individual. Assim, "pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder de causar a vida ou devolver à morte." (FOUCAULT, 1988, p. 130). O poder passa então a tomar posse da vida, do corpo e da população.

Para o autor, se a biopolítica é essa forma de regulamentar a vida, como é possível explicar que ela passe a operar de forma assassina, do poder de matar? Ele acredita que a escolha entre o que deve viver o que deve morrer é realizada por meio do racismo, que se "inseriu como mecanismo fundamental" de poder do Estado e não existe funcionamento do Estado moderno que não passe pelo racismo. (FOUCAULT, 2005, p. 304).

O que Achille Mbembe propõe com o conceito de necropolítica é um deslocamento do debate sobre a biopolítica e o biopoder centrado a partir da perspectiva europeia. Já que o

próprio Foucault em Histórias da Sexualidade – Volume I (1988), afirma que nunca houve guerras tão sangrentas como a partir do século XIX. Para ele, então o estado nazista foi o que exerceu de forma mais completa o direito de matar. (MBEMBE, 2018). A partir dessas considerações conseguimos perceber que ele desconsiderava as práticas coloniais.

Dessa forma, na perspectiva da necropolítica, o holocausto deixa de ser então ponto de partida da concepção de genocídio, tornando-se "o processo de colonização e neocolonização e, consequentemente o extermínio das populações indígenas, dos povos autóctones e o sequestro e escravização dos povos de Áfricas passam a ser o centro do debate bio-necropolítico." (LIMA, 2018, p. 26).

Necropolítica é um conceito pensado a partir das ocupações coloniais e neocoloniais - Mbembe pensa principalmente a partir da ocupação tardia da Palestina. Ela é basicamente o poder de decisão sobre quem deve viver e quem deve morrer, relacionada pelo autor com a ideia de soberania. "Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder". (MBEMBE, 2018, p. 5).

Mbembe vai além na concepção de Foucault de biopoder e estabelece uma relação entre biopoder, soberania e estado de exceção. Essa relação é estabelecida por Mbembe na medida em que a soberania é o que define quem importa e quem não importa, quem é matável e quem não é. Ela é o poder de fabricar pessoas que "[...] vivem no limite da vida, ou no limite externo da vida – pessoas para quem viver é um constante acerto de contas com a morte [...]". (MBEMBE, 2020b, p. 68). Viver sob condições de constante vulnerabilidade e possibilidade de violência gratuita como vive o povo negro é viver nesse eterno acerto de contas com a morte. Uma morte que pode nos encontrar a qualquer momento e de qualquer forma. Mbembe reflete sobre a vida e a morte como um traço da política (LIMA, 2018), como elementos que fazem parte do poder, descrito como ele não como o poder que está nas grandes estruturas, mas como o poder que está em todas as relações humanas.

O estado de exceção, juntamente com a relação de inimizade, se tornou o que justifica e normatiza o direito de matar. O poder apela à exceção e à essa noção constante de que há um inimigo, que merece e precisa ser aniquilado, sendo inclusive uma premissa necessária à própria existência dos que são os não matáveis.

Mbembe considera a noção de estado de exceção como a que acredita Giorgio Agamben (2004). Para o último autor, o estado de exceção tem cada vez mais se tornado uma técnica dos governos modernos e não uma medida provisória de suspensão de direitos, principalmente no que pode ser atualmente considerada como uma guerra civil mundial. No âmbito jurídico-constitucional, o estado de exceção é uma possibilidade de legalizar o que seria ilegal em um

estado democrático de direitos em condições tidas como normais. A instauração do estado de exceção permite, assim, que indivíduos percam alguns de seus direitos civis e políticos graças a uma situação considerada e determinada como de emergência. Na situação em que o estado de exceção passa a ser uma prática de governo, o estado de emergência é constante.

Agamben acredita existir um significado biopolítico na instauração do estado de exceção de maneira permanente. Isso porque a situação é mais uma das formas em que o poder é exercido para o controle das vidas dos cidadãos. Ele traz como exemplos a realidade dos Estados Unidos da América pós atentados de 2001. O então presidente do país promulgou no mesmo ano, leis voltadas para os suspeitos de envolvimento com práticas terroristas. O *USA Patriot Act* foi promulgado pelo Senado estadunidense em outubro de 2001 e permitia que se mantivesse preso " [...] o estrangeiro (alien) suspeito de atividades que ponham em perigo a 'segurança nacional dos Estados Unidos' [...]". (AGAMBEN, 2004, p. 14).

No Brasil, alguns lugares – os frequentados e habitados em sua maioria por pessoas negras – são lugares em que o estado de exceção é uma prática de governo. Nas favelas e periferias do país, casas são invadidas, propriedades violadas, execuções são realizadas, tudo isso em nome da invenção de um estado e de uma situação de emergência.

Dessa forma, a divisão entre as pessoas que devem morrer e as que devem viver é feita através da "[...] distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma cesura biológica entre uns e outros" (MBEMBE, 2018, p. 17). O que Foucault define como racismo. Mbembe considera justificável que a raça e o racismo tenham importância na lógica do biopoder e da necropolítica, já que ela foi a responsável pela divisão, na prática e nas políticas do Ocidente, em desumanizar povos estrangeiros.

A necropolítica deve ser pensada a partir do colonialismo, do sistema escravocrata que marcou a formação de diversas nações – entre elas a brasileira – e ainda persiste com sua lógica mesmo após o fim oficial do regime econômico. A escravização foi uma forma de exercer a biopolítica, em que o estado de exceção operava. Nas colônias, o direito de matar não estava restrito a quaisquer tipos de lei ou regras. O senhor poderia matar de qualquer forma, por qualquer motivo que lhe conviesse. Dessa forma, a partir do processo escravocrata o povo negro foi então forjado em um constante estado de exceção. "Ou seja, nós nos constituímos desde o princípio e no seu fim numa zona de exceção." (LIMA, 2018, p. 27).

Essas formas de violência não ficaram no passado, elas continuam a acontecer na ocupação colonial tardia. Mbembe considera que "a forma mais bem sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina" (MBEMBE, 2018, p. 41). A ocupação

colonial contemporânea é uma junção entre os poderes disciplinar, biopolítico e necropolítico e juntos eles garantem ao poder colonial a dominação absoluta sobre os habitantes dos territórios. Dessa forma, Achille Mbembe procura demonstrar que a ideia de biopoder não mais é suficiente para dar conta das relações de terror e de morte que existem na contemporaneidade. A partir dela não é possível compreendermos a subjugação da vida ao poder da morte e as verdadeiras políticas de mortes a que muitos seres humanos, os seres matáveis estão expostos.

As mortes desses grupos de pessoas não têm nada de trágico, de espantoso, tão pouco de surpresa. Por isso mesmo que a necropolítica se tornou possível e mais que isso, se multiplica a cada dia, ao infinito (MBEMBE, 2020b). “De regra, trata-se de uma morte à qual ninguém se sente obrigado a reagir” (MBEMBE, 2020b, p. 68). Algumas pessoas se sentem sim na obrigação de reagir. O Movimento negro quando vai as ruas clamando por justiça e trazendo a pauta do genocídio do povo negro se sente na obrigação de reagir. O Alma Preta Jornalismo quando declara que sua política editorial é abertamente antirracista se sente na obrigação de reagir. Um pesquisador que estuda a necropolítica e produz a partir dessas pesquisas novas epistemologias se sentiu na obrigação de reagir. Eu me senti na obrigação de reagir.

Mantendo uma relação direta com o conceito de Necropolítica está o de brutalismo, também pensado por Achille Mbembe (2021). Ao longo do livro o autor nos apresenta algumas definições do termo. A primeira delas busca refletir sobre o poder como “força geomórfica agora se constitui, se expressa, se reconfigura, atua e se reproduz por fraturamento e fissuração.” Por meio de forças e técnicas, o poder é capaz de definir não apenas o que é o humano, mas os grupos que não são considerados com tais. A partir da normatização dos estados de exceção e de emergência cada vez mais vai se fortalecendo o estado do não-direito. Viver nessas situações extremas está se tornando cada vez mais o comum.

O brutalismo também trata do poder e do domínio sobre os corpos, mas esse poder é pensado sob uma perspectiva diferente da pensada na biopolítica, pois dessa vez a crença é a de que não há distinção entre seres vivos e máquinas. Os seres vivos em questão são os seres racializados. Mbembe refere-se às pessoas racializadas não apenas como as não-brancas, mas estabelece uma reflexão sobre o devir-negro do mundo, como em *Crítica da Razão Negra* (2018), que é a condição de subalternidade que graças ao capitalismo se estende e vai para além de pessoas negras, como também para os pobres, que de acordo com sua situação, são também tratados como negros.

O brutalismo funciona como forma de punção e coleta desses corpos. Os corpos racializados, por serem considerados potencialmente virulentos - os que têm a capacidade de propagar uma doença - e que são virulentos justamente por serem racializados, estão sujeitos a

formas de controle, domínio e violência como o sequestro e a captura. Além disso, para eles, a lei é uma armadilha, não uma forma de fazer justiça. A lei é uma maneira de desarmar esses corpos, fazendo deles presas fáceis. Afinal, a lei é um instrumento pensado e produzido a partir de e para certos grupos sociais. Os corpos não brancos não são o foco de proteção das leis. Para que o brutalismo opere, ele precisa de uma "economia política dos corpos" (MBEMBE, 2021, p. 53). Precisa de um sistema que o sustente.

Dessa forma, o próprio sistema neoliberal, se pensando a partir dos corpos racializados, "[...] é, na realidade, um gigantesco dispositivo de bombeamento e carbonização." (MBEMBE, 2021, p. 53).

Além disso, o brutalismo consiste em usar técnicas próprias aos campos de batalha, só que na vida civil. Como exemplo, Mbembe traz a polícia que

> cerca a multidão e faz uso de munição menos letal contra manifestantes desarmados. Recorre a disparadores de balas de borracha de 44mm e outros dispositivos de disparo de balas ditas defensivas, granadas ditas de dispersão, bombas de efeito moral e não hesita sequer em usar granadas explosivas de gás lacrimogênio [...], apesar de proibidas." (MBEMBE, 2021, p. 47-48).

O brutalismo não é apenas a sensação de guerra e seus horrores, é também a naturalização desse sentimento, é essa situação sendo parte do cotidiano, como em um estado de exceção constante. Essa rotinização, é o que segundo Mbembe caracteriza sua especificidade e um de seus pontos principais. Principalmente nos corpos de quem é brutalizado. "[...] O brutalismo consiste na produção de uma sequência de coisas que, em um dado momento, conduzem a uma série de eventos fatais." (MBEMBE, 2021, p. 46). Além disso, ao ato de matar, deve-se somar o "[...] prazer de matar, de executar sumariamente e não raro em massa." (MBEMBE, 2021, p. 47). Poder aniquilar esses corpos sem que sejam exigidas explicações passa a ser a norma, assim como liquidar os feridos e matar prisioneiros. Vai se criando então uma naturalização da guerra social em que os assassinatos deixam de ser exceção.

O capital é, na contemporaneidade, algo do qual não é possível escapar e a maneira como o capital atinge os diferentes grupos da sociedade é muito desigual. Por ser desigual, ele produz "'populações em situação irregular' e, portanto, privadas de qualquer proteção [...]." (MBEMBE, 2021, p. 71). O capitalismo produz "vidas supérfluas", vidas em excesso. A lógica não é mais a mesma que a da utilidade que as classes trabalhadoras possuíam. Isso porque, os corpos racializados, diferentemente do papel que tinham na época da escravização, não mais detém valor de mercado. Como escravos, eles tinham um valor mercantil que agora não existe mais. Eles são a sobra, o excesso. Esses corpos em excesso precisam ser limitados em relação à circulação e à mobilidade. Eles têm sido limitados à prisão domiciliar nos guetos ou ao

encarceramento, que desempenha um papel fundamental na gestão e no domínio desses corpos em excesso.

A fronteirização é também uma das formas de imobilizar a população em excesso. As fronteiras não são mais uma linha que demarca os espaços definidos por países ou por entidades soberanas. Elas são o espaço por si só. A fronteirização é o processo pelo qual certos lugares são considerados intransitáveis para determinados tipos de pessoas. Essas pessoas não são vistas de forma individual, mas como uma massa. Fronteirização é o que acontece com pessoas pobres ou com as não brancas quando não têm acesso a determinadas áreas de uma mesma cidade por exemplo, quando são vistas como não pertencentes àquele local, não apenas de maneiras simbólicas como não se sentirem bem-vindas, como também por falta de condições de transporte ou por preços que não consegue pagar. Em lugares vistos como para pessoas brancas, os não brancos só conseguem chegar para trabalhar.

1.4 – Mesmo antes da morte do corpo já conhecíamos a morte social: o Genocídio Racial-Colonial

Segundo a corrente afropessimista, uma das condições do corpo negro é a de ser morto socialmente. É Orlando Patterson (2018) quem nos apresenta o conceito de morte social. Para o autor, a escravização fazia do escravo um ser socialmente morto, totalmente à margem da cidadania e "impotente em relação a outro indivíduo" (PATTERSON, 2018, p. 23, tradução nossa). Um dos elementos que tornava possível essa morte social do escravo era o desenraizamento. O escravo era afastado e tinha as relações com seus parentes negadas. Não apenas as relações com seus parentes, mas com seus antepassados. Além disso, as relações sociais constituídas pelos escravos não eram tidas e vistas como legítimas. As relações afetivas e sexuais não eram legitimadas como casamentos, as mulheres negras podiam ser vítimas sexuais de seus senhores quando eles bem quisessem; as relações de maternidade e paternidade não eram legitimadas, já que os pais não tinham direitos sobre os filhos, que podiam ser separados deles ou vendidos a qualquer momento.

Outro elemento caracterizado por Patterson (2018) como constituinte da escravização era a desonra. "Frederick Douglas enfatizou repetidas vezes que a perda da honra, e a sua relação com a perda de poder, constituía a característica central da escravidão" (PATTERSON, 2018, p. 34, tradução nossa). Através da morte social, o escravo já chegava ao seu local de

destino como um ser morto socialmente e sem quaisquer direitos e a qualquer pertencimento da “ordem social legítima”.

Para Patterson a morte social é uma condição do ser escravo e que acompanha o povo negro também ao longo do tempo. A morte social é, além disso, algo que antecipa a morte física. Isso porque, se o negro é alguém desenraizado, um farrapo humano, ele é passível também da morte física, sem que ela seja algo reprimível. A morte social é algo que legitima a morte física.

A morte física do negro é assim naturalizada. Torna-se apenas mais um corpo no chão, mais um sem raízes, sem história, sem passado e sem futuro que se foi. Mais um número para entrar para as estatísticas.

Por outro lado, engana-se quem acredita que o genocídio do povo negro seja um tema atual ou tão pouco uma novidade entre as discussões do movimento negro ou ao menos das pessoas que se interessam no extermínio ao qual somos submetidos há séculos. Abdias Nascimento já discutia o tema em 1978. No livro *O genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado* o ator, poeta, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político, ativista e ex-deputado federal discorre sobre algumas das práticas que caracterizaram o genocídio, práticas essas que aconteceram e vêm acontecendo com a população negra. Para o autor, a exploração sexual da mulher africana, o mito do africano livre e o branqueamento da raça negra foram algumas das estratégias utilizadas ainda durante o colonialismo para exterminar a raça negra.

Nascimento (1978) traz em sua pesquisa que o número de mulheres em relação aos homens africanos na época colonial era desproporcional, e além disso, muitas eram impedidas de constituir um núcleo familiar com homens africanos. Sobrava a elas muitas vezes o papel de prostitutas exploradas sexualmente pelos senhores de escravos como meio de renda, ou simplesmente para satisfazer os desejos sexuais de seus senhores. Dessa forma, a não continuação de família é considerada por Nascimento como uma maneira de genocídio da raça, pela impossibilidade de se pensar em um futuro.

O mito do africano livre consistia em jogar à própria sorte os escravizados que já não eram úteis ao sistema de exploração. Os doentes, idosos e mutilados eram simplesmente jogados na rua, sem nenhum tipo de assistência e eram então considerados livres. Nascimento estabelece um paralelo entre essas práticas e a forma como foi conduzida a abolição da escravidão, que segundo ele “[...] exonerou de responsabilidades os senhores, o estado, e a Igreja. Tudo cessou, extinguiu-se todo o humanismo, qualquer gesto de solidariedade ou de

justiça social: o africano e seus descendentes que sobrevivessem como pudessem." (NASCIMENTO, 1978, p. 65).

Da mesma forma, o branqueamento da raça é visto pelo autor como uma forma de extermínio em massa da população negra. O estupro das mulheres negras era, segundo o autor, uma forma de construir a nova casta racial no Brasil, os "produtos de sangue misto" (NASCIMENTO, 1978, p. 69) – mulatos, pardos, morenos, entre outras designações. O mulato é o primeiro passo para o projeto de embranquecimento do país, apoiado inicialmente na violação da mulher negra, atitude que era vista como normal. Os que acreditavam no embranquecimento previam que a raça negra não existiria mais no Brasil. Era tudo uma questão de tempo.

Aliada ao estupro das mulheres negras como forma de clarear a população brasileira estava a política imigratória no pós-abolição. Entre 1930 e 1945 o governo de Getúlio Vargas incentivou a entrada de imigrantes, mas esses imigrantes tinham um perfil específico: não poderiam ser negros, judeus ou asiáticos. Para Nascimento, "Fato inquestionável é que as leis de imigração nos tempos pós-abolicionistas foram concebidas dentro da estratégia maior: a erradicação da 'mancha negra' na população brasileira." (NASCIMENTO, 1978, p. 71). Dessa forma, o embranquecimento é visto pelo autor como mais um componente em um projeto maior, o de exterminar a população negra do país.

Na atualidade, Dylan Rodriguez (2017) discute o genocídio racial e racial-colonial. Assim como a concepção de biopolítica de Foucault não mais dá conta do que vivemos na atualidade a respeito da política de morte, as definições formais de genocídio não são capazes de refletir o que acontece atualmente. O que o autor propõe é uma definição específica do genocídio racial e racial-colonial, que é o que estrutura toda a forma de hierarquização que separa os escolhidos e os não-escolhidos. A concepção formal de genocídio que o tornou um aparato institucionalizado passa por dos entendimentos: o regime acadêmico e o regime jurídico (amparado pela Convenção de Genocídio das Nações Unidas - 1948).

O discurso hegemônico acadêmico sobre o genocídio é dominado pelo campo dos Estudos sobre o Genocídio (Genocide Studies), criado na década de 1980. Tem sido caracterizado pelo estabelecimento do Holocausto na Alemanha nazista como o ponto de referência histórico e conceitual paradigmático para o conceito. É como se não houvesse existido genocídio antes disso, esquecendo, ou não considerando como tal, os genocídios cometidos por brancos sobre negros e indígenas nos períodos coloniais, tanto na África como no considerado Novo Mundo.

Já a concepção jurídica sobre o genocídio está centrada em cinco pilares “definição legal do termo, criminalização judicial, estabelecimento paradigmático da díade “vítima-algoz”, conceitualização da prova de intenção e definição da jurisdição legal das Nações Unidas”. A necessidade de provar a intenção de ser um genocídio é inclusive ônus da acusação. Sendo assim, cabe ao acusador provar que quem praticou o genocídio teve a intenção de realizar tal ato, independentemente da quantidade das mortes e das perdas humanas.

Ao acessar o site do Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC) é possível encontrar informações sobre o que é considerado e pode ser definido como genocídio pela Organização. Baseado no que foi definido na Convenção de Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio de 1948 (conhecida como Convenção sobre Genocídio), o texto nos traz a informação de que poucos tribunais classificaram eventos particulares como genocídio. Traz também exemplos de alguns eventos classificados como genocídio como

> A nível internacional, o Tribunal Penal Internacional para o Ruanda, determinou o assassínio dos Tutsis em 1994 no Ruanda como genocídio. Já o Tribunal Penal Internacional para Antiga Jugoslávia classificou os eventos de 1995 em Srebrenica (Bósnia e Herzegovina) como genocídio. (ONU..., 2015, n. p.).

Silêncio absoluto sobre o genocídio racial e racial colonial. O texto fala também sobre a necessidade de relembrar o que aconteceu no passado, em relação aos genocídios, e da dignidade de pessoas que tenham sido vítimas.

> Relembrar é a primeira pedra do pilar de medidas relativamente à prevenção do genocídio. Honrar o legado das vítimas inclui dois compromissos: o de não as esquecer e o de prevenir o risco de genocídios futuros, ambos com o objetivo de criar um mundo pacífico que soube aprender com as lições do passado. (ONU..., 2015, n. p.).

Mesmo assim, não existe sequer uma linha no texto, no site de informações das Nações Unidas, sobre os massacres sofridos por negros ao longo de séculos de escravização. Sobre a política de terror e de morte a qual todo um povo foi submetido. Sobre a negação de direito à dignidade a que fomos expostos. Talvez seja difícil provar a intenção dessas ações, ou talvez o povo negro não seja entendido como possível vítima de genocídio por conta do humanismo europeu simplesmente não o reconhecer como humanos. Talvez.

O ponto de convergência mais crítico entre as concepções jurídica e acadêmica é a ideia generalizada de que a criminalização do genocídio é uma maneira correta (e potencialmente) efetiva de prevenir a sua ocorrência futura (RODRIGUEZ, 2017). Dessa forma, para evitar que outros genocídios ocorram, bastaria criminalizar a tomar medidas contra quem praticou essa ação no passado. Assim, o genocídio não mais ocorrerá no futuro.

Essa ideia da criminalização como uma solução para eventuais futuras ocorrências perpassa a ideia de individualização da responsabilidade por práticas genocidas. A crença em vilões anula e assim impossibilita análises mais gerais e sociais sobre os genocídios como práticas e sistemas "sociais, políticos, econômicos e militares, independentemente das ações de seus agentes, administradores e líderes". (RODRIGUEZ, 2017, p. 16).

O autor nos leva a refletir sobre os limites sobre o que consideramos genocídio e extermínio. Existe a criação do sujeito humano ideal do que é considerado genocídio. O universalismo cria a vítima ideal. A jurisprudência do genocídio não abarca os genocídios raciais e dentro disso o autor nos traz as concepções de genocídio racial e racial colonial.

É nesse cenário de incompatibilidade entre as concepções acadêmica e jurídica sobre genocídio que Rodriguez traz à tona para reflexão o genocídio racial e racial colonial. Citando Fanon, o autor nos leva a refletir que estar sujeito ao terror, à caça e ao extermínio é a condição social presente na vida negra em formações sociais ocidentais modernas.

O trabalho de Rodriguez busca se afastar das teorias hegemônicas. Uma corrente dentro da vertente acadêmica considera os genocídios racial e racial colonial como uma etapa, um estágio necessário para o desenvolvimento de uma época, como a formação dos estados-nação modernos ou a formação do capitalismo. Já Rodriguez considera o genocídio como um fim em si mesmo. "Talvez o terror, a humilhação, e a violência sejam o objetivo do genocídio, não havendo, portanto, a necessidade de um objetivo a priori (RODRIGUEZ, 2017, p. 8)." A instauração do terror é o objetivo final.

Trazendo para a atualidade, podemos considerar que Rodriguez tem razão ao considerar o genocídio como um fim em si mesmo, pois qual seria a explicação para o que acontece com a juventude negra no Brasil atualmente?

Sobre a política de genocídio ao qual a população negra é submetida, Osmundo Pinho (2021) pondera que a os povos brancos podem experimentar o genocídio, mas diferentemente do que aconteceu e ainda acontece com os negros, não é isso que os constitui "e não é isso que faz dos brancos, brancos (quer dizer, humanos)" (PINHO, 2021, p. 223). Ou seja, segundo o autor, o que marca o entendimento dos negros enquanto negros é justamente um processo genocida, é ele que constitui a nossa gênese enquanto povo.

O genocídio da população negra tem relação na verdade com a existência negra e contra tudo o que representamos. A morte dos nossos corpos, o extermínio das nossas religiões e cultura, as não condições de vida a que somos submetidos, tudo faz parte de uma política de extermínio contra o povo negro. De uma política antinegra.

Segundo dados do Atlas da violência 2020, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2018,

> [...] os negros (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não negras. (CERQUEIRA; BUENO, 2020, p. 47).

Quando o recorte é apenas a juventude, os números mais uma vez confirmam as práticas genocidas a que os negros estão submetidos. Segundo dados do DataSUS, entre jovens de 15 a 29 anos, a taxa de homicídios de negros é de 98,5 assassinatos por 100 mil. A taxa de brancos por outro lado é de 34 a cada 100 mil habitantes. O número é quase três vezes menor que o dos jovens pretos e pardos.

A situação de extermínio se repete quando nos debruçamos na realidade das crianças negras. Estudo publicado pelo Instituto Sou da Paz revela que em 2019, nos casos de mortes causadas por agressão em crianças e adolescentes de até 14 anos, o número de crianças negras mortas por armas de fogo é quase duas vezes superior ao número de não negras: "[...] 61% das vítimas negras até 14 anos foram mortas por arma de fogo enquanto entre as não negras essa proporção foi de 31%." (CRIANÇAS..., 2021, n. p.).

O espaço é também uma ferramenta social e de poder (BOURDIEU, 2013). Sobretudo se considerarmos o efeito de naturalização, também exposto por Bourdieu, em que muitas vezes acreditamos que as coisas são assim simplesmente porque são. Pensando no Rio de Janeiro, podemos perceber que a maioria dos recursos, sejam financeiros, culturais, educacionais, se localizam na Zona Sul, proximidades do Centro e Barra da Tijuca, enquanto o restante da cidade tem pouco ou nenhum acesso a eles. Isso não tem nada de natural, na verdade, demarca abertamente uma segregação espacial, social e racial.

Bourdieu também nos traz a ideia de hierarquização do espaço. Para ele, "em uma sociedade hierarquizada, não existe espaço que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as diferenças sociais de um modo deformado [...]" (BOURDIEU, 2013, p. 134). A sociedade brasileira é uma sociedade marcada historicamente pela diferenciação das pessoas, dos espaços, das oportunidades e até mesmo da noção de humanidade a partir da racialização. A ideia construída de "humano universal" deu-se a partir de uma ordenação espacial baseada na Europa (SODRÉ, 2002, p. 29). O ser humano universal era o homem branco europeu, e todo o diferente disso era o bárbaro, selvagem, negro. Dessa forma, os seres inumanos eram

passíveis de todas as formas e violência, pois as relações passadas continuam marcando o espaço social. O surgimento das favelas no Rio de Janeiro foi um processo de manutenção de uma lógica escravocrata.

Devemos lembrar também do processo de higienização das cidades, particularmente o que passou a cidade do Rio de Janeiro, por meio das reformas e das demolições de cortiços antes localizados no centro da cidade. A presença dos corpos negros era vista como um empecilho à higiene e à modernização.

Além disso, Bourdieu traz também em seu texto a reflexão sobre como, a partir da hierarquização dos espaços, o capital permite manter a distância ou aproximar as pessoas e coisas. As indesejáveis são mantidas à distância e, ao mesmo tempo, aproximam-se as pessoas e coisas desejáveis.

A gestão necropolítica também é uma gestão espacial. A divisão espacial das cidades faz com que sejam criados espaços brancos e espaços negros, as zonas de elite de um lado e as favelas e periferias de outro. Os espaços brancos são os que merecem investimentos e segurança, e os espaços negros onde são naturalizadas as mortes e todo tipo de atrocidade. “O racismo separa os grupos que devem ter uma vida e uma espacialidade ampliada, dos que merecem ser tratados como indivíduos descartáveis e uma espacialidade restrita.” (OLIVEIRA, 2015, p. 3).

Além da mobilidade e acesso a investimentos, o racismo ao “inscrever-se espacialmente”, divide o território entre os que estão dentro e os que estão fora da ordem da lei, o que possibilita a instauração do estado de exceção (AGAMBEN, 2004).

Agamben não considera que o estado de exceção sempre existiu nas colônias, no sistema de plantation. Ele sempre foi a regra para os negros, pois os senhores tinham o direito soberano de dispor sobre suas vidas e corpos da forma como bem quisessem.

O estado de exceção passa a ser o objeto de desejo dos que estão em posição de poder na cidade, já que legitima o direito de matar os indesejáveis. Indesejáveis de circular, ver e estar na cidade em que os que acreditam estar em posição de superioridade vivem.

Existem além da política de assassinar os que não deveriam estar ocupando esses espaços nas cidades, a tentativa de barrar suas ações. Em 2015 uma onda de ações policiais ocupou as discussões e a mídia por retirar de forma compulsória jovens (em sua maioria negros) dos ônibus que fazem trajetos de favelas para a Zona Sul do Rio de Janeiro. A linha 474 (Jacaré x Copacabana) era uma em que as blitz aconteciam. Jovens foram retirados dos ônibus e encaminhados ao Ciaca (Centro Interprofissional de Apoio à Criança e ao adolescente), em

Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, em Kombis da Polícia Militar. As ações aconteciam aos fins de semana, quando os jovens estavam indo em direção às praias da Zona Sul.[10]

A favela se transformou então, na verdade foi transformada, no espaço para o exercício do estado de exceção. Assim como a plantation o era na época da colonização. A aproximação das práticas de terror não são nem de longe coincidência, já que historicamente o Estado sempre espacializou, segregou e destinou suas manifestações de terror em lugares estigmatizados racialmente (MBEMBE, 2021).

No contexto de práticas genocidas na atualidade contra o povo preto, a polícia, principalmente a militar, tem uma rotina de violência gratuita e brutalidade quando as ações são com pessoas negras. Além disso, atua de forma diferente em relação a pessoas negras e a pessoas não negras. Keaanga-Yamahtta Taylor (2017), traz em seu texto considerações sobre essa brutalidade e sobre as diferenças de abordagem com os afroamericanos .

> Cuando la policía manipula la ley y se vuelve un agente de la ilegalidad y el desorden, se convierte en un recordatorio concreto de los límites de la igualdad formal. No se puede ser verdaderamente libre cuando la policía está en condiciones de atacarte sin ningún motivo en particular. (TAYLOR, 2017, p. 121).

Taylor traz em seu texto uma reflexão sobre a polícia ser a força armada do Estado (em questão o Estadunidense) e o fato de ela existir e ter sido criada para fazer valer as leis que beneficiam as elites política e economicamente poderosas, logo, a elite branca. Por outro lado, o papel realizado pela polícia está em total acordo com as práticas de um Estado racista.

No Brasil, a realidade das ações policiais não é nada diferente. Dados do ISP/RJ (Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro) de 2020 mostram que nos cinco primeiros meses do ano 741 pessoas morreram pelas mãos de agentes do Estado[11]. Representantes da lei mataram quase 5 pessoas por dia no Rio de Janeiro. Em matéria exclusiva[12], o G1 mostra que o início de 2020 foi até então o ano com maior número de mortes praticadas por policiais desde 1998.

Em 2019, dados do ISP nos mostram que 78% dos mortos em ações policiais no RJ foram pretos e pardos. Das 1.814 mortes realizadas por agentes policiais no RJ, 1.423 eram

---

[10] HERINGER, Carolina; BARROS, Rafaella. PM aborda ônibus e recolhe adolescentes a caminho das praias da Zona Sul do Rio. **Extra**, Rio de Janeiro, 24 ago. 2015 [atualizado em 7 set. 2015]. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/rio/pm-aborda-onibus-recolhe-adolescentes-caminho-das-praias-da-zona-sul-do-rio-17279753.html. Acesso em: 21 set. 2021.

[11] RODRIGUES, Matheus. RJ tem maior número de mortes por policiais em 22 anos; e o 2º menor índice de homicídios já registrado pelo ISP. **G1**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/22/rj-tem-maior-numero-de-mortes-por-policiais-em-22-anos-e-o-2o-menor-indice-de-homicidios-ja-registrado-pelo-isp.ghtml. Acesso em: 22 set. 2021.

[12] Ibid.

pessoas pretas ou pardas[13] (RODRIGUES; COELHO, 2020). Ao olharmos, e mais que isso encararmos os dados, percebemos, sentimos na pele e na alma o racismo institucional e estrutural que guia as ações de toda a sociedade. Que mata, que assombra, que silencia, que ainda direciona as nossas vidas.

Para seguir a risca o "bandido bom é bandido morto", uma frase de efeito ainda tão falada no Brasil, vale tudo. Vale invadir as residências de moradores, vale atirar sem saber para onde, vale matar acidentalmente crianças e jovens a todo o tempo. E não importa se era bandido ou não, basta ser preto e estar morto.

[13] RODRIGUES, Matheus; COELHO, Henrique. Pretos e pardos são 78% dos mortos em ações policiais no RJ em 2019: 'É o negro que sofre essa insegurança', diz mãe de Ágatha. **G1**, Rio de Janeiro, 6 jun. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/06/pretos-e-pardos-sao-78percent-dos-mortos-em-acoes-policiais-no-rj-em-2019-e-o-negro-que-sofre-essa-inseguranca-diz-mae-de-agatha.ghtml. Acesso em: 23 set. 2021.

2 – A mídia na máquina necropolítica

A comunicação é um campo que pode possuir diferentes definições. Existiram e ainda existem muitas formas de compreendê-la. As Teorias da Comunicação a fundamentam a partir de diferentes entendimentos sendo eles focados na mensagem, no receptor, no emissor ou nas mediações que existem entre um e outro. Os estudos sobre a Comunicação tiveram início na década de 1940, com a Teoria Matemática da Informação, desenvolvida pelos engenheiros Shannon e Weaver. Segundo ela, a comunicação seria medida pela transmissão de mensagens realizada de um ponto a outro.

Já na década de 1970, Jesús Martín-Barbero pensa a Teoria das Mediações, que foca na recepção, ou seja, em como as mensagens são recebidas pelo receptor. Segundo a teoria, o receptor não é um ser passivo, em que a comunicação e as instituições midiáticas embutem os conteúdos que simplesmente desejarem. Existem mediações – realizadas por instituições como igreja, escola, família etc. - que fazem com que as mensagens sejam recebidas de forma diferentes por indivíduos diferentes (MARTÍN-BARBERO, 2015).

O autor propõe deslocar o foco dos estudos da recepção para o das mediações. Para ele, a comunicação é uma mediação social e se antes as mediações eram realizadas em praças públicas, atualmente ela é realizada através de instituições como a igreja, a escola e também a mídia.

Um dos mais conceituados estudiosos no campo da comunicação no Brasil é Muniz Sodré. O jornalista, sociólogo e professor busca em seu livro *Antropológica do espelho*, publicado originalmente em 2002, situar a comunicação como uma ciência, como a ciência da atualidade. Seguindo a mesma lógica, Sodré publica em 2014 o livro *A ciência do comum - Notas para um método comunicacional*. No estudo, Sodré busca demonstrar o entendimento da comunicação como uma ciência multidisciplinar e como campo epistemológico.

Assim como Martín-Barbero, Sodré também acredita que a comunicação não deve ser vista como mera transmissora de informação. O termo comunicação tem relação com vinculação, com compartilhar, relacionar, concatenar. Segundo ele, somos seres comunicantes não porque falamos, sendo essa uma condição biológica do ser humano. Os seres humanos são comunicantes porque "[...] relacionam ou organizam mediações simbólicas – de modo consciente ou inconsciente – em função de um *comum* a ser partilhado." (SODRÉ, 2017, p. 9, grifo do autor). Comunicação tem então, em seu sentido principal, a ideia de partilha.

Na pós-modernidade, a comunicação é uma nova forma de socializar e corresponde a um modo geral de organização. Ela se constitui "[...] como principal forma organizativa." (SODRÉ, 2017, p. 14). Além desta função, a comunicação é, para Sodré, o que organiza e constitui o comum humano. Além disso, o autor acredita que a comunicação integra a estrutura do poder – já que os meios tradicionais de comunicação trabalham em favor dos grandes conglomerados. Segundo ele, os veículos de comunicação que integram a grande mídia, ou a que chamamos de mídia hegemônica, trabalham em alinhamento com o pensamento neoliberal e ajudam a espraiar essa ideologia para a sociedade. Essa associação "do campo comunicacional à financeirização do mundo" (SODRÉ, 2013, p. 123) transforma a comunicação em uma mercadoria. Como uma mercadoria, os produtos comunicacionais precisam atender a demandas de grandes empresas, atendendo principalmente a critérios lucrativos.

Stuart Hall (2016) traz a ideia do discurso midiático enquanto formador de conceitos e realidades sociais. Hall trabalha com a perspectiva construtivista do discurso, em que o mesmo é fruto de uma construção social. Para ele, aquilo que é construído socialmente com o apoio direto da mídia vira o real e o discurso por sua vez naturaliza, regula condutas, inventa ou constrói identidades e subjetividades. O discurso tem impacto no efeito.

> O discurso [...] constrói o assunto. Ele define e produz os objetos do nosso conhecimento, governa a forma com que o assunto pode ser significativamente falado e debatido, e também influencia como ideias são postas em práticas e usadas para regular a conduta dos outros. (HALL, 2016, p. 80).

Da mesma forma, o autor sugere o questionamento da imagem, pois o sentido é produzido na variedade midiática em que os objetos culturais regulam e organizam nossas práticas e condutas. Sendo assim, quem propaga e emite a produção de sentido é quem está no comando. Assim, a visão de Hall é a de que a mídia produz muitos efeitos na sociedade. É um tipo de poder que se exerce na administração da visibilidade pública.

Nesse sentido, precisamos questionar as imagens e textos que são distribuídos pela grande mídia, pois é no discurso que se baseia a construção dos estereótipos. Dessa forma, podemos analisar como o discurso da mídia constrói estereótipos sobre o povo negro.

2.1 – Comunicação como construção do Comum e o Bios Virtual

Para Sodré, para que a comunicação aconteça, é imprescindível existirem três pilares: comunidade, vinculação e comum. A comunidade é o que dá vida à comunicação, onde ela acontece de fato, para além do código. Já a elaboração do comum

> tem sido presidida pelo mercado e administrado pelas corporações [atendendo aos interesses dos mesmos]; o Comum também é reforçado por sua riqueza simbólica no interior da comunidade. Por isso, é o Comum que entra na disputa capitalista. Dominar o Comum por completo é dominar a Comunicação [...]. (SALDANHA, 2017, p. 195).

O Comum é a zona, o espaço de disputa e de tensão para a constituição do discurso dominante, das concepções de mundo. Um dos pontos fundamentais na discussão gerada por Sodré (2013) é que atualmente, o comum humano é constituído pelos sistemas movidos à tecnologia eletrônica, pelos meios de comunicação eletrônicos – o autor fala mais diretamente sobre televisão.

Sodré (2017) também reflete sobre o fato de a comunicação moderna ser hoje em dia midiatizada. A midiatização é um processo de mediação, que segundo o autor, na atualidade é realizado de uma maneira exageradamente tecnológica. Na midiatização, a interpelação com o usuário final – a mediação – que antes era feita por meio de instituições como igrejas, escolas, associações, partidos políticos, entre outros, é feita através da mídia.

Esta sobreposição da midiatização em relação às mediações socioculturais é um dos pontos centrais na discussão de Sodré. Enquanto à mediação se refere à "[...] ação de fazer ponte ou fazer comunicarem-se duas partes [...]" (SODRÉ, 2013, p. 21), a midiatização é "[...] uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional [...]" (SODRÉ, 2013, p. 21). Ou seja, toda vez que se medeia, pressupõe-se que tem alguém entre a mensagem e o receptor final, mas em se tratando de midiatização, sugere-se que há uma interpelação direta da mídia. A questão à qual devemos ter atenção é que a midiatização é alinhada aos interesses e imposições mercadológicas. Os que antes eram espaços tradicionais agora são também intermediados pela mídia.

Giddens chama esse processo de dissipação da ideologia neoliberal de "reflexividade institucional" – um dos motores da modernidade –, "[...] ou seja, o uso sistemático da informação ou do saber com vistas à reprodução de um sistema social." (SODRÉ, 2013, p. 24)

Por meio da midiatização, surge uma nova ambiência de vida, a partir da classificação aristotélica das formas de vida. Segundo Aristóteles, os bios são os âmbitos "onde se

desenrolam a existência humana" (SODRÉ, 2017, p. 25). Cada bios corresponde a um gênero qualificativo da vida humana e são a partir do Bem (*to agathon*) e da felicidade (*eudaimonia*). São três os bios constitutivos: *bios theoretikos* (vida contemplativa), *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikos* (vida prazerosa, a vida do corpo). Os *bios* são o que constituem vida humana. Sendo assim, a midiatização é uma nova forma para a constituição das identidades pessoais.

A midiatização é um novo bios, o bios midiático. Sendo assim, ela é um modo de presença no mundo, uma ambiência e uma forma de vida. A vida midiatizada. A partir dessa classificação, midiatização é, uma "[...] tecnologia de sociabilidade ou um novo *bios*, uma espécie de quarto âmbito existencial [...]". (SODRÉ, 2013, p. 25)

O bios virtual, ou midiático é o "ecossistema dessa nova forma de consciência coletiva" (SODRÉ, 2017, p. 122). Sendo assim, ao sermos convertidos a ele, é passada a falsa ideia de que tudo o que é humanamente importante é encontrado na midiatização, e "[...] são considerados socialmente válidos apenas os discursos legitimados pela articulação das instituições hegemônicas com a mídia." (SODRÉ, 2017, p. 123).

A mídia forma então uma "agenda coletiva" (SODRÉ, 2017, p. 26), estruturando e reestruturando percepções e cognições. A partir dessa ideia da mídia temos a percepção de que os temas de interesse da sociedade são os que estão sendo discutidos e estão aparecendo na mídia. A partir daí devemos nos indagar: e quando a grande mídia simplesmente não pauta determinados assuntos? O genocídio da população negra por exemplo é um dos assuntos quase nunca pautados pela mídia hegemônica. Quando ele aparece é de uma forma superficial, não demonstrando os fatores estruturais e institucionais que têm levado a sociedade brasileira a essa situação.

Destarte, as instituições midiáticas, ao operarem alinhadas com a ideologia financeira neoliberal e contribuírem para espalhar e para a manutenção desse pensamento no mundo, constituem e ao mesmo tempo asseguram o pensamento hegemônico. São por isso, chamadas de mídias hegemônicas, em contraposição com as mídias contra-hegemônicas, que como o próprio nome entrega, atuam de forma a construir outros tipos de pensamento, geralmente ligados aos movimentos sociais. Sobre elas falaremos mais adiante.

Neste trabalho é explorado o sentido de hegemonia como o entendido pelo filósofo italiano Antonio Gramsci. Através do pensamento de Gramsci, busco estabelecer a relação entre hegemonia, as batalhas pela conquista do poder e qual o papel da comunicação e da mídia nessa configuração. Para o autor, compõem a hegemonia os aspectos político, cultural, ideológico e cultural. Essas forças coexistem, juntamente com outras determinantes como a

produção da fantasia, a arte, a religião, a filosofia e a ciência. Elas se articulam à política e à economia para a produção de um pensamento determinante e dominante (PAIVA, 2002 *apud* GÓES, 2007). Esse conjunto de práticas forma "[...] um senso de realidade para a maioria das pessoas na sociedade, uma cultura que tem também de ser considerada como o domínio e subordinação vividos de determinadas classes" (WILLIAMS, 1999 *apud* GÓES, 2007, p. 2).

A hegemonia não é coercitiva, realizada exclusivamente através da força. Ela não é uma simples forma de dominação e nem tão pouco é estática. É sim conquistada através de um jogo de consenso e dissenso. Por isso mesmo, precisa se refazer a todo tempo e é inclusive passível de resistência, por meio dos aparatos contra-hegemônicos. A batalha pela conquista da hegemonia é a batalha pela conquista do poder e pelo consenso dentro da sociedade civil.

O Estado em seu sentido amplo é composto pela sociedade política – "[...] conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle dos grupos burocráticos unidos às forças armadas e policiais e à aplicação das leis" (MORAES, 2010, p. 57) e pela

> "[...] sociedade civil, que designa o conjunto de instituições responsáveis pela elaboração e propagação de ideologias enquanto concepções de mundo, compreendendo o sistema escolar, a Igreja, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, etc. (MORAES, 2010, p. 57).

A sociedade civil é o espaço em que a hegemonia é concebida, já que na sociedade política a palavra de ordem é a coerção. "[...] A sociedade civil se credencia como espaço de hegemonia 'na medida em que fornece a possibilidade de elevação política dos interesses econômico-corporativos, ou, em outros termos, a passagem dos interesses do plano *egoístico* para o plano *ético-político*, universal [...].'" (NOGUEIRA, 2001, p. 120, grifos do autor *apud* MORAES, 2010, p. 58).

Na sociedade civil têm lugar os "aparelhos privados de hegemonia", isto é, organismos e instituições que não são diretamente ligados ao Estado em sentido estrito, mas que integram o jogo de "[...] consensos e consentimentos em torno de suas proposições." (MORAES, 2010, p. 59). Na perspectiva gramsciana, a hegemonia pode e deve ser preparada por uma classe que lidera a constituição de um bloco histórico que articula e dá coesão a diferentes grupos sociais em torno da criação de uma vontade coletiva.

Faz-se importante refletir sobre o papel dos aparelhos midiáticos na construção da disputa pela hegemonia, dentro da perspectiva Gramsciana. Sobre como ela é construída e disputada na sociedade civil. Os aparelhos midiáticos (da grande mídia) são parte de grandes

conglomerados, grandes grupos que detêm poderio em diferentes áreas de atuação, dentro do entretenimento.

A mídia é um dos mecanismos para a construção e manutenção do pensamento hegemônico, de acordo com os interesses do mercado. No Brasil, o mercado não tem interesse nas práticas sociais nem na ideia de construção de uma sociedade antirracista. Assim, o pensamento hegemônico é alinhado à sociedade racista em que vivemos. Pensamentos como o mito da democracia racial, meritocracia, do negro como um inimigo em potencial, entre tantos outros são o que fazem parte do imaginário social dominante.

Os aparelhos midiáticos são produtores de conteúdo, e mais que isso, possuem capacidade de grande distribuição deste conteúdo, portanto ocupam um lugar privilegiado na disputa pelo controle do discurso difundido e construtor do pensamento dominante.

Por isso, formar a opinião é uma operação ideológica "[...] 'estreitamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força'" (GRAMSCI, 2000, p. 265 *apud* MORAES, 2010, p. 67). "[...] É no domínio da comunicação que se esculpem os contornos da ordem hegemônica, seus tentáculos ideológicos, suas hierarquias, suas expansões contínuas no bojo da mercantilização generalizada dos bens simbólicos." (MORAES, 2010, p. 68).

2.2 – Racismo, necropolítica e possibilidades de diferentes construções na mídia

Como um dispositivo que coopera, contribui e trabalha de forma a construir e sustentar o pensamento hegemônico e neoliberal, a mídia tradicional é também racista. Para Muniz Sodré (2015) uma questão a ser pensada sobre as relações étnico-raciais na mídia consiste no que o autor denomina como racismo midiático, que é sustentado por fatores como a negação que é a tendência da mídia tende a negar a existência do racismo; o recalcamento, que é o fato de tanto no jornalismo como na indústria cultural em seus diferentes produtos, não ser dada a devida importância para as manifestações simbólicas de origem negra; a estigmatização, fato de a pele escura tender a tornar-se um estigma em um país de dominação branca, e a indiferença profissional já que por um lado a mídia se organiza enquanto qualquer uma empresa e não manifesta muito interesse em questões como a discriminação dos negros ou das minorias e por outro lado, é reduzida a presença de negros como profissionais da mídia brasileira.

O racismo na mídia é institucionalizado, apresenta características estruturais – pois faz parte de uma instituição social; e estruturantes – pois gera um sistema, uma lógica na qual os indivíduos se baseiam. Segundo Sodré, “nenhuma verdadeira política antirracista pode implantar-se num sistema discursivo como o dessa grande mídia”. (SODRÉ, 2015, p. 280).

A partir das reflexões de Sodré sobre a mídia, construção de discursos, realidades e estereótipos, é urgente e necessária a existência de outros tipos de mídias. A partir da construção da ideia de comum pela mídia tradicional nascem as imagens e os estereótipos de um povo, de uma raça ou etnia. Se é a mídia que constrói o comum precisamos de outras visões, precisamos de uma mídia que entre na disputa pelo comum e o reconstrua não apenas a partir do valor de corporações, mas também a partir de visões de grupos que foram historicamente subjugados.

Desde que a imprensa existe no Brasil, o negro é visto de forma depreciativa. No Império, as notícias eram basicamente sobre fuga de escravos, sobre anúncio de vendas (o negro como mercadoria), ou noticiando que um negro havia cometido um crime contra o seu senhor. Após a abolição da escravatura a pauta sobre pessoas negras passou a ser noticiar os que estavam em situação de rua e mendicância. Após esse período existe a permanência da cobertura policial, em que são noticiados delitos e crimes cometidos por negros. Percebemos que existe uma visão da cobertura jornalística marcada pela violência, pelo olhar criminológico. Vai assim sendo construída a ideia do negro perigoso, como inimigo. Um inimigo que precisa, portanto, ser eliminado.

Dessa forma, o discurso difundido pelos canais de comunicação reforça o pensamento hegemônico de uma classe dominante e é formador do imaginário social, à medida que as pessoas se veem muitas vezes a partir da forma como determinado grupo social é descrito na mídia. Além disso, o discurso midiático ajuda a criar uma sensação de insegurança, fazendo com que o negro seja esse agente da insegurança o que como acredita Mbembe (2021), embasa e justifica práticas necropolíticas.

Na atualidade, a cobertura realizada por programas popularescos que dizem fazer jornalismo, mas na realidade são apenas sensacionalistas, naturaliza a morte de pessoas negras. Programas como o Cidade Alerta, exibido na TV Record e um dos líderes de audiência do horário, e o Brasil Urgente, exibido na TV Band, são exemplos clássicos em que a linguagem policialesca está presente. Nesse tipo de programa, já esperamos que o punitivismo seja a lógica das coberturas em assuntos de segurança pública e que sejam rechaçados quaisquer movimentos de políticas públicas. Por outro lado, em veículos em que o posicionamento não é tão óbvio também são potenciadores e sustentam as práticas necropolíticas.

A mídia tradicional negligência a temática de extermínio que vem acontecendo contra os negros. Ao negligenciar o tema, através de seu discurso, a grande mídia brasileira acaba por retroalimentar e validar o genocídio – uma vez que ao não ser falado na mídia acaba não sendo pautado como tema para a discussão na sociedade – fazendo com que ele continue acontecendo.

Por outro lado, como outra possibilidade de produção de discursos dentro do mercado de comunicação, estão os veículos contra-hegemônicos. Para Gramsci, as ações contra-hegemônicas são "[...] 'instrumentos para criar uma nova forma ético-política' [...]" (GRAMSCI, 2000, p. 314-315 *apud* MORAES, 2013, p. 104). Se a hegemonia é uma luta e um constante embate que é refeito e inclusive precisa de mecanismos na sociedade civil que a sustente, é possível então que ela se refaça a partir de iniciativas que sejam contrárias ao discurso dominante naquele momento histórico. Essas são as iniciativas contra-hegemônicas. "A contra-hegemonia institui o contraditório no que até então parecia uníssono e estável". (MORAES, 2013, p. 106).

No âmbito da comunicação, existem diversas definições para as iniciativas contra-hegemônicas. Segundo Gramsci, elas são o desenvolvimento de "[...] batalhas permanentes por uma comunicação plural e não oligopolizada, no quadro geral das lutas por outra hegemonia, fundada na justiça social e na diversidade." (MORAES, 2010, p. 75). Para Denis Moraes, as práticas jornalísticas com sentido contra-hegemônico são uma contestação "[...] às formas de dominação impostas por classes e instituições hegemônicas, ao mesmo tempo em que priorizam temáticas relacionadas aos direitos da cidadania e à justiça social." (MORAES, 2013, p. 102)

Para o autor, a comunicação contra-hegemônica possui as seguintes características:

> (a) oposição ao neoliberalismo e defesa da universalização dos direitos democráticos; (b) a descentralização informativa, dificultando a vigilância pelas instâncias de poder; (c) não submissão às diretrizes impostas pela mídia hegemônica; d) utilização de uma dinâmica virtual que incentiva interlocuções, permutas e interações; e (e) utilização dos princípios de códigos abertos e copyleft. (MORAES, 2009, p. 235-236 *apud* VALIENGO, 2019, p. 8).

De uma forma geral, a tarefa da comunicação contra-hegemônica é trabalhar o pluralismo de temas que estão presentes na nossa sociedade mas não são contemplados pela produção do discurso na mídia hegemônica. Essas pautas encontram espaço nos veículos e agências independentes que têm buscado desenvolver outro tipo de jornalismo, baseado na diversidade. Um ponto comum em relação às diferentes definições sobre comunicação e mídia contra-hegemônicas é em relação ao alinhamento desse tipo de narrativas às pautas dos movimentos sociais.

Existe ainda uma polifonia de conceitos (VALIENGO, 2019), uma variedade de nomes quando pensamos em contra-hegemonia da mídia. Conceitos como mídia livre, mídia alternativa, mídia radical e mídia independente muitas vezes se confundem e inclusive se imbricam, sendo difícil separar e definir as iniciativas em apenas um deles.

Como ponto em comum, todas elas fazem parte da mídia contra-hegemônica. A ideia de contra-hegemonia na comunicação funciona então como um conceito guarda-chuva, sob o qual estão esses tipos de mídia, de acordo com suas características, mas tendo em comum o ponto da contra-hegemonia.

Com os meios digitais ficou mais fácil fazer uma comunicação alternativa, já que no Brasil a mídia eletrônica funciona por meio de concessão e a mídia impressa possui altos custos de produção. Além disso, os grandes jornais fazem parte de conglomerados de mídia, o que faz com que esse mercado seja canibal com os pequenos. A digitalização da informação através da internet possibilita que a informação seja difundida de forma mais fácil e mais barata, pois os custos de impressão por exemplo, dentre outros, não são necessários ou são reduzidos. Por outro lado, mesmo assim é difícil os veículos da contra-hegemonia se manterem, em relação a custos financeiros. A maioria ainda depende de financiamento e patrocínio. A sustentabilidade dos projetos ainda é uma das maiores dificuldades (MORAES, 2013).

3 – A narrativa construída no Jornal Extra em torno do assassinato de Ághata: a Menina-Maravilha que sonhava em ser bailarina

Fotografia 1 – Ágatha Felix



Fonte: Reprodução/G1.

Ágatha Felix era uma menina de oito anos e foi assassinada ao lado de sua mãe, ao tentar voltar para casa, em 20/9/2019, na favela da Fazendinha, no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro. As fotos de Ágatha vestida com uma fantasia de Mulher- Maravilha circularam por diversos veículos que realizaram a cobertura de sua morte assim como nas redes sociais. Como vamos perceber ao longo do texto, a construção do discurso sobre a morte da menina caminha no sentido de mostrar e provar que ela era uma inocente, que não merecia morrer e que era uma criança cheia de sonhos. Nesse sentido, um dos sonhos que segundo o Jornal Extra a menina tinha era o de ser uma bailarina.

No presente capítulo analiso as reportagens do veículo Jornal Extra na cobertura do assassinato de Ágatha. O período selecionado vai de 21/9/2019 a 26/9/2019, escolhido

arbitrariamente por acreditar que esse é o período em que o assunto está em maior nível de discussão na sociedade. Acredito que esse seja o período mais "quente" de uma cobertura jornalística que tenha uma longa duração, como aconteceu com o assassinato de Ágatha.

A cobertura jornalística realizada no Jornal Extra nesse período é composta por dez textos, entre notícias e reportagens. Notícias e reportagens são textos jornalísticos que fazem parte do gênero informativo. A notícia é um texto que aparenta ser livre de subjetividades e comprometido exclusivamente com o fato, mas na verdade, como qualquer outro texto, também carrega suas ideologias e discursos, sejam eles do autor do texto ou até mesmo da instituição em que foi produzido e publicado. Já a reportagem é um texto mais extenso que a notícia, que resulta muitas vezes de uma apuração mais detalhada e possui os temas trabalhados em maior profundidade (LARA, 2008). Para Nilson Lage, 'a diferença entre reportagem e notícia é que esta trata de um fato novo e aquela de um assunto, suscitado ou não por fato novo.'" (LAGE *apud* LARA, 2007, p. 16).

O Jornal Extra é um veículo integrante do Infoglobo, que se intitula como o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil. Dele fazem parte as marcas Globo (TV), Editora Globo, Sistema Globo de Rádio, Globo Ventures e Fundação Roberto Marinho. O veículo foi escolhido para a pesquisa primeiramente pelo fato de ser um jornal que é distribuído pelo Rio de Janeiro e adjacências. O assassinato de Ághata foi no Complexo do Alemão, bairro do Rio de Janeiro. Assim, apesar de o caso ter atingido visibilidade nacional, considero importante a análise ser feita em um veículo que já trabalha diariamente com as questões relacionadas à essa localidade. Outro fator de interesse da pesquisa foi o fato de que o veículo é a escolha do conglomerado de comunicação ao qual pertence – Infoglobo – para se comunicar com as classes B e C (MARINHO; MARINHO; MARINHO, 2011a).

O Jornal Extra é integrante portanto da chamada mídia hegemônica, que segundo Sodré (2017) é aquela que é alinhada aos interesses hegemônicos e ao neoliberalismo. Dessa forma, os veículos que fazem parte da mídia hegemônica raramente trazem em suas coberturas temas dos movimentos sociais.

O quadro a seguir enumera as reportagens analisadas. Elas foram publicadas no Jornal Extra, em sua versão online, entre os dias 21/9/2019 e 26/9/2019. No quadro constam a data de publicação, o título da reportagem e o link para acesso.

Quadro 1 – Reportagens e notícias publicadas pelo Jornal Extra sobre o assassinato de Ágatha Felix, entre 21 e 26 de setembro de 2019

	Data	Título	Disponível em
1	21/09/2019	Morre criança baleada nas costas no Complexo do Alemão; moradores protestam	https://extra.globo.com/casos-de-policia/morre-crianca-baleada-nas-costas-no-complexo-do-alemao-moradores-protestam-23965015.html
2	21/09/2019	Família de menina baleada no Alemão nega confronto entre PM e traficantes	https://extra.globo.com/casos-de-policia/familia-de-menina-baleada-no-alemao-nega-confronto-entre-pm-traficantes-rv1-1-23965193.html
3	21/09/2019	Polícia vai fazer reconstituição do assassinato de Agatha Felix, no Complexo do Alemão	https://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-vai-fazer-reconstituicao-do-assassinato-de-agatha-felix-no-complexo-do-alemao-23965283.html
4	22/09/2019	'A arma que ela gostava de usar era lápis, caderno, redação nota 10', diz avô durante enterro de menina baleada no Alemão	https://extra.globo.com/casos-de-policia/a-arma-que-ela-gostava-de-usar-era-lapis-caderno-redacao-nota-10-diz-avo-durante-enterro-de-menina-baleada-no-alemao-23966391.html
5	22/09/2019	Caso Ágatha: bala encontrada em corpo vai permitir comparação com armas de PMs	https://extra.globo.com/casos-de-policia/caso-agatha-bala-encontrada-em-corpo-vai-permitir-comparacao-com-armas-de-pms-23965970.html
6	22/09/2019	Questionamentos sobre morte de menina no Alemão seguem sem esclarecimentos da PM	https://extra.globo.com/casos-de-policia/questionamentos-sobre-morte-de-menina-no-alemao-seguem-sem-esclarecimentos-da-pm-23966304.html
7	23/09/2019	Morte da menina Ágatha Felix continua repercutindo no meio político	https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/morte-da-menina-agatha-felix-continua-repercutindo-no-meio-politico-23967830.html
8	23/09/2019	Ágatha, que só gostava de tirar dez na escola, queria ser bailarina: 'Um anjo', diz avô	https://extra.globo.com/casos-de-policia/agatha-que-so-gostava-de-tirar-dez-na-escola-queria-ser-bailarina-um-anjo-diz-avo-23966891.html
9	25/09/2019	Caso Ágatha: advogado diz que motorista que dirigia kombi que levava menina está se sentindo	https://extra.globo.com/casos-de-policia/caso-agatha-advogado-diz-que-motorista-que-dirigia-kombi-que-levava-menina-esta-se-sentindo-ameacado-

	Data	Título	Disponível em
		ameaçado	23973198.html
10	26/09/2019	Mãe de Kauan, morto na Baixada, se solidariza com pais de Ágatha Félix e ainda espera respostas do crime	https://extra.globo.com/casos-de-policia/mae-de-kauan-morto-na-baixada-se-solidariza-com-pais-de-agatha-felix-ainda-espera-respostas-do-crime-23975223.html

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

3.1 – Inocentes não merecem morrer. Mas alguém merece?

Os dez textos publicados no Jornal Extra entre 21/9 e 26/9/2019 e analisados nesta pesquisa constroem principalmente a ideia de que morreu uma criança inocente. Durante toda a narrativa os textos mostram que Ágatha era uma menina que estudava, tirava boas notas. A análise simbólica/metapragmática – aquela que vai além do que está escrito expressamente no texto – nos diz que, portanto, ela não merecia isso. A personagem de Ágatha é uma menina inteligente, cheia de sonhos e filha de pais trabalhadores.

Já na primeira reportagem, no dia 21/9/2019[14]começa a ser construída a personagem como uma menina inteligente e com futuro pela frente. O título *Morre criança baleada nas costas no Complexo do Alemão; moradores protestam* não menciona o nome de Ágatha. A vítima é identificada apenas como "criança". Logo após aparece a brutalidade que aconteceu no assassinato, por meio da informação de que ela foi atingida "nas costas por um tiro de fuzil". Um trecho da notícia traz:

> O avô materno da criança, identificado como Ailton Félix, esteve no Getúlio Vargas e pediu explicações sobre o disparo:
> — Quem tem que dar informações é quem deu o tiro nela. Matou uma inocente, uma garota inteligente, estudiosa, obediente, de futuro. Cadê os policiais que fizeram isso? (AMORIM; GASPARINI; ALTINO, 2019, n. p.).

Esse discurso se repete em várias outras reportagens. Com o título *Caso Ágatha: bala encontrada em corpo vai permitir comparação com armas de PMs*, a reportagem[15] do dia

[14] Disponível no Anexo A deste trabalho.
[15] Disponível no Anexo E deste trabalho.

22/9/2019 também traz a mesma temática, mais uma vez por meio da fala do avô materno da menina:

> Matou uma inocente, uma garota inteligente, estudiosa, obediente, de futuro. Cadê os policiais que fizeram isso? A voz deles é a arma. Não é a família do governador ou a do prefeito ou a dos policiais que está chorando. É a minha. Eles vão pedir desculpas, mas isso não vai trazer minha neta de volta. Foi a filha de um trabalhador, tá? Ela fala inglês, tem aula de balé, era estudiosa. Ela não vivia na rua, não [...]. (SOARES, 2019, n. p.).

Ainda no dia 22/09, a reportagem com o título: *'A arma que ela gostava de usar era lápis, caderno, redação nota 10', diz avô durante enterro de menina baleada no Alemão*[16] é a em que mais foi construída a personagem de Ágatha como a menina que não merecia morrer. Todo o texto é centrado no fato de que ela tinha um futuro pela frente. Os trechos que mais me chamaram a atenção nesse sentido foram os seguintes:

> Sabe qual era a arma que tinha dentro da mochila da minha neta? Lápis, caderno, apontador, livro. Tinha um simulado que ela fez nessa semana e tirou 7! Essas eram as armas que a Ágatha gostava de usar. Ela tinha um futuro, ia crescer e entrar na faculdade. Mas o estado não quer isso. E se continuar dessa forma, o que vai acontecer? (ZARUR; OUCHANA, 2019, n. p.).

E ainda:

> O tio Cristian Sales, por sua vez, disse que ela o estava ensinando inglês.
> — Eu com 28 anos, e ela estava me ensinando inglês — disse Cristian.
> — Ágatha era filha única. Ela sonhava em ser bailarina, era estudiosa e não gostava de tirar notas baixas. O seu hobby principal era o balé. Nascida e criada no Alemão, assim como os pais. O pai tem loja de ração na Fazendinha. A mãe trabalha como secretária. Ela morava em cima da casa dos avós paternos e dos primos, sua rotina era com a família. (ZARUR; OUCHANA, 2019, n. p.).

Mais uma vez, em uma reportagem do dia 25/9/2019 com o título *Pais de Ághata Félix prestam depoimento na Delegacia de Homicídios, na Barra*[17] Ágatha é retratada como uma menina com um futuro pela frente e cheia de sonhos. O texto traz um intertítulo: *Mãe queria ver filha na TV*. No texto abaixo fala sobre a entrevista que a mãe, Vanessa, deu ao Jornal Globo:

> — Minha filha era perfeita, inteligente, obediente e isso eu admirava muito nela, a obediência. Linda, desenhava, adorava brincar. E eu falava que ela tinha que ir para a televisão. “Filha, você vai aparecer na TV”, eu dizia. E ela apareceu na TV, mas não da forma como eu queria. Ela falou que ia ser modelo e foi, não da forma como nós queríamos. Mas ela está aparecendo na TV. Ela era perfeita, não tinha defeito algum [...]. (AMORIM, 2019, n. p.).

---

[16] Disponível no Anexo D deste trabalho.

[17] AMORIM, Diego. Pais de Ágatha Félix prestam depoimento na Delegacia de Homicídios, na Barra. **Extra**, Rio de Janeiro, 25 set. 2019. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/pais-de-agatha-felix-prestam-depoimento-na-delegacia-de-homicidios-na-barra-23972808.html. Acesso em: 20 out. 2022.

No âmbito da análise metapragmática a declaração da mãe de Ágatha desperta emoção, tristeza e comoção, pela vítima não merecer isso. Em outro trecho do mesmo texto são mostradas informações sobre o desempenho escolar da vítima, por meio de depoimento da diretora da escola em que Ághata estudava, Cristina Rodrigues

> Na escola onde Ágatha cursava o 3° ano do ensino fundamental (Centro Educacional Rodrigues Silva, em Ramos), o clima é de lamentação e recomeço. No boletim escolar, as notas revelam o excelente desempenho escolar de Ágatha. Prova disso são as várias notas máximas acumuladas nos dois primeiros bimestres deste ano.
> — Ela tinha tudo para ser uma mulher incrível. Seja pelo seu jeito de ser, pelo desempenho escolar, pela base familiar. Nós sabíamos disso. A Ágatha tinha um futuro brilhante, mas infelizmente foi interrompido dessa forma tão trágica [...]. (AMORIM, 2019, n. p.).

Podemos perceber pelos trechos destacados nas notícias e reportagens que é construída ao longo da narrativa a ideia de que Ágatha era uma criança, mas não qualquer criança, ela era uma criança inocente, uma criança com um futuro, inteligente, que estudava em escola particular. Ela era uma criança, moradora de favela, mas diferenciada. Constrói-se então a ideia da interrupção de sonhos, de uma trajetória que foi interrompida. Fica o questionamento: como ficam os que não tem sonhos? Os a quem não é permitido nem ao menos sonhar?

Dessa forma vai se construindo no imaginário do leitor que é só esse tipo de morte que deve chocar. Quem não tinha futuro, não era estudioso, não espanta em ser morto. Dessa forma, os jovens e crianças que também são vítimas do genocídio que acomete a população e a infância negra, mas não fazem parte do mesmo perfil de Ághata, de menina estudiosa, com família e com um futuro pela frente, não aparecem na mídia como mortes com as quais devemos e podemos nos identificar. O trabalho discursivo realizado em torno do assassinato de Ághata pelo Jornal Extra é uma forma de defender a própria vítima, mostrando que a culpa da morte não foi dela, já que ela não era traficante ou bandida. Assim, faz com que a ação do Estado seja considerada um fracasso, já que atingiu uma criança inocente. Para que uma morte desse tipo choque ou gere indignação na sociedade não basta que a polícia tenha realizado um papel que não é dela, o de julgar e executar pessoas, mas a vítima, em forma de seus familiares, precisa provar que era uma pessoa honesta, não era bandido nem traficante, que era trabalhador. É isso que coloca as pessoas assassinadas no lugar de vítimas e dos que "[...] devem ser protegidos – e não aniquilados – pelo Estado, aqui corporificado nos policiais." (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 95). No caso de ser uma criança, como Ágatha, precisa ser provado que era estudante, que tirava boas notas e que tinha um futuro brilhante pela frente. Esse trabalho foi realizado o tempo todo pelos familiares de Ághata, especialmente na figura de seu avô.

Para Judith Butler (2020), “aqueles que são representados” (BUTLER, 2020, p. 171) são os que têm mais chances de serem humanizados, ao passo que os que não são representados tendem a não ser humanizados, não serem vistos como humanos, ou mais que isso, não serem nem ao menos vistos. Exatamente como aconteceu com a criação da narrativa em torno do assassinato de Ágatha. Muitas crianças negras morrem diariamente em favelas brasileiras, mas aquelas que não têm o mesmo apelo de identificação que o caso de Ágatha não são nem ao menos tidos como dignos de se tornarem notícia nos jornais. Os que não tem o futuro brilhante que Ágatha tinha, os que não tem futuro, não são pauta na mídia.

Também para Butler, o problema maior em relação ao “[...] esvaziamento do humano que é efetuado pela imagem na mídia deve ser entendido [...]” (BUTLER, 2020, p. 177), no sentido de considerar o que é e o que não é humano, qual vida é digna de ser vivida. Muitas vezes o esquema normativo funciona exatamente no sentido do apagamento, de não pautar certo tipo de vida, das consideradas como não humanas. Dessa forma, nunca houve uma vida, e, portanto, também não há como ter havido assassinato de alguém que nunca viveu.

Uma realidade muito próxima da que encaramos no Brasil em relação às ações truculentas e assassinas da polícia e que também mostra como o povo negro é visto como uma mancha a ser eliminada da sociedade é o que acontece nos Estados Unidos da América. Por lá, assim como no Brasil, os assassinatos em massa realizados por policiais sempre foram notícias constantes. Especialmente em 2014, o mundo assistiu à criação do movimento Black Lives Matter (Vidas Negras Importam) em reação principalmente ao assassinato de Mike Brown pelo policial branco Darren Wilson, na cidade de Ferguson, no estado do Missouri.

Em 09 de agosto de 2014, Darren Wilson assassinou a tiros o jovem negro Mike Brown, de 18 anos. Como se não bastasse a violenta morte, o corpo de Brown foi deixado por 4 horas e meia no chão em pleno verão, para que apodrecesse. Seus pais e familiares foram impedidos de se aproximar e de reconhecer o corpo, por policiais que fizeram um cerco armado e com cães. Os moradores e parentes construíram memoriais para Brown, que eram veementemente destruídos pelos policiais. A cada destruição realizada pelos policiais, novos memoriais eram erguidos rapidamente. Moradores de Ferguson e de cidades vizinhas tomaram as ruas iniciando protestos que ficaram conhecidos por todo o mundo (TAYLOR, 2020).

Durante dias, semanas e meses, diversas pessoas ocuparam as ruas de Ferguson clamando por justiça. A luta das pessoas que fizeram parte das ações se tornou muito maior que a vida de Mike Brown. As queixas dos jovens tinham relação com todo o sistema de opressão ao qual pessoas negras eram submetidas na cidade pela corrupção da polícia. Era um “[...] ciclo interminável de multas, taxas, mandados e prisões.” (TAYLOR, 2020, p. 312). Em 24 de

novembro de 2014 o indiciamento de Darren Wilson foi negado pelo júri de Ferguson. Dessa forma, o júri considerou que não havia indícios contundentes da existência de um crime praticado por Wilson e a investigação não prosseguiu. As manifestações continuaram e o movimento se nacionalizou após outros policiais também não terem sido indiciados por outros assassinatos de pessoas negras. Como o policial branco Daniel Pantaleo, que matou Eric Garner sufocado.

A hashtag #blacklivesmatter, na tradução livre #vidasnegrasimportam, foi concebida por três mulheres negras – Patrice Cullors, Opal Tomeli e Alicia Garza. Em relação à criação do movimento Alicia Garza declarou:

> Sabe-se que a pobreza negra e o genocídio são decorrentes da violência estatal. Sabe-se que um milhão de negros estão atrás das grades neste país - metade de todas as pessoas encarceradas - o que é um ato de violência estatal. Sabe-se que as mulheres negras continuam a carregar o fardo do ataque implacável a nossos filhos e famílias, e esse ataque é um ato de violência estatal. (GARZA, 2014, n. p., tradução nossa).

No final de 2014 e início de 2015, "vidas negras importam" era um grito conhecido em todas as partes do mundo e que demonstrava o descaso e desumanidade com que as vidas negras são tratadas nos Estados Unidos. Keeanga-Yamahtta Taylor (2020) nos oferece a reflexão de que passados os anos de surgimento do movimento, de que "vidas negras podem importar". Para que isso aconteça a luta precisa ser no sentido de mudar não apenas a polícia, muitas vezes ainda vista como problemática no indivíduo e não na instituição e na sociedade. Os problemas nas ações assassinas da polícia ainda são definidos como erros individuais, como profissionais que são a minoria, desequilibrados, pontos fora da curva. Para que vidas negras passem de fato a importar é necessária a mudança da sociedade e da "[...] distribuição desigual de necessidades vitais" (TAYLOR, 2020, p. 437).

As manifestações do #blacklivesmatter expuseram para o mundo que ainda é o racismo nos Estados Unidos da América. Como moradora do Rio de Janeiro que vi e vivi essa situação ao longo de toda a minha vida, digo que os protestos de Ferguson universalizaram a questão de como as vidas negras são vistas como descartáveis e como corpos a serem aniquilados ao redor de todo o mundo. A condição do povo negra é universal.

Não ser considerado humano ou não ser passível de dignidade é um tema que se aproxima da ideia de inimigo, apresentada por Achille Mbembe (2020b). Segundo o autor, a própria concepção de democracia sempre foi baseada na construção dos semelhantes e dissemelhantes, que seriam os outros, os intrusos. Esses outros eram antigamente identificados como negros e judeus e atualmente têm também outros nomes como "[...] islamismo, muçulmano, árabe, estrangeiro, imigrante, refugiado, intruso, para citar apenas alguns deles."

(MBEMBE, 2020b, p. 76). O inimigo ao qual Mbembe se refere não é apenas um rival, concorrente ou alguém pelo qual se possa sentir antipatia. Ele representa o antagonismo, alguém a quem se deve aniquilar, "[...] porque ele nega, de modo existencial, o nosso ser." (MBEMBE, 2020b, p. 86).

Dessa forma, o desejo do inimigo, sendo ele real ou não, é o que guia a nossa era. O inimigo é, antes de tudo, a ideia que se faz sobre ele. Ele não precisa necessariamente representar uma ameaça, o que precisa ser feito é a construção de que esse inimigo, esse grupo de dissemelhantes, de diferentes, representa uma ameaça. Isso justifica que o inimigo seja aniquilado, inclusive de forma violenta. A necessidade de exterminar vem do ódio ao inimigo, mas também do medo do que ele pode causar, do "[...] desejo de evitar o perigo e o contágio do qual ele seria o vetor [...]" (MBEMBE, 2020b, p. 88). Assim, a população negra (e favelada) tem sido construída como a estrangeira, a de fora, a que não pertence à ordem social estabelecida e que, portanto, é passível de todo tipo de violência como forma de extermínio. Assim vai se desencadeando e se justificando o genocídio de toda uma população desde sempre vista como excedente.

No Brasil, as favelas foram construídas como locais marcados pela ausência do Estado e vulnerabilidade dos moradores. Tiveram seu início no período pós-abolição e são até hoje lugares habitados majoritariamente por pessoas negras. Pesquisa do Instituto Locomotiva de 2020[18] revelou que no Brasil, cerca de 17,1 milhões de pessoas vivem em favelas, aproximadamente 8% da população nacional. Dessas pessoas, 67% são negras. Nas favelas e periferias os moradores de uma forma geral, não apenas os negros, são tratados como os excedentes, como os que não deveriam estar ali e como se fossem um problema de ordem pública a ser controlado. Essa universalização da condição do povo negro é o que Achille Mbembe conceitua como "devir-negro do mundo" (MBEMBE, 2020a). Não em todas as situações, mas como foco deste trabalho, na atuação do Estado por meio da polícia militar, ser tratado como os negros são é uma realidade presente mesmo para com os não negros em favelas do Brasil.

Especificamente sobre a infância, os trechos selecionados nas reportagens nos levam a refletir sobre o próprio conceito e sobre quais são as crianças que têm o direito de ser reconhecidas como tal. O estudo de Daniel Teixeira (2016) traz uma reflexão sobre o fato de duas crianças poderem ser consideradas tanto como *crianças* quanto *menores*, o que hierarquiza

[18] PERIFERIA, racismo e violência: um levantamento do Instituto Locomotiva para a Central Única das Favelas. **Instituto Locomotiva**. São Paulo, 2020. Disponível em https://ilocomotiva.com.br/wp-content/uploads/2022/01/periferia-racismo-violencia.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

um grupo em relação ao outro. Essa diferença vai muito além da questão vocabular, é muito além do que somente o nome. A separação funciona no sentido de quem são os detentores de direitos e merecedores de proteção. O autor estabelece uma relação entre infância branca e menoridade negra. Assim, as crianças que são dignas de proteção são as brancas e as que são consideradas em situação irregular são as negras. Os menores não são considerados como crianças. Situação irregular foi um termo instituído no Código de Menores, como ficou conhecida a Lei 6697, de 1979. Criada em pleno regime militar, ela era o que na época delimitava a proteção às crianças e adolescentes. Em 1990 ela foi revogada pela Lei 8069, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA.

O Código de Menores, trazia no Artigo primeiro o objetivo de oferecer "assistência, proteção e vigilância" a menores em situação irregular:

> Art. 1º Este Código dispõe sobre assistência, proteção e vigilância a menores:
> I - até dezoito anos de idade, que se encontrem em situação irregular;
> II - entre dezoito e vinte e um anos, nos casos expressos em lei. (BRASIL, [1990], n. p.).

No Art. 2º o legislador definiu o que era considerada a situação irregular do menor. Podemos perceber que a condição de situação irregular era prioritariamente voltada a crianças pobres. A lei foi instituída em 1979, menos de 100 anos depois da suposta abolição do sistema escravocrata. Abolição essa que jogou negros, homens, mulheres e crianças à sua própria sorte

> Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:
> I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
> a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
> b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
> II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
> III - em perigo moral, devido a:
> a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
> b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
> IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
> V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
> VI - autor de infração penal. (BRASIL, [1990], n. p.).

Apesar de Teixeira (2016) se referir à distinção entre crianças negras e brancas e como o racismo define quem deve e pode ser digno de uma infância saudável e digna, estabeleço aqui um paralelo também entre vidas de crianças negras. A narrativa que foi construída no caso do assassinato de Ágatha pelo Jornal Extra buscou o tempo todo aproximá-la da ideia de infância, ao fato de ela ter ainda um futuro pela frente. Ela era uma criança em desenvolvimento, que precisava e merecia ser protegida. Dessa forma, foi se construindo a ideia de infância, de que uma criança foi morta. O mesmo não acontece quando outras crianças negras, que não têm as

características destacadas na narrativa de Ághata também são assassinadas pelo Estado. Quando morre uma criança que tinha envolvimento com o crime por exemplo, ou que supostamente tinha, não interessam os motivos que levaram aquela criança até ali, ela é tida apenas como o menor que tinha passagens pela polícia. Dessa forma, vai sendo construída na ideia do público que aquela criança mereceu estar ali, procurou por aquele fim, ao contrário de Ághata, que era uma inocente. O uso reiterado da palavra demonstra sua intenção. O termo *inocente* foi repetido dez vezes durante a narrativa analisada.

A construção discursiva e o esforço para que Ághata fosse vista como uma personagem com a qual as pessoas se reconheçam é necessário porque crianças negras são figuras com as quais geralmente a população não se identifica e não se importa. O genocídio sobre o qual tanto falamos, e que é um dos focos dessa pesquisa, também é uma realidade entre as crianças negras. Um estudo do Instituto Sou da Paz, feito com dados de 2012 a 2019 do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde, mostra que crianças e adolescentes negros de até 14 anos mortas por armas de fogo foram 3,6% maior que o mesmo grupo etário não negro. De 2012 a 2019, 3.288 crianças (de até 14 anos) negros foram vítimas de agressões letais por arma de fogo (CRIANÇAS..., 2021).

Atualmente a legislação federal que assegura direitos às crianças e aos adolescentes é a Lei 8069 de 1990[19], conhecida como ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). É considerada criança a pessoa de até doze anos de idade e adolescente a pessoa de até dezoito anos de idade. Segundo o ECA

> Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
> Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (incluído pela Lei nº 13.257, de 2016). (BRASIL, [2022a], n. p.).

Apesar de na teoria haver um dispositivo legal que assegura direitos e oportunidades iguais para todas as crianças como uma garantia do Estado, na prática o que acontece é que o ECA não oferece os mesmos direitos entre crianças negras e crianças não negras. Em relação à

[19] BRASIL. **Lei 8069, 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 2 jul. 2022.

mortalidade infantil, um estudo liderado pelo Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs/Fiocruz Bahia)[20] mostrou que crianças nascidas de mães negras têm muito mais chances de morrer por causas evitáveis como diarreia, pneumonia, desnutrição ou gripe que as crianças nascidas de mães brancas. Esses riscos foram quantificados em 72% em caso de diarreias, 78% em casos de pneumonia e 2 vezes mais em casos de má-nutrição. A diferença gritante é causada pelos locais em que as crianças vivem e pela qualidade da água a que têm acesso entre outros fatores de ordem social que assolam uma sociedade ainda marcada pelo racismo como o Brasil.

Dessa forma, o genocídio que acomete toda a população negra, em especial nesse trabalho a infância negra, tem seus tentáculos em diferentes áreas. O problema não é apenas a polícia que invade favelas e periferias procurando pelos nossos corpos como o faziam os capitães do mato em tempos de colonização. As políticas estatais de ausência são formas de matar na população negra e através das crianças, seus sonhos e sua prospecção de futuro.

3.2 – A violência policial e a construção do discurso do despreparo da polícia

Na primeira reportagem publicada sobre o caso, no dia 21/09/2019, com o título *Morre criança baleada nas costas no Complexo do Alemão; moradores protestam*[21] aparece a versão da família, que acusa a Polícia Militar (PM) de ser a responsável pelo assassinato

> Segundo um parente que não quis se identificar, Agatha estava com a mãe no momento em que a kombi transportava passageiros para dentro da comunidade. A família acusa uma PM como autora do tiro.
> — A policial queria acertar um motociclista que estava passando próximo. Temos policiais despreparados nas ruas, e é isso que acontece — destaca o rapaz: — A mãe estava com a Agatha no colo, mas, no momento do tiro, havia acabado de colocá-la ao seu lado. (AMORIM; GASPARINI; ALTINO, 2019, n. p.).

A primeira declaração do avô de Ágatha diz: "Matou uma inocente, uma garota inteligente, estudiosa, obediente, de futuro. Cadê os policiais que fizeram isso?" (AMORIM; GASPARINI; ALTINO, 2019, n. p.).

---

[20] CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE DADOS E CONHECIMENTOS PARA SAÚDE Estudo aponta para profundas desigualdades na mortalidade de crianças no Brasil. **FIOCRUZ**. Rio de Janeiro, 19 set. 2022. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-aponta-para-profundas-desigualdades-na-mortalidade-de-criancas-no-brasil. Acesso em: 15 nov. 2022.

[21] Disponível no Anexo A deste trabalho.

Na reportagem com o título *Família de menina baleada no Alemão nega confronto entre PM e traficantes*[22], publicada também em 21/9/2019, logo abaixo da apresentação da mãe de Ágatha, foi inserido um hiperlink[23] que leva o leitor para uma matéria com o seguinte título: *Mortes pela polícia sobem no Estado do Rio, revela ISP*. A inserção do direcionamento para essa matéria mostra que o jornalista quer construir uma relação entre a morte de Ágatha e outros assassinatos realizados pela polícia, mas não deixando isso claro no texto. O autor do texto deixa para que o leitor estabeleça essa relação e dessa forma se compromete o mínimo possível. O link leva o leitor para uma notícia publicada pelo próprio Jornal Extra, em 19/9/2019, um dia antes do assassinato de Ágatha. Não existe também nessa reportagem um recorte racial na letalidade da polícia do RJ, apesar de existir esse recorte na pesquisa.

Logo após esse hiperlink a reportagem em questão nos apresenta a versão dos moradores

> Segundo moradores, o autor do disparo seria uma policial militar da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da comunidade, que teria suspeitado de um motociclista que passava no local. Em nota, a PM informou que a Coordenadoria de Polícia Pacificadora vai abrir um procedimento apuratório para verificar as circunstâncias do fato. (AMORIM; GASPARINI; ALTINO, 2019, n. p.).

Os verbos utilizados estão no futuro do pretérito do indicativo, tempo verbal que transmite ao leitor incerteza, referindo-se a algo que poderia ter acontecido.

Abaixo da versão dos moradores vem a versão da polícia militar

> A corporação informou que equipes da UPP estavam baseadas na esquina da Rua Antônio Austragésilo com a Rua Nossa Senhora quando foram atacadas por criminosos. Os agentes revidaram, segundo a PM. Ainda de acordo com a Polícia Militar, moradores informaram à equipe que a menina havia sido baleada na localidade conhecida como Estofador. Os agentes foram ao Hospital Getúlio Vargas, onde confirmaram a entrada da vítima, ferida por arma de fogo. (AMORIM; GASPARINI; ALTINO, 2019, n. p.).

Desta vez, os verbos utilizados estão no pretérito perfeito do indicativo. Modo verbal que indica que um fato aconteceu no passado. Diferentemente do modo verbal utilizado quando é contada a versão dos moradores, os verbos não deixam dúvida. Para mostrar que é a PM que está falando sobre os fatos, o autor utiliza de citação indireta, como no período: "Os agentes revidaram, segundo a PM".

Ainda na mesma reportagem, do Jornal Extra em 21/09/2019, o primeiro intertítulo[24] do texto é: *Manifestação reúne moradores no Alemão.*

---

[22] Disponível no Anexo B deste trabalho.

[23] Link que direciona para outra matéria, geralmente relacionada ao tema, prática muito comum no jornalismo digital.

[24] Intertítulo é uma frase inserida no meio da reportagem, que visa formar blocos dentro do texto e separá-lo por assunto. Informa ao leitor o que ele lerá em seguida.

O texto mostra que na manhã de sábado moradores e ativistas haviam feito uma manifestação no Complexo do Alemão:

> Na manhã deste sábado, dezenas de moradores e ativistas sociais fazem uma manifestação pacífica pelas ruas do Complexo do Alemão. Carregando faixas e cartazes, eles pedem pelo fim das mortes de crianças e jovens em comunidades do Rio. Com a ajuda de um carro de som, os manifestantes também pedem a presença do governador Wilson Witzel. Além disso, citam os nomes de moradores mortos em ações policiais seguidos pelo termo "presente", grito que ganhou destaque após a morte da vereadora Marielle Franco. (AMORIM; GASPARINI; ALTINO, 2019, n. p.).

Chama a atenção o uso do adjetivo *pacífica*, que demonstra que ao contrário da violência sofrida e do assassinato de Ágatha, os moradores não reagiram da mesma forma. O uso desse adjetivo está presente em toda a narrativa, quando é abordada essa manifestação.

Uma fonte anônima traz novamente a temática de vidas inocentes que são perdidas:

> — Em todas as comunidades se perdem vidas inocentes por essa política montada pelo governo do Estado. O Complexo do Alemão está presente, sim! Não queremos que a Ágatha venha a ser apenas mais uma foto estampada. Vamos lutar pelos nossos direitos dentro da comunidade, onde vários inocentes são atingidos por 'balas achadas' todos os dias — afirma um manifestante sem se identificar. (AMORIM; GASPARINI; ALTINO, 2019, n. p.).

No mesmo parágrafo a palavra *inocente* é usada duas vezes. A mesma fonte fala sobre "balas achadas" fazendo uma comparação com o uso da falácia das balas perdidas. O tema da guerra nas favelas aparece na reportagem sem aprofundamento ou contextualização.

A mesma fonte fala sobre a política de morte do governador em exercício na época, Wilson Witzel (PSC-RJ): "O governador hoje tem essa política de matar. O que ele está querendo para o Rio de Janeiro? Vamos resistir por nossos filhos." (AMORIM; GASPARINI; ALTINO, 2019, n. p.).

A fonte fala sobre "política de matar", portanto sobre a necropolítica, porém a questão também não é aprofundada ao longo do texto.

Mais abaixo aparece a declaração de outra fonte, também anônima. Ela é identificada como uma das mães do coletivo que estava na manifestação. Ela fala sobre o genocídio do povo negro, que não é aprofundado, da mesma forma: "Basta do sangue do povo negro derramado na favela. [...] São os nossos jovens que estão morrendo." (AMORIM; GASPARINI; ALTINO, 2019, n. p.).

Por meio das falas das fontes acima mencionadas podemos perceber o conflito entre o discurso sobre o despreparo das polícias e a política de morte instaurada pelo Estado. Na cobertura sobre o Caso Ágatha, a ideia do despreparo da polícia vence.

A reportagem *Família de menina baleada no Alemão nega confronto entre PM e traficantes* traz uma nota da Defensoria Pública que diz que os confrontos com policiais são ineficazes e faz um link para uma outra matéria que fala sobre a morte de um policial militar. O que fica de moral da história é que os confrontos atingem os dois lados, pois vidas de policiais também são perdidas nessas ações:

> A defesa do direito à vida é um dos princípios basilares da nossa instituição. Por esta razão, acreditamos em uma política de segurança cidadã, que respeite os moradores das favelas e de qualquer outro lugar. A opção pelo confronto tem se mostrado ineficaz: a despeito do número recorde de 1.249 mortos em ações envolvendo agentes do estado apenas este ano, a sensação de insegurança permanece. No caso das favelas, ela se agrava [...]. (ALTINO, 2019, n. p.).

Na reportagem com o título '*A arma que ela gostava de usar era lápis, caderno, redação nota 10', diz avô durante enterro de menina baleada no Alemão*[25], publicada no dia 22/09/19 está presente o mesmo discurso de despreparo da polícia, aliado mais uma vez ao de que vidas de inocentes estão sendo perdidas, desta vez, falado pelo ator Fábio Assunção:

> O ator Fábio Assunção, que acompanhou a manifestação, cobrou inteligência por parte das polícias para que mortes de inocentes sejam evitadas.
> — Estou prestando solidariedade, luto. Não tem como ser diferente. A sociedade tem que estar presente, eu vim fazer parte disso. Isso tem que mudar. Eu tenho uma filha de 8 anos. Diariamente estamos vivendo coisas que são impensáveis. Tem que ter inteligência na polícia para evitar morte de inocentes. Todos estão perdendo com isso. (ZARUR; OUCHANA, 2019, n. p.).

Já na reportagem com título *Questionamentos sobre morte de menina no Alemão seguem sem esclarecimentos da PM,* publicada em 22/09/2019, o que é evidenciado é o contraste entre a versão dos moradores e a da PM. Moradores alegam que não havia troca de tiros e que a rua estava movimentada, já a PM diz que foi atacada ao entrar e revidou. Um trecho da reportagem traz

> Criticada por especialistas, artistas e políticos, a ação da Polícia Militar que resultou na morte da menina **Ághata** Vitória Sales Félix, de 8 anos, no **Complexo do Alemão**, permanece com inúmeras perguntas sem respostas. Apesar do resultado trágico da ação, o governo estadual afirmou, em nota enviada ontem, que o trabalho da polícia "segue protocolos rígidos de execução, sempre com a preocupação de preservar vidas". (MOURÃO, 2019, n. p., grifos do autor).

Na mesma reportagem temos o seguinte trecho

> No entanto, até o momento, o Estado ainda não se pronunciou acerca do que, de fato, ocorreu no local: contrastando com a versão da **PM** — que diz ter sido atacada por traficantes — moradores alegam que não havia troca de tiros entre policiais e traficantes na comunidade e, portanto, a rua estava movimentada. O governo também ainda não informou se trocar tiros com suspeitos em fuga é o procedimento mais

[25] Disponível no Anexo D deste trabalho.

> indicado mesmo em uma rua cheia de inocentes. (MOURÃO, 2019, n. p., grifo do autor).

Toda a narrativa contada pelo Jornal Extra sobre o Caso Ághata é forjada no discurso do despreparo da polícia. É possível considerar despreparo ações que se repetem diariamente nas favelas e periferias de todo o Brasil? As ações de violência e brutalidade fazem parte do cotidiano de milhares de pessoas, principalmente os negros e periféricos, e não são pontos isolados como a narrativa do veículo em análise e da mídia hegemônica em geral reproduzem. A violência policial que mata corpos pretos é um padrão institucional e um plano de ação. Não se trata de despreparo, pelo contrário, as polícias, em especial a militar, são preparadas para a brutalização e o extermínio.

Juliana Farias (2007) fundamenta seu trabalho em relação à atuação do Estado em favelas referindo-se especificamente à ação das polícias nesses locais. Para a autora, os moradores de favelas cariocas experimentam a "cidadania de geometria variável", conceito criado por Bruno Lautier (1997). Nesse contexto, a atuação do Estado para com os cidadãos difere de acordo com as condições econômicas, políticas e sociais dos mesmos. Sendo assim, a cidadania é uma cidadania de situação, que não contempla todos os cidadãos da mesma forma. Nas favelas e periferias, a ausência, ou a escassez de recursos ou ações positivas é o projeto voltado para esses territórios. A ideia é que o papel do Estado nesses lugares é exatamente o que é desempenhado

> [...] o Estado não estaria deixando de "cumprir suas obrigações" – elas apenas passavam a ser cumpridas de acordo com a perspectiva dominante naquele momento: as exigências por tomada de medidas emergenciais soavam mais alto que a aclamação por "um pacto estável e universalista". (FARIAS, 2007, p. 163).

O embrião do que hoje são as polícias militares (subordinadas aos Estados da Federação) foi a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia[26]. Criada em 13 de maio de 1809, a Divisão copiava o que já havia acontecido em Lisboa com a Guarda Real. O decreto que cria a Divisão apresenta como justificativa a necessidade de prover a segurança pública da cidade, que estava em fase de crescimento populacional. Segundo o legislador da época "o estabelecimento de uma Guarda Militar de Polícia é o mais próprio não só para aquele desejado fim da boa ordem e sossego público, mas ainda para obstar às danosas especulações do contrabando"[27]. A Guarda Militar foi criada como uma instituição destinada a proteger a Corte

[26] BRASIL. **Decreto de 13 de maio de 1809**. Crêa a divisão militar da Guarda Real da Policia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [Brasil Colônia], 1809. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/dim/1809/DIM-13-5-1809-3.htm. Acesso em: 9 abr. 2022.

[27] Ibid.

– D. Pedro I chegou ao Brasil juntamente com a Corte portuguesa em 1808 – e a população do Rio de Janeiro. Em 1809, ano em que foi criada a Divisão, o Brasil ainda era um país escravocrata – a falsa abolição da escravatura aconteceu tardiamente no Brasil em 1888. Portanto, desde seu mais tenro início, a Polícia Militar, enquanto organização, tem como objetivo reprimir os negros e pobres e proteger os brancos e ricos, que são aqueles que merecem proteção por direito. Esse fato fará diferença em relação a forma como a organização se enxerga e é enxergada ao longo de toda a sua existência.

A organização das polícias como é feita atualmente, com a divisão entre a Polícia Civil, com funções judiciárias e investigativas, e a Polícia Militar, com funções de policiamento ostensivo, é uma herança do período da ditadura militar (1964-1985). Inicialmente, na ditadura militar, a coordenação das Polícias Militares era exercida pelo Ministério do Exército. Com a abertura e democratização, elas passaram a responder aos Governadores de Estado.

A Constituição Federal de 1988, a primeira após a democratização, manteve a estrutura vinda do regime militar para a segurança pública. Assim, as polícias militares e os corpos de bombeiros militares são tidos como "forças auxiliares e reserva do exército" (BRASIL, [2021], n. p.). É exatamente por isso que as polícias militares foram militarizadas. O fato de a Polícia Militar ser uma organização militar e ser força reserva do exército faz com que ela seja organizada com a mesma estrutura que o exército. Assim, polícias militares têm em seu regimento uma "[...] centralização decisória, hierarquia rígida e estrutura fortemente verticalizada." (SOARES, 2015, p. 33). Segundo Soares, não existe sentido em as duas instituições - polícias militares e exército - terem a mesma estrutura de organização se elas não têm a mesma função. A função das polícias militares é a de "[...] garantir os direitos dos cidadãos, prevenindo e reprimindo violações, recorrendo ao uso comedido e proporcional da força quando indispensável." (SOARES, 2015, p. 33). Já o exército "[...] destina-se a defender o território e a soberania nacionais." (SOARES, 2015, p. 33).

Pensar em militarização das polícias é considerar não apenas o exercício de funções de policiamento e defesa civil feitas por militares. É também a incorporação de estratégias e táticas, treinamento, doutrina, hierarquia, disciplina e organização militares no exercício de funções civis e a subordinação destas ao comando militar (BITTENCOURT, 2015).

O Artigo 144 da Constituição Federal é o que normatiza a segurança pública no Brasil e elenca seus órgãos. Segundo o texto, ela é realizada por meio das polícias (federal, rodoviária federal, ferroviária federal, civis, penais federal, estaduais e distrital e militar), além dos corpos de bombeiros militares. O mesmo Artigo da CF, no § 5º, define a função das polícias militares:

"Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública"[28] (BRASIL, [2021], n. p.). Tirando o trabalho investigativo da Polícia Civil, sobra a PM realizar prisões em flagrante ou subir os morros e periferias em nome de capturar os inimigos da ordem, na maioria dos casos, o elo mais fraco da corrente da venda de drogas consideradas ilícitas pelo país.

Existe um entendimento bastante superficial sobre o que seria a Segurança Pública no Brasil, o que pode ser observado por meio da própria Constituição Federal de 1988. Nela, os órgãos que compõem a ideia de Segurança Pública, que segundo o texto é "[...] dever do Estado, direito e responsabilidade de todos [...]" (BRASIL, [2021], n. p.), se restringem às polícias e aos corpos de bombeiros militares. Não existe a previsão de integração entre educação, saúde, cultura e lazer nem tão pouco alguma citação em relação ao trabalho de segurança pública realizado pelo Poder Judiciário ou pelo Ministério Público. Dessa forma, o conceito de Segurança Público é focado na repressão e não no estabelecimento de uma sociedade com melhores oportunidades para todos os cidadãos. Equidade social e econômica também é, ou deveria ser, uma questão de Segurança Pública.

Muito se fala sobre uma reforma na Polícia Militar e uma das maneiras mais discutidas para que essa reforma aconteça é no sentido da desmilitarização da instituição. A Proposta de Emenda à Constituição nº 51 de 2013 (PEC 51/2013) foi apresentada por um grupo de senadores – entre eles Lindbergh Farias (PT/RJ), Ana Rita (PT/ES), Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) e Romero Jucá (MDB/RR) – com o objetivo de reestruturar "[...] o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial."[29] (BRASIL, 2013, n. p.) A PEC propõe, dentre outras ações, que todos os órgãos de polícia sejam responsáveis pelas etapas preventivas, ostensivas, investigativas e de persecução criminal. Encerraria então o problema da divisão de funções e responsabilidades da forma que é dividida atualmente, em que a Polícia Civil é responsável pelas "[...] funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares" (BRASIL, [2021], n. p.) e a Polícia Militar por sua vez é responsável pela "polícia ostensiva" (BRASIL, [2021], n. p.). Essa separação de funções e responsabilidades muitas vezes faz com que o trabalho das polícias civil e militar não seja integrado e eficiente. Além disso, ela propõe que os Estados tenham autonomia para organizar suas polícias, "[...] órgãos de natureza civil, cuja função é garantir os

[28] Concepção já prevista em: BRASIL. **Decreto de 13 de maio de 1809.** Crêa a divisão militar da Guarda Real da Policia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [Brasil Colônia], 1809. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/dim/1809/DIM-13-5-1809-3.htm. Acesso em: 9 abr. 2022.

[29] BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2013** [PEC 51/2013]. Altera os arts. 21, 24 e 144 da Constituição; acrescenta os arts. 143-A, 144-A e 144-B, reestrutura o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial. Brasília, DF: Senado Federal, 2013. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114516. Acesso em: 21 dez. 2022.

direitos dos cidadãos, e que poderão recorrer ao uso comedido da força, segundo a proporcionalidade e a razoabilidade, devendo atuar ostensiva e preventivamente, investigando e realizando a persecução criminal [...].” (BRASIL, 2013, n. p.).

A PEC foi arquivada em 2018. O Senado disponibilizou em seu site uma consulta pública, em que 27.386 cidadãos brasileiros votaram a favor da proposta e 31. 561 votaram contra. Dessa forma, a maioria dos cidadãos votantes mostraram-se contrários à reforma da instituição Polícia Militar por meio da desmilitarização.

Mais do que discutir a desmilitarização das polícias, tema de relevante importância no contexto, precisamos perceber que as ações violentas e assassinas realizadas pelas polícias recebem apoio de grande parte da população. A invenção de inimigos a serem aniquilados (na maioria das vezes os pretos e pobres); a ideia de uma guerra urbana, em que existem os heróis e os vilões; a brutalidade a descartabilidade de certos corpos; o desrespeito a determinados territórios são questões que estão presentes em toda a sociedade brasileira, não apenas nas Polícias Militares. As pessoas de uma maneira geral compartilham das mesmas ideias, concordam e aplaudem as atitudes genocidas realizadas pela instituição. Além disso, policiais militares enquanto indivíduos são nascidos e socializados no mesmo lugar dos cidadãos que acreditam que bandido bom é bandido morto. Antes de pensarmos em como promover uma reforma na Polícia Militar, precisamos analisar o contexto que faz com que a violência das ações militares seja aceita por grande parte da sociedade brasileira. Uma sociedade basicamente racista e desigual. Luiz Eduardo Soares (2015) acredita que tudo o que acontece em relação à segurança pública conta com a aprovação da sociedade

> [...] nada do que ocorre na esfera da segurança pública é indiferente à autorização da sociedade. Por conseguinte, antes de qualquer providência reformista voltada especificamente para organizações e comportamentos dos agentes da segurança e da justiça criminal, seria necessário mudar as visões hegemônicas sobre guerra, inimigos internos e a descartabilidade dos vulneráveis. Se as polícias agem de modo francamente racista e adotam nítido viés de classe, se territórios são estigmatizados, os problemas não estão nessas instituições e em seus profissionais, mas na sociedade, em sua história. Sem que a cultura antidemocrática seja transformada, seria equivocado e fantasioso tentar mudar as corporações policiais, suas táticas, seus métodos, suas abordagens e comportamentos. (SOARES, 2015, p. 37).

A aceitação e muitas vezes até o clamor da sociedade por ações violentas por parte das polícias militares têm relação com a representação realizada pela mídia hegemônica em relação à violência urbana. Os jornais, programas de TV e atualmente, as mídias digitais, exploram comercialmente os crimes, gerando cada vez mais na sociedade uma sensação de insegurança e de iminente aumento da criminalidade. Essa sensação faz com que parte da sociedade demande mais a presença da política, além de fazer com que práticas de torturas e execuções

sejam tidas com normalidade. As pessoas passam a pedir por mais policiamento e que esse policiamento seja cada vez mais duro e violento, ao invés de pedirem por políticas públicas que diminuam as desigualdades sociais e atuem no foco no problema da criminalidade (WYLLYS, 2015, p. 67).

Exponho aqui, como em Cubas**,** Natal e Castelo Branco (2015) quatro teorias explicativas para a violência policial. A primeira delas é composta pelos vieses histórico e sociocultural, que apresenta uma relação entre o histórico de formação das polícias e sua forma de atuação. O foco é o uso político da polícia, em que a instituição é utilizada como um "[...] instrumento de controle das elites sobre as classes populares [...]" (CUBAS; NATAL; CASTELO BRANCO, 2015, p. 127). De acordo com essa linha de estudos, o uso político da polícia se agravou durante o período do regime militar no Brasil (1964-1985), gerando um histórico de ilegalidades e uso abusivo e desnecessário da força nas ações policiais, sem que os agentes fossem responsabilizados por isso. Some-se a isso o fato de que na passagem da ditadura para a democracia a criminalidade aumentou, fortalecendo o discurso da necessidade da atuação dura e combativa da polícia, e do uso da força como sinal de eficiência. A violência policial é vista como uma forma de justiça 'direta'. (CUBAS; NATAL; CASTELO BRANCO, 2015)

A segunda linha de estudos abrange as abordagens situacionais, que analisa o contexto em que a violência policial ocorre com mais frequência. De acordo com essa linha, existem uma série de situações que fazem com que seja mais provável que ocorra violência policial.

> São as ocorrências de crimes violentos, quando há presença de armas de fogo, pessoas com antecedentes criminais, suspeitos do sexo masculino, negros, alcoolizados, pessoas que apresentem comportamento hostil ou que desafiem a autoridade policial, quando há resistência física, nas ocorrências noturnas, em espaços públicos e com policiais à paisana. (CUBAS; NATAL; CASTELO BRANCO, 2015, p. 128).

No Brasil, as análises situacionais são baseadas nas características das vítimas e nos locais onde as ações violentas acontecem, casos que geralmente são tratados como legítima defesa por parte dos agentes policiais. (CUBAS; NATAL; CASTELO BRANCO, 2015).

O assassinato de Ághata Felix, uma criança negra de oito anos de idade, no Complexo do Alemão, complexo de favelas no Rio de Janeiro. Seguindo a análise situacional para explicar a violência sofrida pela menina, por sua família e por toda a sociedade, ela tinha então mais chance de sofrer com a brutalidade policial, já que estava em um local de periferia e por ser negra. Segundo a versão apresentada pela Polícia Militar preliminarmente, teria havido um confronto entre a PM e bandidos na localidade, na tentativa então de justificar a ação. Parentes da menina e testemunhas locais sempre apontaram que não houve confronto algum no momento

em que ela foi assassinada, que houve um único disparo, vindo de um policial. Rodrigo José de Matos Soares, cabo da PM, foi indiciado como o responsável pelo disparo do tiro que atingiu a criança. De acordo com a investigação, não havia confronto no momento e após um tiro atingir um poste, estilhaços entraram pela traseira do veículo em que Ághata estava com a mãe.

Já a terceira linha de interpretação sobre a violência policial no Brasil considera as análises institucionais e organizacionais "[...] que focalizam os perfis dos governos, o posicionamento dos administradores da segurança pública e a cultura policial." (CUBAS; NATAL; CASTELO BRANCO, 2015, p. 129). Segundo essa corrente, o posicionamento político de gestores e governantes influencia fortemente a administração da segurança pública nos estados.

Ághata Felix foi assassinada em setembro de 2019. O governador do Estado do Rio de Janeiro era Wilson Witzel, do PSC/RJ (Partido Social Cristão do Rio de Janeiro), que havia sido eleito em 2018. O então governador nunca havia concorrido a cargos políticos e foi eleito com forte apoio do então candidato Jair Messias Bolsonaro, do PSL/RJ (Partido Social Liberal do Rio de Janeiro), também eleito no mesmo ano como Presidente da República. Witzel ficou conhecido por declarar que sua política de segurança era abater criminosos e possíveis criminosos que estivessem portando fuzis nas ruas do Rio de Janeiro. Em entrevista ao Jornal Estadão, em 01/11/2018, Witzel afirmou: "A polícia vai mirar na cabecinha e … fogo"[30] (PENNAFORT, 2018, n. p.), frase que se tornou símbolo do seu governo. Em 2019, no Rio de Janeiro, 1.814[31] civis foram vítimas de morte em razão de intervenção de agentes do Estado. No mesmo ano, o Ministério Público Federal, emitiu uma nota, em razão da morte de Ághata Felix, em que demonstrava que a política de segurança pública implementada pelo governador Wilson Witzel (PSC) no Rio de Janeiro não poderia ser considerada como compatível com o Estado Democrático de Direito

> A 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional), diante da morte brutal da menina Ágatha Vitória Sales Felix, vem manifestar, mais uma vez, sua preocupação com a política de segurança pública que vem sendo implantada no Estado do Rio de Janeiro.
>
> Uma política de segurança que, segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), apenas neste ano, já gerou 1.245 mortes de civis decorrentes de operações policiais, dentre os quais cinco crianças, não pode ser considerada como eficiente e compatível com o Estado Democrático de Direito.

[30] **PENNAFORT, Roberta** 'A polícia vai mirar na cabecinha e… fogo', diz novo governador do Rio. Estadão, São Paulo, 1 nov. 2018. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-diz-novo-governador-do-rio/. Acesso em: 22 dez. 2022.

[31] INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Segurança em números 2021**. Rio de Janeiro: ISP, 2022. Disponível em: http://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/SN2021_rev.html#crimes_vida. Acesso em: 22 dez. 2022.

> Saliente-se que, além das mortes de civis, pelo menos 45 policiais foram assassinados no estado do Rio de Janeiro em 2019, na maior parte dos casos fora de situação de confronto, o que bem demonstra a permanente insegurança a que estão submetidos os profissionais que deveriam promover a segurança da população.
>
> Extermínio e abate são estimulados pelo discurso oficial que trata os moradores de comunidades, em sua maioria pobres e negros, como criminosos e inimigos a serem eliminados.
>
> A 7ª Câmara de Coordenação e Revisão se solidariza com as famílias das vítimas de tal nefasta política de (in)segurança pública e conclama os agentes estatais e a sociedade civil a reagirem contra o estado de guerra oficioso instalado no Rio de Janeiro, principalmente nas comunidades da periferia.
>
> Brasília, 25 de setembro de 2019
>
> 7ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal
>
> Controle Externo da Atividade Policial e Sistema Prisional [32] (RODAS, 2019, n. p.)

A quarta corrente de explicações sobre as razões para a violência policial diz respeito à conduta individual dos policiais nas ocorrências. As características pessoais dos policiais seriam a explicação para o uso abusivo da força. Estudos internacionais "[...] enfatizam nível educacional, tempo de experiência profissional, idade, nível de estresse [...]" (CUBAS; NATAL; CASTELO BRANCO, 2015, p 129), como algumas das variáveis explicativas. Ao acreditar que os motivos da violência policial dependem da conduta de cada agente, as soluções também passam a fazer parte do plano individual, bastando então que quem realizou a ação seja punido administrativa ou criminalmente, sem a responsabilização dos gestores da segurança pública e sem a reflexão do contexto que tenha gerado tal ação.

Rodrigo José de Matos Soares, cabo da PM, foi o único indiciado pelo assassinato de Ághata. Ele responde como réu por homicídio doloso (em que o agente quis ou assumiu o risco de matar). A primeira audiência do caso aconteceu quase dois anos e meio depois do crime e até o fim dessa pesquisa o julgamento final ainda não havia sido realizado.

As teorias aqui apresentadas, assim como outras que existem na literatura nacional e internacional acerca das explicativas sobre a violência policial não são excludentes, e sim complementares. Diria que no caso do Brasil todas as quatro correntes aqui expostas cabem à maioria dos casos de violência, uso abusivo da força e homicídios cometidos por agentes do Estado, além do racismo, do ódio aos negros, e do desejo de extermínio da população negra, que são presentes em nossa sociedade.

---

[32] RODAS, Sérgio. Política de segurança de Witzel é ineficiente e incompatível com a democracia, diz MPF. **Consultor Jurídico**. São Paulo, 25 set. 2019. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2019-set-25/seguranca-witzel-incompativel-democracia-mpf. Acesso em: 22 dez. 2022.

3.3 – Essas ações policiais têm locais para acontecer: a gestão necropolítica do espaço

A gestão necro espacial é marcada ao longo da cobertura do veículo. Diferentes textos marcam o local onde as violências foram sofridas, seja no caso de Ágatha ou quando os textos fazem um paralelo com outros casos também de assassinatos. Nos textos publicados ao longo da cobertura do assassinato de Ágatha, a informação sobre o local do crime geralmente aparece logo no título. No dia 21/09/2019 é publicado o texto com o título *Morre criança baleada nas costas no Complexo do Alemão; moradores protestam*[33]. Essa notícia traz também a informação no primeiro intertítulo: "Manifestação reúne moradores no Alemão". Também no dia 21/09 foram publicados os textos com títulos *Família de menina baleada no Alemão nega confronto entre PM e traficantes*[34] e *Polícia vai fazer reconstituição do assassinato de Agatha Felix, no Complexo do Alemão*[35]. Nessa matéria, o autor fala sobre uma manifestação organizada pelos moradores, e a temática do local também aparece, dessa vez por meio de uma declaração de uma fonte: "Em todas as comunidades se perdem vidas inocentes por essa política montada pelo governo do Estado". Já no dia 22/09/2019 outro texto com a localização também no título: *Questionamentos sobre morte de menina no Alemão seguem sem esclarecimentos da PM*[36].

Outra reportagem publicada em 22/09/2019 também localiza o crime cometido contra Ágatha logo no título *'A arma que ela gostava de usar era lápis, caderno, redação nota 10', diz avô durante enterro de menina baleada no Alemão*[37]. O último texto publicado no período analisado, em 26/09, também demarca o local do assassinato de outra criança, Kauan: *Mãe de Kauan, morto na Baixada, se solidariza com pais de Ágatha Félix e ainda espera respostas do crime*[38].

Na reportagem com o título *Pais de Agatha Félix prestam depoimento na Delegacia de Homicídios, na Barra*, publicada em 25/09/2019 traz ainda outro aspecto relacionado à gestão necropolítica dos espaços. O texto mostra o efetivo policial que estava trabalhando no Complexo do Alemão:

---

33 Disponível no Anexo A deste trabalho.
34 Disponível no Anexo B deste trabalho.
35 Disponível no Anexo C deste trabalho.
36 Disponível no Anexo H deste trabalho.
37 Disponível no Anexo D deste trabalho.
38 Disponível no Anexo J deste trabalho.

> Doze PMs que faziam patrulhamento na localidade da Fazendinha, no Complexo do Alemão, Zona Norte, já prestaram depoimento na segunda e na terça-feira, na DH. Ao todo, nove armas, entre pistolas e fuzis, foram entregues. (AMORIM, 2019, n. p.).

Por meio dessa passagem podemos perceber que a quantidade de policiais militares e armas era grande e ostensiva. Esse tipo de ação só é possível em locais de vulnerabilidade. Ninguém consegue imaginar 12 policiais portando fuzis em um bairro nobre da zona sul do Rio de Janeiro por exemplo. Lá essas ações não são permitidas.

Ao marcar os locais onde os assassinatos aconteceram os textos demonstram que a necropolítica, a política de morte e a escolha dos que são determinados como descartáveis é também operacionalizada por meio de uma gestão racista dos territórios. É criada "[...] uma geografia de privilégios elitizados e racializados no uso e apropriação dos espaços na busca por segurança." (OLIVEIRA, 2015, p. 3).

É o racismo que faz com que um certo grupo de pessoas, os socialmente indesejados, tenham uma espacialidade restrita e tenham acesso a espaços diferentes dos considerados desejados. Nessa economia, os negros e pobres são os indesejados. Nos espaços circulados por eles, o estado de exceção, não no seu conceito jurídico-constitucional, mas em seu conceito político, como o pensado por Agamben (2004), torna-se regra. Dentro do estado de exceção, o que não é legal juridicamente torna-se legal, com a justificativa do medo do que esses indesejáveis podem causar. A justificativa para as ações nas favelas e periferias do Brasil é a guerra às drogas. Assim, o Estado entra nas favelas, executa pessoas sem julgamento, desrespeita moradores e cria um estado de pânico entre essas pessoas e também para o grupo social ao qual elas pertencem. Negros vivem sempre com medo de terem seus direitos violados, independentemente do local onde estiverem, já que o terror já foi instaurado e a possibilidade da violência é algo constante.

O racismo, ao existir espacialmente "[...] cria campos, isto é, territórios 'fora/dentro' da ordem jurídico-política que permite materializar o estado de exceção" (AGAMBEN, 2004 *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 4). O racismo de Estado, termo criado por Foucault (1988) "[...] tem importância vital na gestão de territórios e populações, pois representa a condição com a qual, a polícia pode exercer o direito de matar, humilhar, sequestrar, torturar e amedrontar sem que isso seja considerado crime [...]." (OLIVEIRA, 2015, p. 10)".

Como já apontei no capítulo 1, Pierre Bourdieu (2013) acredita que não existem espaços sociais não hierarquizados em uma sociedade hierarquizada. Além disso, os espaços exprimem as deformações e as diferenças sociais instituídas pela sociedade. Na realidade da sociedade brasileira, em que a hierarquização racial é muito marcante e define as relações e diferenças

sociais, o espaço é também uma das formas de realização dessa hierarquização. O espaço social como descrito em Bourdieu é separado de uma forma racializada que inclusive permite uma diferença de mobilidade entre os não brancos e os brancos, já que os brancos possuem a passabilidade de poder circular em todos os espaços, mesmo os brancos pobres, condição essa que os não brancos não tem, mesmo os que são ricos (OLIVEIRA, 2020). Dessa forma, o objetivo de os espaços serem construídos como são é a segregação, não a integração da sociedade. A cidade neoliberal não foi pensada para a integração, mas para os que podem "[...] pagar por segurança, conforto e privilégio." (OLIVEIRA, 2020, p. 198). Assim, é fundamental que permaneça no imaginário social a ideia de insegurança e da necessidade de eliminar o inimigo. Inimigo esse representado como os moradores de favelas e periferias no caso do Brasil.

Além da mobilidade e acesso a investimentos, o racismo ao fazer parte da dinâmica espacial, divide o território entre os que estão dentro e os que estão fora da ordem da lei, o que possibilita a instauração do estado de exceção (AGAMBEN, 2004). O estado de exceção na realidade das favelas do Brasil, em especial na guerra contra o tráfico inventada no Rio de Janeiro, cidade objeto deste trabalho, é o faz com que situações legalmente injustificáveis como as execuções sem julgamento de suspeitos – sejam lá quais forem os critérios adotados pelos agentes do estado para os considerarem suspeitos – e o desrespeito aos moradores dessas localidades seja justificado com base na ideia da busca e extermínio do inimigo.

Denilson Araújo de Oliveira (2020) afirma que o negro foi inventado como um problema espacial já desde o início da formação da ideia do negro – na época do sequestro da África – o que justificava o extermínio.

> O projeto racial (MOREIRA, 2019) em curso, promovido pela colonialidade do poder, definiu o negro com um problema espacial (QUIJANO, 2000; OLIVEIRA, 2019) ao estabelecer uma hierarquia da diversidade humana pela ideia de raça instituindo usos do espaço por critérios raciais (QUIJANO, 2000; OLIVEIRA, 2019). (OLIVEIRA, 2020, p. 185)

Assim, o racismo brasileiro foi e é baseado na ideia de "[...] hierarquias raciais na produção social do espaço" (OLIVEIRA, 2020, p. 189). A gestão da biopolítica e necropolítica – que tem relação com o racismo na medida em que ele foi o responsável pela divisão e hierarquização dos povos (MBEMBE, 2018) – é também uma gestão territorial. "Na cidade do Rio de Janeiro, as políticas neoliberais aplicam uma gestão bionecropolítica ao definir [...] que pessoas negras podem morrer e/ou ser expostas a condições insalubres que provocam a morte por serem classificadas como não rentáveis e de menos valor" (OLIVEIRA, 2020, p. 199).

A relação entre a questão de os moradores de favelas serem considerados como uma população matável é analisada por Juliana Farias (2007), que estabelece um paralelo entre os

mecanismos de controle de biopoder, a "antropologia das margens", via analítica pautada por uma linha de pesquisa difundida pelas antropólogas Veena Das e Deborah Poole (2004) e a "metáfora da guerra", elaborada pela socióloga Márcia Leite. O termo *matável* é uma noção do filósofo Giorgio Agamben, que Farias faz questão de explicitar que utiliza com ressalvas em seu texto. Agamben utiliza a noção de *homo sacer* – "uma obscura figura do direito romano arcaico, na qual a vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão (ou seja, de sua absoluta *matabilidade*)" (AGAMBEN, 2002, p. 16) . Na tradução de Agamben, a "[...] expressão 'vida matável' se faz por fidelidade ao original *uccidibile* (de *uccidere*, 'matar ou provocar a morte de modo violento')." (FARIAS, 2007, p. 155). Essa vida nua, uma vida vazia, poderia ser exterminada por qualquer um, sem que houvesse nenhum tipo de punição ou culpa, pois a vida do *homo sacer* é excluída da lei e dos direitos. Farias salienta em seu trabalho que essa noção só é possível em situações-limite, como no regime nazista por exemplo. Assim, ela considera que os favelados são matáveis, mas não *homo sacer*.

A antropologia das margens, de Veena Das e Deborah Poole (2004), analisa a presença do Estado de formas específicas em territórios considerados marginais. A definição de centros e margens não é estabelecida apenas por meio de um conceito espacial, mas sim pensado através de relações entre soberania e poder disciplinar. Três opções para a compreensão da ideia de margem são apresentadas:

> 1) periferias habitadas por pessoas consideradas insuficientemente socializadas de acordo com as leis e a ordem vigentes; 2) lugares onde os direitos podem ser violados através de dinâmicas distintas de interação das pessoas com documentos, práticas e palavras do Estado; e 3) um espaço localizado entre corpos, leis e disciplina. (FARIAS, 2007, p. 158).

As margens brasileiras são pensadas por Farias a partir das operações policiais e das diferenças dessas operações no asfalto e na favela. Por meio da publicação dos dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) em 1997 acerca da letalidade da ação policial no Rio de Janeiro ela constatou que a política de segurança pública instaurada pelo Estado era desempenhada de forma diferente de acordo com a área em que as operações policiais eram realizadas. A pesquisa havia sido encomendada pela Comissão de Segurança Pública e pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado e mostrou, dentre outros dados, que "[...] a incidência de mortos pela polícia nas favelas era seis vezes maior do que no 'asfalto' [...]" (FARIAS, 2007, p. 162).

Farias afirma que foi a partir dessa concepção que Márcia Leite construiu a noção de "metáfora da guerra" (2000). De acordo com essa metáfora, a violência do Rio de Janeiro era associada ao tráfico de drogas e as favelas eram vistas como "[...] focos irradiadores dessa

violência [...]" (FARIAS, 2007, p. 162), ao passo que as políticas públicas de segurança eram encaradas como ineficientes. Sendo assim, uma parte da população e também setores da mídia consideravam e disseminavam a ideia de que a situação no Rio de Janeiro era excepcional. Estávamos em guerra, e o uso abusivo da força durante as ações nas favelas deveria ser não apenas tolerado como apoiado.

A partir dos conceitos e discussões aqui apresentados, podemos compreender que a necropolítica é também uma gestão espacial. A divisão e hierarquização dos espaços separa as pessoas, entre as que são dignas de direitos e respeito, inclusive direito à vida, das que não são dignas. Ághata Felix, uma criança de oito anos, que estava voltando para casa com a mãe, só foi assassinada da forma que foi – com um tiro de fuzil nas costas, disparado por um policial militar, dentro de uma kombi – porque ela era negra e estava em uma favela, onde também residia. É impossível imaginar uma ação da polícia militar ou de qualquer outra polícia em um bairro nobre que resultasse na morte de uma criança. Mas nas favelas e periferias isso não só é possível como é desejado por grande parte da população, com a desculpa da guerra às drogas. E as mortes (mesmo que sejam dos chamados inocentes) são um efeito colateral e podem acontecer. O importante é exterminar o inimigo, nesse caso, em sua maioria jovens, negros e pobres que estão na ponta de uma cadeia que envolve pessoas que se tornaram milionárias com o mercado de drogas mundial. Mas esses são brancos, ricos, e moradores de áreas nobres, onde a lógica do extermínio não chega.

3.4 – Somos todos iguais, menos a branquitude. Como o jornal ignorou o recorte racial em sua cobertura

As notícias e reportagens selecionadas sobre o assassinato de Ágatha Felix do Jornal Extra fazem parte da editoria "Casos de polícia". Atualmente (e na época do assassinato de Ághata), o veículo conta com oito editorias, sendo elas: Notícias (que tem uma subeditoria com o nome de Brasil, dentre outras), Economia e Finanças, Emprego, Polícia, Famosos, TV, Esporte e Mulher.

Durante toda a narrativa construída pelo Jornal Extra, a questão racial por detrás do assassinato de Ágatha e de outras pessoas e crianças que também são retratadas na trama não aparece como um tema debatido ou defendido pelo veículo por meio dos autores dos textos.

Ela aparece fundamentalmente por meio de falas de fontes que são entrevistadas, algumas que inclusive não quiseram se identificar.

Na notícia publicada no dia 21/9/2019, com o título: *Morre criança baleada nas costas no Complexo do Alemão; moradores protestam*[39], uma fonte declara em entrevista: "Basta do sangue do povo negro derramado na favela. Viemos aqui para lutar por essas vidas, crianças que vocês estão levando. Nos deixem viver em paz, sem essa falácia da guerra contra as drogas. Chega, são os nossos jovens que estão morrendo [...]." (AMORIM; GASPARINI; ALTINO, 2019, n. p.).

A temática do sangue negro derramado na favela, porém, aparece apenas nessa fala. Durante toda a narrativa sobre o Caso Ágatha, a temática sobre o genocídio da população negra aparece por meio de uma entrevista com uma fonte, identificada como integrante do coletivo de mães que estava presente na manifestação em protesto ao assassinato de Ághata.

Já no texto com título *Caso Ágatha: bala encontrada em corpo vai permitir comparação com armas de PMs*[40], publicado em 22/09/2019 o autor utiliza a informação que Ágatha foi a quinta criança morta por bala perdida este ano no Rio e 57ª desde 2007, de acordo com levantamento da ONG Rio de Paz. (SOARES, 2019, n. p.).

O trecho era um hiperlink que direcionava para outra reportagem, também do Jornal Extra, publicada em 21/09/2019. Essa reportagem é baseada em um estudo realizado pela ONG Rio de Paz, que mostra o número de crianças mortas por balas que acham os corpos negros – e, portanto, não têm nada de perdidas – em 2019. O texto informa que cinco crianças foram assassinadas nessas circunstâncias e mostra as fotos dessas crianças. Todas elas eram negras e moradoras de favelas e periferias. Mais uma vez, apesar inclusive das fotos que mostram a raça dessas crianças, é ignorado o fator racial relacionado a esses assassinatos.

Também no texto com título *A arma que ela gostava de usar era lápis, caderno, redação nota 10', diz avô durante enterro de menina baleada no Alemão*[41], publicado em 22/09/2019, ao se referir sobre uma manifestação que foi organizada por moradores do Complexo do Alemão, utiliza-se da declaração de uma das participantes: "Nós queremos viver" (ZARUR; OUCHANA, 2019, n. p.). Mas não é desenvolvido no texto a seguinte questão: Quem é esse "nós" que quer viver? Quem são essas pessoas? Ainda no relato sobre a manifestação, as autoras do texto jornalístico continuam: "Uma faixa com os dizeres 'parem de nos matar' foi estendida

[39] Disponível no Anexo A deste trabalho.
[40] Disponível no Anexo E deste trabalho.
[41] Disponível no Anexo D deste trabalho.

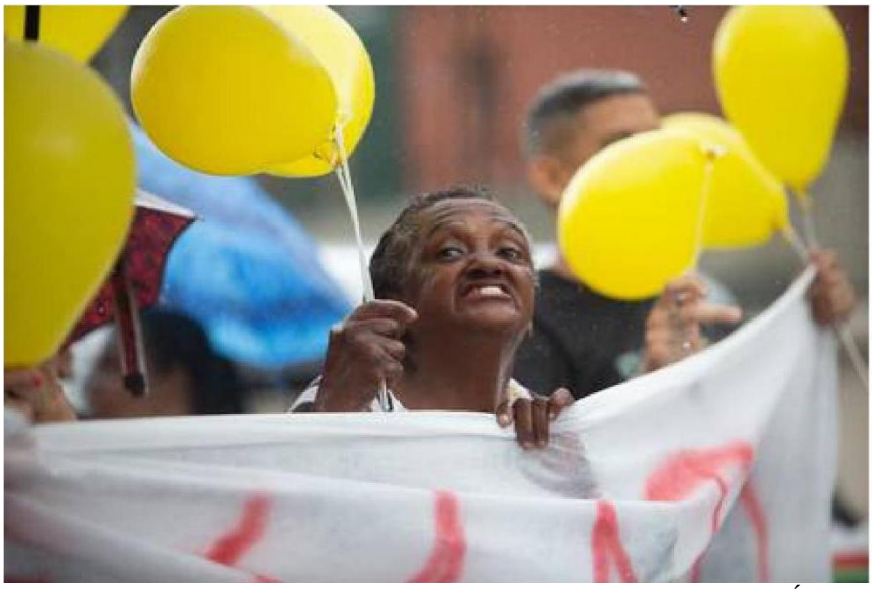
[...]" (ZARUR; OUCHANA, 2019, n. p.). Também não é desenvolvida a questão sobre o movimento "parem de nos matar".

No mesmo texto nos é apresentada a personagem Marinete Martins Machado. A senhora negra – há uma foto de Marinete na passeata organizada pelos moradores do Complexo do Alemão – de 63 anos conta que teve um neto de 13 anos assassinado por diversos tiros quando saía para comprar pão:

> Moradora do Complexo do Alemão desde que nasceu, Marinete Martins Machado, de 63 anos, disse que não houve troca de tiros no momento em que Ágatha foi atingida. A PM alega que equipes da Unidade de Polícia Pacificadora havia sido atacada antes do disparo que acertou a menina.
> — São tantas mortes e, se a gente não fizer manifestação, vão continuar matando, tirando a vida de criança inocente. Eles falaram que foi troca de tiro, mas não foi. Eles viram dois caras passando de moto e atiraram. A Ágatha estava com a mãe dela na Kombi, ela falou que sentiu algo queimar as costas dela — disse a moradora, que tem 26 netos e 19 bisnetos na comunidade.
> A violência sofrida pela família de Ágatha é algo familiar para Marinete, que perdeu um neto em abril de 2017. A senhora conta que o neto Paulo Henrique, de 13 anos, havia ido comprar pão quando foi atingido por diversos disparos. (ZARUR; OUCHANA, 2019, n. p.).

Mais uma vez, mesmo estampando a foto de uma mulher negra que perdeu o neto para a violência do Estado, a questão racial é ignorada.

Fotografia 2 – Foto que ilustra o depoimento de Marinete Martins Machado ao Jornal Extra em 22/09/2019



Legenda: Marinete Martins Machado, de 63 anos, participou do ato pela Ágatha Félix; em 2017, a avó perdeu um neto baleado. Foto: Bruno Kaiuca / Agência O Globo.
Fonte: ZARUR; OUCHANA, 2019.

A última reportagem publicada dentro do período analisado, em 26/09/2019, com o título *Mãe de Kauan, morto na Baixada, se solidariza com pais de Ágatha Félix e ainda espera*

respostas do crime[42], apresenta Luciana Pimenta, mãe de Kauan Peixoto, 12 anos, assassinado a tiros na Chatuba, Mesquita, Baixada Fluminense, ao sair de casa para comprar um lanche. A reportagem traz fotos tanto de Luciana quanto de Kauan, ambos negros. Mas também não aborda o recorte racial do assassinato. Na foto que ilustra a reportagem, Luciana veste uma camisa com a foto do filho. Uma foto de Kauan também ilustra o texto, com legenda: "Desde que Kauan morreu, Luciana começou a participar de movimentos sociais com outras mães que tiveram seus filhos mortos. Tem frequentado eventos, reuniões e se solidariza com a dor de outras famílias." (CRUZ, 2019, n. p.).

Fotografia 3 – Luciana Pimenta, mãe de Kauan Peixoto



Legenda: Luciana quer criar ONG com atividades para crianças e adolescentes. Foto: Cléber Júnior / Agência O Globo.
Fonte: CRUZ, 2019.

O referido texto é focado no elo existente entre o assassinato de Ághata e o de Kauan, por meio da dor sofrida pelas mães. Luciana demonstra em entrevista à jornalista que tem a

[42] Disponível no Anexo J deste trabalho.

intenção de iniciar uma Organização não governamental (ONG) para segundo ela, "[...] contribuir para que outras mães não passem por isso." (CRUZ, 2019, n. p.). Ela destaca ainda o conselho que daria para a mãe de Ágatha, o de se unir a outras mães que tenham passado pela mesma dor: — "Nessas horas, não existem palavras que consolem o coração de uma mãe que perdeu um filho como perdemos. Mas diria à mãe da Ágatha que tenha força e que transforme o luto em luta, com ajuda de outras mães que tenham passado pelo mesmo." (CRUZ, 2019, n. p.).

No texto em questão, o fato de ser mãe de uma criança também assassinada pelo Estado fez de Luciana uma autoridade moral sobre o caso e aproximou sua história à de Vanessa Felix, mãe de Ágatha. Apesar de não haver uma abordagem racial sobre o assassinato de Ágatha, seja quando o jornal contextualiza ou fala sobre outras mortes de crianças negras, ou quando fontes abordam a racialização por trás da ação truculenta da Polícia Militar do Rio de Janeiro, o fato de trazer outros casos de crianças também assassinadas pelo Estado através da PM é uma forma de "des-singularização do caso", condição para que a denúncia tome uma proporção maior, inclusive diante da opinião pública (VIANNA; FARIAS, 2011).

Luciana Pimenta destaca em sua entrevista a importância de buscar "[...] ajuda de outras mães que tenham passado pelo mesmo." No sentido de ajudar, reconstruir e buscar por justiça (muitas vezes uma justiça que nunca chega pelas mãos do Estado) existem diversos coletivos organizados e compostos por mães que perderam seus filhos pela violência policial.

A chamada "luta das mães" caminha na tentativa de serem tidas como importantes mortes tomadas como desimportantes. A sociedade é levada a acreditar (muito por conta da forma como essas mortes são retratadas pela mídia hegemônica) que elas foram consequência dessa guerra que foi criada, a guerra contra as drogas. Quando morre um jovem em uma favela ou periferia, principalmente quando a alegação é de que ela foi gerada em uma situação de confronto, é alimentada a ideia de que isso aconteceu como uma consequência natural a uma guerra necessária. A luta e a busca por justiça desses coletivos de mães é transformar esses corpos em pessoas, inclusive clamando que os responsáveis sejam culpabilizados e punidos. O genocídio ao qual a população negra e principalmente as crianças negras são submetidas não cessa nas mortes de quem o estado assassina diretamente. A família inteira morre, a comunidade também. Morre a esperança de continuidade de nossos semelhantes. Assim:

> a ação política de busca de justiça para esses mortos está diretamente ligada [...] ao esforço em não deixar que se apaguem também essas histórias familiares, levando os vivos para o mesmo terreno de desimportância a que os mortos estariam sendo relegados. (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 107-108).

Outro destaque a partir das reportagens refere-se ao fato de o veículo não realizar um aprofundamento na questão racial que está por trás da morte de Ágatha, a morte em massa de pessoas negras, o poder necro e geopolítico que é exercido continuamente por parte do Estado sobre pessoas negras pode ser explicado pelo "pacto narcísico" da branquitude.

Apesar de não ser geralmente entendida na sociedade como tal, branco também é uma raça e a branquitude é a identidade racial do branco, cercada de privilégios frutos dos quase 400 anos de escravização no Brasil. Maria Aparecida Bento (2022) afirma em seus trabalhos que existe uma herança histórica que os brancos receberam com a escravização. Muito é falado sobre os impactos negativos que ficaram para os negros graças ao sequestro que eles sofreram ao terem que sair de suas terras contra a vontade. Mas nada se fala sobre o que ficou de positivo para os brancos graças a esse processo. A branquitude é uma espécie de "[...] guardiã silenciosa de privilégios". (BENTO, 2014, p. 41)

Bento (2014) também nos apresenta que esses privilégios herdados pelos brancos podem ser concretos ou simbólicos e mesmo os simbólicos são importantes para a manutenção dos privilégios e do grupo da branquitude como um grupo coeso. O branco não é visto como raça pois ele é o universal, o modelo a partir do qual surgiram as concepções de raça, do outro, de todos que eram diferentes e vistos como exteriores. A visão do branco como o modelo universal já é um benefício simbólico, já que "[...] qualquer grupo precisa de referenciais positivos sobre si próprio para manter a sua autoestima, o seu autoconceito, valorizando suas características e, dessa forma, fortalecendo o grupo." (BENTO, 2014, p. 27-28).

As pesquisas sobre a branquitude são ainda recentes, historicamente as investigações raciais têm focado nos negros e nos não brancos de forma geral, como se o branco não tivesse nenhuma relação com as diferenças raciais. É como se o problema racial no Brasil não fosse um problema entre brancos e negros, mas sim um problema exclusivamente do negro.

É também Cida Bento (2014) que conceitua sobre o narcisismo da branquitude e do acordo existente entre os brancos, a fim de preservar seus privilégios como grupo social. A autora ironiza que os brancos não se encontram na escuridão da noite, em uma sociedade secreta, para combinar como vão manter seus privilégios, mas é como se assim fizessem. De acordo com o pensamento, as pessoas se identificam com seus grupos de semelhantes, com seus pares e afastam os diferentes. A relação com o amor narcísico, de amar a si próprio é no sentido de que amamos nossos semelhantes, os que se parecem conosco. O amor narcísico está relacionado com a identificação, da mesma forma que o ódio narcísico está relacionado com a desidentificação.

Nesse sentido, existe na sociedade brasileira um “pacto narcísico” (BENTO, 2014, p. 45). Uma espécie de acordo de silenciamento sobre o racismo e uma tendência a transformar desigualdades raciais em questões estritamente sociais. Esse apagamento das questões raciais e a atenção voltada geralmente para as sociais tem também relação com o conhecido mito da democracia racial, a crença de que o Brasil é um país em que as diferentes raças convivem harmoniosamente e que a raça não é impeditiva para a ascensão social, que dependeria exclusivamente de mérito.

O pacto narcísico da branquitude é retroalimentado pelo mito da democracia racial. Um depende do outro para continuar existindo. O mito da democracia racial é a ideia de que o Brasil é um paraíso racial, em que não existe discriminação e onde todas as raças convivem harmoniosamente (NASCIMENTO, 1978). Diferentemente de países em que existiram apartheid, como na África do Sul e nos Estados Unidos, por aqui não existiriam entraves marcados pela raça, inclusive os econômicos e sociais. Uma das “lendas justificadoras” (NASCIMENTO, 1978) para que esse mito exista é a existência e resistência da cultura africana no Brasil. O fato seria possível graças a relações “[...] relaxadas e amigáveis entre senhores e escravos. Canções, danças, comidas, religiões, linguagem, de origem africana, presentes como elemento integral da cultura brasileira, seriam outros tantos comprovantes da ausência de preconceito e discriminação racial dos brasileiros ‘brancos’”. (NASCIMENTO, 1978, p 55).

A crença de que as conquistas e fracassos são questões individuais e de que elas não fazem parte de um projeto racial alimenta a ideia de que os privilégios herdados pelos brancos não existem. Dessa forma, retroalimenta o silenciamento dos brancos sobre esses privilégios, sobre a herança positiva que todas as gerações de pessoas brancas recebem da escravização.

O mito da democracia racial enquanto discurso mascara a realidade em que vivem os negros no Brasil. Ao mesmo tempo é a justificativa para que o grupo dominante – brancos – mantenha-se indiferente, afastado e ignorante em relação aos grupos não brancos. Se o negro não ascendeu socialmente ou se não ocupa espaços sociais, culturais ou econômicos, a responsabilidade é apenas dele, graças as suas características (GONZALES, 2020b).

Lélia Gonzalez (2020b) afirma que para o pacto discursivo do mito da democracia racial continue existindo e seja eficaz, é necessária “[...] sua internalização por parte dos atores (tanto os beneficiados quanto os prejudicados) que o reproduzem em sua consciência e em seu comportamento.” (GONZALES, 2020b, p. 186). Dessa forma, no jogo discursivo que foi montado em torno da ideia de igualdade racial no Brasil, de que o negro é um cidadão como todos os outros após a promulgação da Lei Aurea, em 13 de maio de 1888, cada ator ocupa o

seu lugar. Tanto os negros quanto os brancos precisam acreditar que a igualdade racial existe exatamente para que ela possa continuar existindo.

Como já foi dito, o que podemos perceber a partir da análise dos textos selecionados sobre o assassinato de Ághata Felix é que houve um silenciamento em relação à questão racial da vítima e ao contexto que existe em ser uma criança negra, moradora de favela no Rio de Janeiro, sujeita aos tipos mais perversos de violência, inclusive ser assassinada com um tiro nas costas quando voltava de um passeio com a mãe. como aconteceu com Ághata. A omissão dessas questões e da profundidade que elas trazem, como foi realizado na cobertura do caso pelo Jornal Extra também é uma forma de racismo. O racismo de omissão é um conceito apresentado por Lélia Gonzalez (2020c). Consiste em, como o nome sugere, não falar sobre o racismo e está diretamente ligado ao mito da democracia racial e à ideologia do branqueamento.

> E este nada mais é do que um dos aspectos da ideologia do branqueamento que, colonizadamente, quer nos fazer crer que somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, eurocêntrico. Ao lado da noção de "democracia racial", ela aí está, não só definindo a identidade do negro como determinando o seu lugar na hierarquia social; não só "fazendo a cabeça" das elites ditas pensantes como a das lideranças políticas que se querem populares, revolucionárias. (GONZALES, 2020c, p. 221).

A raça dos jornalistas que foram os autores dos textos analisados é algo em que devemos prestar atenção. Os 12 textos analisados no período selecionado foram escritos por seis jornalistas: Diego Amorim, Letícia Gasparini, Lucas Altino, Rafael Soares, Camila Zarur e Giselle Ouchana. Todos são brancos. O silenciamento sobre a motivação racial por trás do assassinato de Ágatha Felix não é uma questão individual, nem é responsabilidade exclusiva dos profissionais autores dos textos. Mesmo assim, o fato de a cobertura do caso não ter tido nenhum jornalista negro precisa ser salientado. O fato pode ser um indício de que o racismo institucional está presente no veículo, na formação de sua equipe.

Apesar de o assassinato de uma criança negra ter sido coberto apenas por jornalistas brancos, o documento que enumera os princípios editoriais do Grupo Globo, datado de 6 de agosto de 2011, destaca que a diversidade enriquece o trabalho das redações dos seus veículos, e diz:

> Quanto mais diversa for uma redação – em termos de gostos, crenças, tendências políticas, cor, gênero, idade, orientação sexual, origens social e geográfica – mais isenta será a escolha dos assuntos a serem cobertos, discutidos e analisados, e mais abrangente a acolhida dos pontos de vista em torno deles. Essa diversidade não se alcança por meio de cotas, mas por uma postura inclusiva e uma busca consciente desses profissionais. Os jornalistas devem ser escolhidos entre aqueles que têm a

> democracia e a liberdade de expressão como valores absolutos e universais[43]. (MARINHO; MARINHO; MARINHO, 2011b, n. p.).

A definição de jornalismo adotada pelo Grupo Globo, segundo os princípios editoriais é a seguinte: "[...] jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas."[44] (MARINHO; MARINHO; MARINHO, 2011b, n. p.). Para isso, o trabalho jornalístico precisa ter três atributos: isenção, correção e agilidade.

A isenção é, para o Grupo, a palavra-chave do jornalismo. Apesar disso, o próprio texto reconhece que é impossível para o jornalista ser 100% isento em seu trabalho: "Assim como a verdade é inexaurível, é impossível que alguém possa se despir totalmente do seu subjetivismo."[45] (MARINHO; MARINHO; MARINHO, 2011b, n. p.). O que é possível, segundo o Grupo, é que seja atingido um elevado grau de isenção.

Se segundo o próprio jornal, por meio do documento que enumera os princípios editoriais de todos os veículos de todos os veículos do Grupo Globo deixa explícito nesse texto que o jornalista carrega no texto suas subjetividades, fica evidente ao analisarmos a cobertura de um caso sobre o assassinato de uma criança negra, que o apagamento sobre a temática do genocídio negro que assola a nossa população é tratado de uma maneira superficial, ou fingindo que o problema não existe, quando é escrito apenas por pessoas que integram, e mais que isso, defendem os interesses da branquitude.

Na narrativa do Jornal Extra sobre o assassinato de Ágatha Felix, o veículo em momento algum durante o intervalo analisado adentra em questões raciais. Quando a pauta racial é trazida é sempre por meio de declarações de fontes, sem que haja aprofundamento ao longo do texto e sem que seja estabelecida qualquer relação com o caso. A forma utilizada pela narrativa para comover sobre a injustiça do caso é a narrativa de que foi com uma criança, mas não com uma criança qualquer. Era uma criança inocente.

A resposta à questão primordial e que guia essa pesquisa, que é investigar se aparece na narrativa do Jornal Extra a temática do genocídio do povo negro é que não existe em momento algum da narrativa algo que fale sobre isso ou contextualize, apenas na fala da fonte não identificada já falada acima.

---

[43] MARINHO, Irineu; MARINHO, João Roberto; MARINHO, José Roberto. Princípios Editoriais do Grupo Globo. **G1**, Rio de Janeiro, 6 ago. 2011b. Disponível em https://extra.globo.com/principios-editoriais/. Acesso em: 29 dez. 2022.

[44] MARINHO; MARINHO; MARINHO, 2011b.

[45] Ibid.

Da mesma forma que o recorte racial foi ignorado e ainda dentro da mesma problemática está a temática do genocídio das crianças negras. Ágatha e todas as cinco crianças assassinadas citadas pela cobertura do Jornal Extra durante o período selecionado eram negras. A família de Ágatha que apareceu na narrativa era negra. As fontes que foram identificadas eram negras – a mãe do menino Kauan Peixoto, Luciana Pimenta e Marinete Martins Machado, avó de Paulo Henrique – de 13 anos, assassinado a tiros quando saía para comprar pão. Mesmo diante de tantas pessoas negras que aparecem ao longo da cobertura, o veículo também ignorou a cor dessas pessoas. Sendo assim, o genocídio da população negra pode ser identificado, de maneira muito superficial, na cobertura jornalística do veículo, mas fica apenas no campo da interpretação do leitor, pois não foi falado nem trabalhado de forma alguma durante a narrativa.

4 – A narrativa construída pelo Alma Preta sobre o assassinato de Ághata: foco no contexto

No presente capítulo analiso a cobertura do assassinato de Ágatha Felix realizada pelo veículo digital Alma Preta entre os dias 21/09/2019 e 26/09/2019. O veículo publicou quatro textos nesse intervalo de tempo que tinham relação com o assassinato de Ágatha Felix.

O Alma Preta Jornalismo se apresenta como uma mídia radical, definida como "[...] uma agência de jornalismo especializada na temática racial" (ALMA PRETA, [2022], n. p.). A história da agência tem início em 2015, como um coletivo de universitários e comunicadores negros. No site do Alma Preta encontramos diversos tipos de conteúdos jornalísticos como reportagens, artigos de opinião e divulgação de eventos, divididos em sete editorias[46], sendo elas: Cotidiano, Política, Cultura, Quilombo, África & Diáspora, Literatura e Agenda. O Alma Preta realiza ainda serviços de produção de conteúdo e produção audiovisual.

O veículo tem como objetivo "[...] construir um novo formato de gestão de processos, pessoas e recursos através do jornalismo qualificado e independente." (ALMA PRETA, [2022], n. p.). Como missão, em seu texto de apresentação, aparece:

> Nossa missão é informar a sociedade a partir da perspectiva racial negra e periférica, e responder aos anseios desse público com notícias multimídia. Nós assumimos o caráter político de valorização do conhecimento e da cultura negra, assim como a tarefa de exigir direitos e questionar o Estado em todas as dimensões da vida cotidiana. (ALMA PRETA, [2022], n. p.).

Já no que se refere a visão da agência encontramos o seguinte texto: "Existimos para informar a sociedade de maneira objetiva e apresentar a possibilidade de uma sociedade menos violenta e desigual." (ALMA PRETA, [2022], n. p.). Os valores da organização são baseados em critérios técnicos e jornalísticos, sem deixar de considerar as disparidades sociais presentes em um país como o Brasil:

> Realizamos uma cobertura objetiva e técnica da realidade com cuidado especial para as desigualdades de raça, gênero, sexualidade, classe, território. A partir do jornalismo de qualidade, apresentamos para a comunidade negra e não negra um olhar sobre a realidade mais fidedigna ao cotidiano da maioria da população. (ALMA PRETA, [2022], n. p.).

Em entrevista a Caio Becsi Valiengo, Pedro Borges, co-fundador e editor-chefe do Alma Preta descreve que a "Alma Preta é uma mídia parcial, mas 'uma mídia que tem

[46] As editorias dizem respeito às sessões do jornal, geralmente divididas por assunto.

objetividade, que a gente acredita na técnica jornalística, mas a gente coloca nossa subjetividade, a gente é uma mídia militante, e que a gente se posiciona, a gente toma partido'." (VALIENGO, 2019, p. 13). Durante muito tempo, e por algumas vezes ainda hoje em dia, o jornalismo se colocou como uma prática exclusivamente objetiva, ao tentar passar a imagem de mero difusor das informações. Atualmente, de acordo com as teorias da comunicação mais modernas, já conseguimos entender que a objetividade no jornalismo é uma meta inalcançável. A produção de textos carrega em si as subjetividades de quem escreve, mesmo que elas não estejam explícitas. Além disso, a disseminação da informação vem carregada de critérios empresariais, que constroem inclusive a política editorial dos veículos.

A equipe do Alma Preta é composta por 32 profissionais, de diversas áreas. Para além da comunicação, o time conta com um desenvolvedor de tecnologia, uma coordenadora de projetos, uma gerente de RH, profissionais de administração de empresas, entre outras funções. São 15 homens e 17 mulheres, em sua maioria negros.

A lista de parceiros conta com organizações como Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), Nexo, The Intercept Brasil, Yahoo, Facebook, Google, Iniciativa Negra, Converse, entre outras. Para além do site, o Alma Preta está presente no Facebook, Instagram, Twitter, Youtube e Flickr. A agência tem ainda um podcast, o Papo Preto. Os temas do podcast são autoestima, bem-estar e o dia a dia da população negra e está disponível em plataformas de streaming de áudio como Spotify, Deezer, Apple Podcasts, Google Podcasts, entre outras.

A agência realiza também cobertura de eventos a partir da veiculação de conteúdos textuais e audiovisuais no site e nas redes sociais e vende espaço de mídia publicitária em seus canais. Ela realiza também consultorias em organizações. Segundo texto no site a agência "[...] visa incluir a temática racial dentro do ambiente organizacional. Para isso oferece cursos, palestras, facilitações, relatórios e artigos acerca das questões raciais."[47] (ALMA PRETA, [2023], n. p.).

Como é possível perceber, a Agência Alma Preta é uma empresa que atua em diversas áreas da comunicação, em todas elas com comprometimento com a causa antirracista. Dessa forma, é caracterizada como integrante da mídia contra-hegemônica, o que significa para os veículos, estarem alinhados às pautas dos movimentos sociais. Essa característica mostra-se

[47] ALMA PRETA. Serviços. **Alma Preta: jornalismo preto e livre**, São Paulo, [2023]. Disponível em: https://almapreta.com.br/servicos. Acesso em: 28 fev. 2023.

totalmente compatível com a proposta e a prática jornalística do Alma Preta em suas publicações, em especial no caso do assassinato da menina Ágatha Felix.

O fato de o Alma Preta ser abertamente especializado na temática racial, fez total diferença na forma como o assassinato de Ágatha Felix foi trabalhado pelo veículo, como veremos a seguir.

O quadro a seguir enumera as reportagens analisadas. Elas foram publicadas no Alma Preta em seu site, entre os dias 21/09/2019 e 26/09/2019. Constam a data de publicação, o título da reportagem e o link para acesso.

Quadro 2 – Textos jornalísticos publicados pelo Alma Preta sobre o assassinato de Ágatha Felix, entre 21 e 26 de setembro de 2019

Data	Título	link
21/09/2019	Em São Paulo, movimento negro organiza ato contra assassinato de Ágatha Félix	https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/em-sao-paulo-movimento-negro-organiza-ato-contra-assassinato-de-agatha-felix
23/09/2019	"Favelas do Rio de Janeiro vivem uma política de extermínio", afirma morador do Complexo do Alemão	https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/favelas-do-rio-de-janeiro-vivem-uma-politica-de-exterminio-afirma-morador-do-complexo-do-alemao
25/09/2019	Pacote de Moro fará mais vítimas como Ágatha Felix, avalia deputado federal	https://almapreta.com.br/sessao/politica/pacote-de-moro-fara-mais-vitimas-como-agatha-felix-avalia-deputado-federal
26/09/2019	Contra morte da menina Agatha Felix, movimentos protestam no Brasil esta sexta, 27	https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/contra-morte-da-menina-agatha-felix-movimentos-protestam-no-brasil-esta-sexta-27

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

4.1 – A temática do genocídio da população negra e da política de extermínio costurando a narrativa

Todos os textos publicados pelo Alma Preta acerca do assassinato de Ágatha Felix possuem um viés de contextualização no sentido de mostrar para o leitor que o assassinato da

menina de 8 anos, em uma favela do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro é parte de uma política de Estado.

O primeiro texto, com título *Em São Paulo, movimento negro organiza ato contra assassinato de Ágatha Félix*[48], publicado em 21/09/2019, observamos o trecho

> O objetivo é manifestar repúdio às políticas de segurança pública adotadas pelo governo de Wilson Witzel. Ágatha é a quinta criança morta em função da violência no Rio de Janeiro neste ano. Para o movimento, as ações realizadas pela polícia nas favelas corroboram com o genocídio da população negra e pobre. (SIMÕES, 2019a, n. p.).

A autora do texto fala sobre o objetivo do ato organizado pelo movimento negro além de contextualizar que Ágatha faz parte de uma realidade de mortes de crianças assassinadas em função da violência na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, está também presente no trecho selecionado acima a temática do genocídio da população negra e pobre, por meio de uma declaração indireta atribuída ao Movimento Negro.

No mesmo texto publicado no dia 21/09/2019, a notícia em si sobre o assassinato de Ágatha aparece apenas no primeiro subtítulo. O início do texto é focado no ato organizado pelo movimento negro, em São Paulo, para a data que marcava o sétimo dia de assassinato da menina. O que fica para o leitor é o entendimento de que o foco ali não era apenas o assassinato, mas o contexto de violência em que vivemos enquanto pessoas negras.

> O assassinato
>
> Ágatha Vitória Sales Felix morreu na noite de sexta-feira, 20 de setembro, após ser baleada quando estava dentro de uma kombi com o avô, Ailton Felix, na comunidade do Fazendinha. Ela chegou a ser levada para a UPA do Complexo do Alemão e transferida para o Hospital Getúlio Vargas, mas não resistiu aos ferimentos.
>
> De acordo com moradores, o autor do disparo seria um policial militar da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). O PM teria suspeitado de um motociclista que passava no local e o tiro acertou a criança.
>
> Em comunicado, a Coordenadoria da UPP afirmou que abrirá um procedimento apuratório para verificar todas as circunstâncias da ação. Na manhã deste sábado, 21 de setembro, a hashtag #ACulpaÉDoWitzel se tornou um dos assuntos mais comentados do Brasil no Twitter. Moradores do Complexo Alemão, também neste sábado, realizaram uma manifestação pacífica contra a morte da criança e para pedir paz na região. (SIMÕES, 2019a, n. p.).

O segundo texto da narrativa produzida pelo Alma Preta sobre o assassinato de Ágatha foi publicado em 23/09/2019 e tem como título *"Favelas do Rio de Janeiro vivem uma política de extermínio", afirma morador do Complexo do Alemão*[49]. Novamente, tanto o título quanto o subtítulo do texto nos remetem ao contexto e à política de morte a qual a população negra é

[48] Disponível no anexo K deste trabalho.
[49] Disponível no anexo L deste trabalho.

submetida diariamente pelo Estado. Desde o início do texto, a autora já mostra que o foco é a política genocida e que o assassinato de Ágatha foi um fruto dessa política.

Nesse texto, o assassinato de Ágatha aparece no subtítulo: "Ativistas e moradores do Complexo do Alemão avaliam que o assassinato de Ágatha Felix, de apenas oito anos, evidencia a política de morte no Rio de Janeiro"[50]. Em relação à hierarquização das informações em um texto jornalístico, o foco do texto é expresso no título. É ele que sintetiza as principais informações que serão apresentadas no texto jornalístico. Segundo Leandro Ramires Comassetto (2001) o título faz parte da chamada macroestrutura, sendo essa a estrutura esquemática que todos os textos jornalísticos seguem. O conteúdo é inserido dentro dela, que serve para que os jornalistas se organizem em relação à organização do texto e também para guiar os leitores na organização dos relatos.

Dessa forma, ao ter o primeiro contato com o texto, o leitor busca saber qual assunto será tratado. No caso da reportagem com o título *"Favelas do Rio de Janeiro vivem uma política de extermínio", afirma morador do Complexo do Alemão,* publicado no Alma Preta, o leitor já consegue apreender que o texto trata, portanto, sobre a política de extermínio ao qual estão expostas as favelas do Rio de Janeiro. Para Comassetto, o título funciona como uma "[...] 'chave para a decodificação da mensagem' [...]" (GUIMARÃES, 1990, p. 51 *apud* COMASSETTO, 2001, p. 39). A lógica de distribuição de informações em um texto jornalístico é a relevância. Sendo assim, o que o jornalista considerar como mais relevantes aparecerá primeiro na organização textual. O título possui nessa organização um papel estratégico, além de ter visibilidade graças à sua posição - no topo do texto e em letras maiores. Graças a isso, ele "[...] é a primeira categoria da notícia a fornecer o tópico de que o leitor precisa para ativar um esquema mental." (COMASSETTO, 2001, p. 32).

Já o subtítulo, que aparece abaixo do título e geralmente em uma fonte menor, é usando quando por algum tipo de decisão, seja ela por questão de "[...] espaço, estilo do veículo de comunicação e mesmo de eficiência [...]" (COMASSETTO, 2001, p. 41), existem mais informações, também relevantes, que também precisam chegar com destaque ao leitor, mas que não puderam ser expressas no título. Nesse sentido, quando a autora da reportagem escolheu utilizar o título para tratar sobre a política de extermínio nas favelas do Rio de Janeiro e o subtítulo para falar sobre o assassinato de Ágatha Felix, ela afirma a intenção de mostrar a relação existente entre um tema e outro. Essa escolha foi feita sem deixar de hierarquizar as informações que a autora considerou como mais importantes.

[50] Disponível no anexo L deste trabalho.

No sentido de criticar a política de segurança pública do governador à época, Wilson Witzel, o texto publicado em 23/09/2019 apresenta as informações oferecidas por fontes que têm relação com o caso – moradores e ativistas da mesma localidade em que Ágatha foi assassinada. O uso das fontes nesse caso oferece credibilidade ao discurso defendido pela autora.

> Ativistas e moradores do Complexo do Alemão consideram que a morte de Ágatha é uma das consequências da política de segurança pública do governo de Wilson Witzel.
>
> Thamyra Thâmara, moradora e criadora de projetos sociais no Complexo do Alemão, destaca que a violência nas operações policiais se intensificaram na atual gestão.
>
> "Assim como em vários segmentos da sociedade, o racismo sempre esteve presente nas forças policiais. O que acontece hoje é um discurso assumido do governador Witzel de que as pessoas que moram na favela não valem nada e por isso a polícia pode atirar a vontade", afirma. (SIMÕES, 2019b, n. p.).

Nilson Lage (2001) teoriza sobre o uso das fontes em reportagens. Segundo o autor, poucas matérias se originam apenas da observação direta do jornalista. A maioria contém informações de fontes, que são terceiros que "[...] testemunham ou participam de eventos de interesse público." (LAGE, 2001, p. 21). Em relação à natureza das fontes, elas podem ser classificadas em testemunhas e experts. A testemunha é aquela que esteve presente no evento, já o expert, ou especialista, é a fonte à qual se recorre em busca de interpretações de eventos. No referido texto, Thamyra Thâmara é a fonte especialista, que oferece credibilidade à informação contida no texto, por ser apresentada não só como moradora da localidade, mas como criadora de projetos sociais no Complexo do Alemão.

A crítica à segurança pública do governador também aparece por meio de uma nota divulgada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Essa é mais uma forma de oferecer credibilidade ao posicionamento defendido pelo veículo, já que a OAB é nesse contexto uma fonte expert, especialista no assunto de direitos em segurança pública.

> Ainda no sábado, 21 de setembro, a hashtag #ACulpaÉDoWitzel se tornou um dos assuntos mais comentados do Brasil no Twitter. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) divulgou uma nota onde critica a política de segurança pública do governo de Wilson Witzel.
>
> Para a OAB-RJ, a política adotada por Witzel "afronta os parâmetros básicos de civilidade". "A morte de Ágatha evidencia mais uma vez que as principais causas dessa política de segurança pública, sem inteligência e com precisão no confronto, são pessoas negras, pobres e mais desassistidas pelo Poder Público", diz o comunicado. (SIMÕES, 2019b, n. p.).

O texto então apresenta informações sobre um protesto organizado para o próximo dia 27/09/2019, e o termo *genocídio da população negra* é utilizado pela primeira vez na narrativa

> Em São Paulo, o movimento negro fará um ato na sexta-feira, 27 de setembro, na Avenida Paulista. Neste dia, a morte de Ágatha completa sete dias. Os manifestantes sustentam que ações realizadas pela polícia nas favelas corroboram com o **genocídio da população negra e pobre** (SIMÕES, 2019b, n. p., grifo meu).

No texto publicado em 26/09/2019, com título *Contra morte da menina Agatha Felix, movimentos protestam no Brasil esta sexta, 27*[51], podemos perceber que o texto demonstra o caráter nacional que o assassinato de Ágatha, mostrando que o problema não atingiu apenas o Rio de Janeiro, mas que houve reações em todo o país, já que é um problema nacional.

No primeiro parágrafo do texto o autor também explicita que os movimentos sociais estão organizando os protestos, não apenas o movimento negro: "Nesta sexta-feira (27), movimentos sociais e ligados a causas negras organizam protestos pelo país contra a morte de Ágatha Felix, na semana passada." (VELOSO, 2019, n. p.). O fato de o texto mostrar que outros movimentos sociais, além dos ligados a causas negras, fazem parte da organização dos protestos mostra a ideia de que a necropolítica é uma questão que é importante não só a causa negra, mas é abarcada também por outras áreas sociais.

No mesmo texto foi publicado na íntegra o manifesto escrito pelos organizadores do encontro que marcava os sete dias do assassinato de Ágatha. O manifesto traz a temática da guerra às drogas e da existência de um Estado racista

> Ágatha, há uma semana não está entre nós, há uma semana perdeu a vida por causa da falsa guerra às drogas, por causa da polícia que nos vê apenas como o corpo inimigo. Mas, nós, mães, familiares, moradores de favelas periferias e apoiadores do Brasil e do mundo estamos aqui pra dizer não a essa política racista, não ao assassinato de nossas crianças, de nossos jovens, de nosso povo negro, favelado e pobre. (VELOSO, 2019, n. p.).

Está presente também no manifesto a exposição e reflexão sobre o genocídio do povo negro

> Nossas redes não estão dando conta de um ataque amplo, total e sistemático de um Estado que executa, elimina e desaparece com corpos pretos todos os dias. [...] Convocamos a todes que se sensibilizam com a causa das favelas e do povo negro para que façam paralisações, manifestações, que gritem contra o genocídio a cada vez que uma operação é deflagrada dentro de nosso lugar de afeto, de vida, de cultura, que é a nossa favela. São necessárias medidas efetivas! Exigimos que parem as operações policiais em favelas e guetos nas periferias brasileiras. Exigimos o fim do genocídio do povo negro. (VELOSO, 2019, n. p.).

Além disso, na narrativa são apresentados dados que corroboram com a defesa da existência de uma política de morte no Rio de Janeiro, com as ações violentas realizadas pela polícia militar, comandada na época pelo governador Wilson Witzel, em 2019.

---

[51] Disponível no anexo M deste trabalho.

> De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, a polícia nunca matou tanto quanto em 2019. De janeiro a agosto, foram registrados 1.249 casos. A média é de cinco mortes por dia. (SIMÕES, 2019a, n. p.).

O texto publicado em 26/09/2019 apresenta, da mesma forma, dados em relação à letalidade da polícia no Estado do Rio de Janeiro

> Segundo dados levantados pela plataforma Fogo Cruzado, a garota foi a 16ª criança vítima da violência armada neste ano no estado e a quinta que não resistiu aos ferimentos. O Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro indica que a polícia nunca matou tanto quanto neste ano. De janeiro a agosto, foram 1.249 casos registrados. Uma média de cinco mortes por dia. (VELOSO, 2019, n. p.).

Para situar o assassinato de Ágatha na política de morte, o texto publicado em 23/09/2019 também apresenta os mesmos dados: "Ela foi a 16ª criança vítima da violência armada neste ano no estado e a quinta que não resistiu aos ferimentos. Os números foram levantados pela plataforma Fogo Cruzado." (SIMÕES, 2019b, n. p.).

Sobre a violência policial, logo no primeiro parágrafo do texto, a autora já afirma que Ágatha foi morta por um policial militar: "A menina morreu após ser baleada por um policial da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), na comunidade do Fazendinha, no Complexo do Alemão." (SIMÕES, 2019b, n. p.). No texto publicado em 21/09/2019, o veículo havia afirmado que: "De acordo com moradores, o autor do disparo seria um policial militar da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). O PM teria suspeitado de um motociclista que passava no local e o tiro acertou a criança.". (SIMÕES, 2019a, n. p.)

É importante destacarmos que no dia em que o texto *"Favelas do Rio de Janeiro vivem uma política de extermínio", afirma morador do Complexo do Alemão* foi publicado, 23/09/2019, ainda não havia apurações suficientes que pudessem afirmar que o tiro havia mesmo sido dado por um policial militar. O inquérito da Delegacia de Homicídios da Polícia Civil que concluiu pelo indiciamento do policial militar Rodrigo José de Matos Soares, indicando-o por homicídio doloso (em que há a intenção ou se assume o risco de matar) foi apresentado em 18/11/2019, quase 60 dias depois do assassinato. Não é função do jornalista ou de nenhum veículo julgar ou condenar quem quer que seja o suspeito. A mesma informação, a de que a menina tinha sido baleada por um policial militar também se repete no texto publicado em 26/09/2019.

A guerra às drogas é talvez a questão mais cara quando pensamos no genocídio que acomete a população negra nas favelas e periferias no Brasil. Genocídio do povo negro não é apenas a polícia que entra matando nas favelas, é sim todo um sistema pensado de modo a organizar uma sociedade que segue exterminando o povo negro desde o sequestro da África para sustentar o regime de escravização realizado pela Europa, que teve início no século XV.

Entendendo os conceitos de genocídio, necropolítica e racismo e até mesmo de antinegritude torna-se impossível dissociar a dita guerra às drogas de uma dimensão racial. É impossível entender o que hoje é chamada de guerra às drogas e ao tráfico de drogas sem contextualizar e localizar racialmente a situação. Precisamos pensar: quem são os inimigos perseguidos nessas guerras?

Sobre as chamadas drogas, há indícios de que historicamente, em todo o mundo, o homem sempre fez uso de substâncias psicoativas – SPAs. (FERRUGEM, 2019 *apud* GOMES, 2021). Essa relação entre homem e droga variou de cultura para cultura, que escolhiam suas substâncias preferidas. Nas sociedades pré-modernas o consumo de SPAs não era apenas uma atividade recreativa, como também cultural relacionada inclusive à espiritualidade (TORCATO, 2016 *apud* GOMES, 2021). É, portanto, impossível pensarmos em uma realidade sem o consumo de SPAs, visto que ela nunca existiu.

Com a Expansão Marítima e a era das invasões realizadas pela Europa, iniciadas no século XV, os europeus passaram a ter contato com diversas substâncias, entre elas as SPAs. Inicialmente o uso das SPAs nas colônias foi violentamente reprimido pelos colonizadores por perceberem o caráter de resistência cultural assumido por algumas dessas substâncias, como aconteceu com o ópio na Ásia e a folha de coca na América Latina (ESCOHOTADO, 1998 *apud* RYBKA; NASCIMENTO; GUZZO, 2018). Não demorou muito para que os colonizadores percebessem que elas poderiam ser utilizadas de forma estratégica para a dominação dos colonizados e que o seu comércio seria lucrativo (RYBKA; NASCIMENTO; GUZZO, 2018). Assim, diversas SPAs foram introduzidas nas sociedades europeias.

Com o advento do capitalismo, elas foram transformadas em mercadorias, o que causou alterações em todo o seu processo de produção, distribuição e consumo. O primeiro exemplo dessa nova realidade no universo das SPAs foram as Guerras do Ópio (1839 e 1865), entre Inglaterra e China. “A Inglaterra declarou guerra à China e com isso garantiu o monopólio internacional sobre a distribuição de ópio, consolidou seu domínio no Extremo Oriente e inaugurou a prática do comércio de substâncias psicoativas em larga escala” (RYBKA; NASCIMENTO; GUZZO, 2018, p 100). Também no século XIX, drogas como a heroína e a cocaína passaram a ser sintetizadas em laboratório, com concentrações infinitamente maiores que as encontradas nas plantas originais. Abria-se um mercado muito lucrativo.

As drogas emergiram como questão a ser tratada publicamente na virada do século XIX para o XX. Já o proibicionismo, como modelo de repressão às drogas, surgiu nos Estados Unidos da América nas décadas de 1960/70 e logo foi espalhado para outros países, entre eles o Brasil. Em 1961, a Organização das Nações Unidas (ONU) organizou as Convenções Únicas

sobre Entorpecentes, que se prolongaram até 1972. A última das convenções trouxe como meta a erradicação das drogas nos países membros, o que para Ferrugem (2019 *apud* GOMES, 2021) era irreal, já que o contexto era de crescimento da oferta das drogas ilícitas no mundo e da violência provocada nas nações pelo comércio ilegal, sobretudo as latino-americanas.

O Brasil teve sua primeira legislação acerca do comércio do uso de drogas e álcool em 1921. Era o Decreto nº 4.294, de 6 de julho de 1921, que trazia em sua ementa:

> Estabelece penalidades para os contraventores na venda de cocaina, opio, morphina e seus derivados; crêa um estabelecimento especial para internação dos intoxicados pelo alcool ou substancias venenosas; estabelece as fórmas de processo e julgamento e manda abrir os creditos necessarios[52]. (BRASIL, 1921, n. p.).

Em 1971, o Decreto Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971, já durante o período da ditadura militar trazia em seu texto questões ligadas e as penalidades previstas para o chamado tráfico de drogas. Abaixo o texto de sua ementa:

> Dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências[53]. (BRASIL, 1971, n. p.).

A lei ainda previa o trancamento da matrícula do aluno que fosse encontrado com as chamadas drogas ilícitas:

> Art. 8º Sem prejuízo das demais sanções legais, o aluno de qualquer estabelecimento de ensino que fôr encontrado trazendo consigo, para uso próprio ou tráfico, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, ou induzindo alguém ao seu uso, terá sua matrícula trancada no ano letivo. (BRASIL, 1971, n. p.).

Em 1976 foi sancionada pelo então Presidente da República Ernesto Geisel a Lei 6.368/76[54], que carregava já em sua ementa o caráter repressivo ao qual ela se predispunha: "Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências."

---

[52] BRASIL. **Decreto nº 4.294, de 6 de julho de 1921.** Estabelece penalidades para os contraventores na venda de cocaina, opio, morphina e seus derivados; crêa um estabelecimento especial para internação dos intoxicados pelo alcool ou substancias venenosas; estabelece as fórmas de processo e julgamento e manda abrir os creditos necessarios. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1921. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4294-6-julho-1921-569300-publicacaooriginal-92525-pl.html. Acesso em: 11 jan. 2023.

[53] BRASIL. **Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971.** Dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5726-29-outubro-1971-358075-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 11 jan. 2023.

[54] BRASIL. **Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976.** Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6368.htm. Acesso em: 11 jan. 2023.

(BRASIL, [2006], n. p.). Essa lei foi revogada pela Lei 11.343/2006[55], atual legislação direcionada para o combate às drogas no Brasil. Uma das grandes discussões acerca da "nova lei de drogas", como ficou conhecida, é em relação à descriminalização do usuário. Sendo assim, na teoria, quem for visto perante a lei como usuário não é considerado um criminoso:

> Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:
> I - advertência sobre os efeitos das drogas;
> II - prestação de serviços à comunidade;
> III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. (BRASIL, [2022b], n. p.).

O caráter racista e de classe sobre a criminalização ou não de usuários de drogas ilícitas veio nessa legislação expresso no § 2º do mesmo Artigo 28:

> § 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente. (BRASIL, [2022b], n. p.).

Dessa forma, segundo a legislação sobre drogas vigente no Brasil atualmente, cabe ao juiz e apenas a ele, decidir se determinada pessoa, que estava portando uma certa (já que essa quantidade não é especificada) quantidade de SPA, será considerado usuário ou traficante. Não existem parâmetros objetivos que balizem a decisão judicial sobre o enquadramento de diferentes pessoas, que estiverem portando as consideradas drogas ilícitas. A decisão vai depender de variáveis que já no texto da legislação podemos perceber que condicionam o negro e o pobre a não serem considerados como usuários. No momento em que o legislador definiu que a decisão do juiz dependerá do local e das condições em que se desenvolveu a ação além da conduta e dos antecedentes de quem estivera portando as substâncias ilícitas, já pode-se perceber que um negro, pobre e morador de periferia muito dificilmente será considerado usuário e que portava a substância para uso próprio. Se a determinação de que a pessoa estava portando a droga para uso pessoal depende do local em que a ação acontecer, um jovem negro portando droga para uso pessoal em uma invasão policial em uma favela seria automaticamente considerado como traficante e criminalizado por isso. Essa falta de objetividade na lei é mais um artifício utilizado pelos sistemas judicial e executivo para criminalizar os negros e pobres, mostrando que a dita guerra às drogas tem cor e endereço.

---

[55] BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 11 jan. 2023.

Daniela Ferrugem (2020) é uma das pensadoras que considera ser impossível a dissociação entre a guerra às drogas e o racismo. Para ela, existem questões centrais nas reflexões sobre o proibicionismo das drogas: "[...] quem é o inimigo real desta guerra? Onde estão as vítimas?" (FERRUGEM, 2020, p. 45). Precisamos refletir sobre essas duas perguntas que Daniela considera como centrais nas discussões sobre o proibicionismo das drogas porque a violência gerada por essa guerra não atinge a todas as pessoas da mesma forma. Não há uma igualdade em relação aos danos causados por essa guerra, que foi criada e é sustentada até os dias atuais para reprimir a parte mais fraca de um sistema mundial. As favelas são encaradas como os locais em que o tráfico existe, e os traficantes favelados são tidos como os maiores inimigos de um esquema que envolve os chamados bandidos de colarinho branco, que nunca ou raramente são punidos. Segundo Ferrugem:

> O estatuto proibicionista não é apenas um regimento legal, é também econômico, moral, ético e estético. Um estatuto que visa à proibição das drogas, mas que carrega em seu bojo interesses dos mais diversos, com o objetivo final de atender às demandas de um capital global e cada vez mais financeirizado (FERRUGEM, 2019, *apud* FERRUGEM, 2020, p. 46).

Além disso, como refletem Nathália Oliveira e Eduardo Ribeiro (2018), não existe justificativa real para a concentração de recursos bélicos e ações ostensivas nas favelas, visto que não existem extensões de terra nas favelas para o plantio de maconha ou folha de coca e nem fábricas de armas. O que mostra que o real objetivo não é o desmonte do sistema de tráfico de drogas. O que existe é a seletividade e a escolha para eliminar determinados tipos de pessoas, que mesmo estando na ponta do esquema, mesmo sendo as que têm o menor poder, mesmo não sendo os produtores, nem tão pouco os maiores distribuidores, são encarados como os alvos a serem eliminados.

Segundo Ferrugem, a chamada guerra às drogas não é uma guerra contra as drogas, e nem poderia ser, ela é uma guerra contra pessoas. Nessa guerra, os corpos negros são os escolhidos como os que merecem morrer, são os corpos matáveis pois são vistos como inimigos. "'Na guerra às drogas, o inimigo é definido racialmente'" (ALEXANDER, 2018, p. 156 *apud* FERRUGEM, 2020, p. 48).

O poder do Estado de decidir sobre a morte desse corpo já visto pela sociedade como matável é exercido por meio da necropolítica, conceito já tão debatido e que guia a presente dissertação. Ao direcionar tamanha força, ostensividade e violência contra os jovens, negros, moradores de periferias e favelas, em nome de uma guerra que não põe fim às drogas, e sim às pessoas, o Estado está exercendo o necropoder. A relação entre necropolítica e guerra às drogas

é crucial, na medida em que esta é usada como um mecanismo de controle dos corpos e das vidas negras.

Dentro desse cenário, a cobertura realizada pelo Alma Preta foi fiel à proposta estabelecida pela agência, a de trabalhar os temas de maneira antirracista. O veículo construiu a narrativa sobre o assassinato de Ághata no sentido de contextualizá-lo dentro de uma política de morte instaurada pelo Estado sobre corpos negros.

Considerações Finais

Por meio dessa pesquisa procurei investigar como os temas genocídio do povo negro e necropolítica são tratados na imprensa do Rio de Janeiro. Para isso, utilizei a metodologia análise crítica da narrativa nos Jornais Extra (integrante do Grupo O Globo e distribuído no Rio de Janeiro) em sua versão online e no Alma Preta Jornalismo, veículo integrante da agência Alma Preta, também apresentado em versão online sobre a morte de Ághata Felix, uma menina de 8 anos que foi assassinada em 20 de setembro de 2019, no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro. A narrativa é o que "[...] traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo [...]" (MOTTA, 2005, p. 2). Mesmo se tratando de textos jornalísticos, eles não deixam de ser narrativas pois são ferramentas discursivas utilizadas de acordo com as pretensões do narrador.

A análise se centrou em pesquisar como foram construídas as narrativas de ambos os veículos e através daí, entender se existiu diferença entre a cobertura realizada por um veículo da mídia hegemônica – o Jornal Extra – e um da mídia contra-hegemônica – o Alma Preta Jornalismo. O objetivo era pesquisar se um veículo da mídia hegemônica havia pautado o tema do genocídio do povo negro na cobertura do assassinato de Ághata, ou se ele havia sido tratado como mais um caso, dentre tantos, em que um corpo negro é morto, na situação que por muitas vezes é chamada como bala perdida. Da mesma forma, busquei também analisar se um veículo da mídia contra-hegemônica teria trabalhado a questão de forma contextualizada em relação ao genocídio do povo negro.

Para isso, foi fundamental compreender como os conceitos de raça, racismo, necropolítica e genocídio do povo negro estão imbrincados uns aos outros formando um sistema que permite que mortes em massa de pessoas negras continuem acontecendo. Inclusive no caso de Ághata, uma criança de apenas oito anos. Apesar de raça ser uma construção social e não biológica, chegando até mesmo a ser vista uma invenção fantasiosa, já que se sustenta em um discurso, como já é sabido atualmente, o racismo é um sistema real – construído a partir da ideia de hierarquização das raças, no caso do Brasil tendo os brancos tidos como superiores em relação aos não brancos.

Para localizar o racismo utilizei de Nilma Lino Gomes (2017) e Kabengele Munanga (2010). Gomes acredita que o racismo possui duas vertentes: ele é, por um lado, um comportamento ou uma ação resultante da aversão, muitas vezes, do ódio, em relação a pessoas que têm seu pertencimento racial observável por meio de sinais fenotípicos como cor da pele,

tipo de cabelo, etc. Por outro lado, ele é um conjunto de ideias e imagens referentes aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. Já Munanga afirma que o racismo no Brasil possui um modo específico de operar e de continuar existindo: ele é uma ação sem executor. No Brasil temos a peculiar forma de existir o racismo sem que haja racistas.

Considerei também a antinegritude, conceito criado dentro da corrente do afropessimismo, como um conceito capaz de justificar a permissibilidade com todas as atrocidades às quais o povo negro é submetido ao longo da história e atualmente. Acredito que a ideia da dor e do sofrimento do negro como condição de sustentação do mundo tem relação muito próxima à pesquisa, já que os assassinatos sistemáticos de pessoas negras dentro de favelas são o que sustentam a ilusão da guerra às drogas.

Ainda dentro das ideias da antinegritude, trabalhei com a morte social do negro, como forma de refletirmos que até mesmo antes da morte física já conhecíamos enquanto povo a morte social, que nos acompanha desde a escravização. Sendo assim, trabalhar com a antinegritude foi de fundamental importância para a elaboração da pesquisa, mas assim como Osmundo Pinho (2021), também teço críticas à antinegritude no sentido da crença na passividade do povo negro e da falta de possibilidade de agência.

Dentro da perspectiva da antinegritude, o ódio aos negros é fundamentado na criação e manutenção de estereótipos que representam o negro como inimigo. A mídia tem papel fundamental nessas construções. Sendo assim, ações em que pessoas negras são assassinadas muitas vezes são naturalizadas, já que são parte de um projeto de aniquilação do inimigo. Por isso o interesse em analisar dois veículos com projetos editoriais tão diversos, como o Jornal Extra – parte da mídia hegemônica e, portanto, alinhado aos interesses neoliberais como de uma grande empresa (o Jornal Extra faz parte do maior conglomerado de mídia do Brasil, o grupo Globo) e o Alma Preta jornalismo – veículo exclusivamente digital, abertamente antirracista e que surgiu como um coletivo de jornalistas estudantes negros, em 2015.

Ao analisar os dez textos que compuseram a narrativa sobre o assassinato de Ághata produzidos pelo Jornal Extra pude constatar o quanto o pacto da branquitude (BENTO, 2022) se faz presente em todas as áreas da sociedade, inclusive na mídia. O caso de Ághata tem como particularidade dentro da temática do genocídio do povo negro o fato de ela ser uma criança quando foi morta. Essa foi a forma que o Jornal Extra utilizou para construir a personagem de Ághata. O assassinato de Ághata foi tratado pelo Jornal Extra como uma interrupção de sonhos de uma inocente. Para construir a ideia de interrupção de sonhos, foram utilizados depoimentos de pessoas próximas à Ághata, como professores e familiares. Todos eles falaram em suas entrevistas para o Jornal sobre como a menina era estudiosa e inteligente e como tinha boas

notas na escola. A pesquisa também mostrou que juntamente com essa ideia foi construída uma imagem de inocente. Quando uma pessoa morre assassinada pelo Estado sem ter apresentado nenhum envolvimento com o tráfico, na chamada guerra às drogas, dizem que ela era inocente. Nos doze textos produzidos pelo Jornal Extra, o termo *inocente* foi repetido dez vezes. Dessa forma, para humanizar e aproximar a estória do leitor, o Jornal Extra utilizou-se da tática de defender a própria vítima, provando a todo o tempo que a menina tinha família e estudava, portanto, não merecia isso. Adriana Vianna e Juliana Farias afirmam que é nesse lugar em que as vítimas são colocadas que diferencia os que devem ser protegidos e os que devem ser aniquilados pelo Estado.

Da mesma forma, ficou explicitado na pesquisa que o Jornal Extra trabalhou com a ideia de despreparo da polícia como forma de justificar o assassinato de Ághata e de outros também chamados de inocentes nas favelas e periferias do Rio de Janeiro e do Brasil. Por meio do trabalho de Juliana Farias (2007) fundamentei a ideia de que a polícia não é despreparada, mas a forma de atuação da corporação nas favelas contra os pretos e pobres é a violência, muitas vezes desproporcional. Essa forma de atuação inclusive varia de acordo com os lugares que acontecem. Para a autora, a atuação do Estado para com os cidadãos difere de acordo com as condições econômicas, políticas e sociais dos mesmos. Sendo assim, a cidadania é uma cidadania de situação, que não contempla todos os cidadãos da mesma forma. Dessa maneira, a ideia é que o papel do Estado nesses lugares é exatamente o que é desempenhado, não se tratando de despreparo, mas de uma estratégia de ação.

Assim, por meio da pesquisa pude confirmar, como já acreditava no início da minha jornada nessa investigação, que o Jornal Extra não tratou sobre o assunto do genocídio do povo negro, ou nesse caso, da infância negra, ao longo de sua cobertura. A cobertura do jornal foi realizada de forma a não naturalizar a morte de Ághata pois em todos os textos era perceptível o absurdo que é uma menina ter sido morta com um tiro de fuzil nas costas, no colo de sua mãe. Mas a ideia de absurdo foi construída a partir da história de vida individual de Ághata, como uma boa filha, estudiosa, que tinha sonhos. O absurdo foi em ter sido morta uma criança em uma (dita) operação policial, não em a polícia entrar nas favelas atirando, não no fato da guerra às drogas só acontecerem nos lugares em que inclusive não existe produção de drogas, não no fato de pessoas negras são as que mais morrem vítimas do Estado. Não sobre o fato de que segundo estudo realizado pelo Instituto Sou da Paz, em 2019, 61% das vítimas negras de até 14 anos terem sido mortas por arma de fogo enquanto entre as não negras essa proporção ter sido de 31%.

Procurava também compreender se existia outro tipo de construção possível de narrativa

em caso da morte de uma pessoa negra. Para isso, escolhi o Alma Preta Jornalismo, site de notícias da agência Alma Preta. Localizei o Alma Preta Jornalismo como um veículo da mídia contra-hegemônica, já que ele se declara como um veículo abertamente antirracista, que se propõe a oferecer pautas que tenham a temática racial como foco. Antes mesmo de iniciar o processo da pesquisa, baseada em uma análise superficial que havia realizado no site do veículo, acreditava que ele seria capaz de narrar a estória da morte de Ághata de uma maneira que tratasse sobre o genocídio do povo preto e sobre como essa decisão de Estado afeta a nossa comunidade. Pude constatar que a cobertura do Alma Preta foi realizada de uma maneira totalmente diferente daquela realizada pelo Jornal Extra e dessa forma pude comprovar e estabelecer um contraponto entre os dois veículos, não pensando nos veículos em si apenas, mas em cada um deles como um representante dos interesses da mídia hegemônica e da mídia contra-hegemônica.

Se o foco principal da narrativa do Jornal Extra foi construir a personagem de Ághata como uma criança inocente e que não merecia esse fim, os textos do Alma Preta por outro lado, não exploram os personagens. A família da menina, seus amigos e professores não aparecem na cobertura do veículo. O assassinato de Ághata é tratado de maneira secundária e não como o fato principal dos textos. O principal é o contexto, a política. Dentro dessa perspectiva, foi abordado nos textos o genocídio do povo negro - inclusive expressamente no texto do dia 27/09/2019. Da mesma forma, a necropolítica também foi trazida à tona - no texto do dia 23/09/2019 a discussão foi apresentada já no título *Favelas do Rio de Janeiro vivem uma política de extermínio", afirma morador do Complexo do Alemão.*

A quantidade de textos publicados sobre o assassinato de Ághata nos dois veículos foi algo que também chamou a minha atenção. O Jornal Extra realizou a cobertura do caso, no período analisado (7 dias) por meio de 12 textos. Esses textos contavam a história de vida de Ághata e de sua família, sua escola, além de trazer informações sobre a investigação. Por outro lado, a cobertura realizada pelo Alma Preta no mesmo período contou com quatro textos, todos eles contextualizando o assassinato da menina dentro de um contexto de permissibilidade para assassinatos de pessoas negras.

Para finalizar as minhas considerações, retorno ao ponto de partida dessa pesquisa, que foi a angústia em saber se um veículo integrante da mídia hegemônica havia sido capaz de produzir em 2019, momento em que os movimentos negros já pautavam a temática do genocídio do povo negro, uma narrativa que expusesse essa ferida da sociedade brasileira. Dois anos após o início dessa caminhada sou capaz de responder que não. O que a mídia hegemônica produziu sobre o assassinato de Ághata Felix foi o que já estamos acostumados a ver: silêncio

sobre uma questão que vem assolando a nossa comunidade há mais de quinhentos anos. Por outro lado, considerava ser possível um outro tipo de abordagem, que acreditava ter sido realizada pelo Alma Preta. A crença se constatou em realidade e pude perceber que a cobertura realizada pelo veículo foi, como a descrição da própria agência, uma cobertura antirracista. Pautou não apenas o genocídio do povo negro, mas a necropolítica, a agência dos movimentos negros em relação ao caso e o contexto de extermínio e desrespeito que a população negra (principalmente a pobre) é submetida.

Sendo assim, conversando com a visão de Gramsci de hegemonia, acredito também que ela é uma constante disputa, necessitando de instituições que a sustentem, sendo a mídia uma dessas instituições. Dessa forma, é necessário que urgente que existam ações contra-hegemônicas, capazes de criar uma nova forma dominante, de construir uma nova hegemonia. O trabalho que vem sendo realizado pelo Alma Preta é extremamente necessário em uma sociedade racista como a brasileira. É a partir dessas ações que é possível pensarmos em novas narrativas e construções, inclusive de um novo Comum, que segundo Muniz Sodré (2017) é construído pela comunicação.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Americanah.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo. 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

ALMA PRETA. Quem somos. **Alma Preta: jornalismo preto e livre**, São Paulo, [2022]. Disponível em: https://almapreta.com.br/quem-somos. Acesso em: 29 set. 2022.

ALMA PRETA. Serviços. **Alma Preta: jornalismo preto e livre**, São Paulo, [2023]. Disponível em: https://almapreta.com.br/servicos. Acesso em: 28 fev. 2023.

ALTINO, Lucas. Família de menina baleada no Alemão nega confronto entre PM e traficantes. **Extra**, Rio de Janeiro, 21 set. 2019. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/familia-de-menina-baleada-no-alemao-nega-confronto-entre-pm-traficantes-rv1-1-23965193.html. Acesso em: 20 out. 2022.

AMORIM, Diego. Pais de Ágatha Félix prestam depoimento na Delegacia de Homicídios, na Barra. **Extra**, Rio de Janeiro, 25 set. 2019. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/pais-de-agatha-felix-prestam-depoimento-na-delegacia-de-homicidios-na-barra-23972808.html. Acesso em: 20 out. 2022.

AMORIM, Diego; GASPARINI, Letícia; ALTINO, Lucas. Morre criança baleada nas costas no Complexo do Alemão; moradores protestam. **Extra**, Rio de Janeiro, 21 set. 2019. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/morre-crianca-baleada-nas-costas-no-complexo-do-alemao-moradores-protestam-23965015.html. Acesso em: 20 out. 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil.** *In*: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 25-57.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BITTENCOURT, Matheus Boni. Ditadura, democracia e segurança pública: a matriz autoritária. **Simbiótica Revista Eletrônica**, Vitória, v. 2, n. 2, p. 130-152, 2015. DOI: https://doi.org/10.47456/simbitica.v2i2.11726. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/11726/8423. Acesso em: 18 mar. 2021.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/68707/71287. Acesso em: 10 set 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Acesso em: 9 jan. 2021.

BRASIL. **Decreto de 13 de maio de 1809.** Crêa a divisão militar da Guarda Real da Policia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [Brasil Colônia], 1809. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/dim/1809/DIM-13-5-1809-3.html. Acesso em: 9 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881** [Lei Saraiva]. Reforma a legislação eleitoral. Rio de Janeiro: Império do Brasil, 1881. Disponível em: https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva. Acesso em: 27 maio. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 4.294, de 6 de julho de 1921.** Estabelece penalidades para os contraventores na venda de cocaina, opio, morphina e seus derivados; crêa um estabelecimento especial para internação dos intoxicados pelo alcool ou substancias venenosas; estabelece as fórmas de processo e julgamento e manda abrir os creditos necessarios. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1921. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4294-6-julho-1921-569300-publicacaooriginal-92525-pl.html. Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969.** Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1969. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-667-2-julho-1969-374170-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 9 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1406, de 24 de junho de 1975.** Altera a redação do parágrafo único do artigo 26 do Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1975. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1406.htm#:~:text=Del1406&text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%201.406%2C%20DE,Territ%C3%B3rios%20e%20do%20Distrito%20Federal. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2010, de 12 de janeiro de 1983.** Altera o Decreto-lei nº 667, de 02 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1983. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2010.htm. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971.** Dispõe sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1971. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5726-29-outubro-1971-358075-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976.** Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da

República, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6368.htm. Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6697, de 10 de outubro de 1979.** Institui o Código de Menores. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 4 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2022b]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 11 jan. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2013** [PEC 51/2013]. Altera os arts. 21, 24 e 144 da Constituição; acrescenta os arts. 143-A, 144-A e 144-B, reestrutura o modelo de segurança pública a partir da desmilitarização do modelo policial. Brasília, DF: Senado Federal, 2013. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/114516. Acesso em: 21 dez. 2022.

BUTLER, Judith. **Vida Precária**: os poderes do luto e da violência. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 8, n. 1, p. 607–630 2010. Disponível em: https://revistaumanizales.cinde.org.co/rlcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/70/28. Acesso em: 8 out. 2022.

CASO Ágatha: Justiça ouve mãe e outras testemunhas no julgamento do PM acusado de atirar na menina. **O Dia**, Rio de Janeiro, 9 fev. 2022 [atualizado em: 10 fev. 2022]. Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/02/6334896-caso-agatha-justica-ouve-mae-e-outras-testemunhas-no-julgamento-do-pm-acusado-de-atirar-na-menina.html. Acesso em: 20 out. 2022.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE DADOS E CONHECIMENTOS PARA SAÚDE. Estudo aponta para profundas desigualdades na mortalidade de crianças no Brasil. **FIOCRUZ**. Rio de Janeiro, 19 set. 2022. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-aponta-para-profundas-desigualdades-na-mortalidade-de-criancas-no-brasil. Acesso em: 15 nov. 2022.

CERQUEIRA Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2020. Brasília, DF: IPEA, 2020. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/08/atlas-da-violencia-2020.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

COMASSETTO, Leandro Ramires. **As razões do título e do lead**: uma abordagem cognitiva da estrutura da notícia. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal

de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/80216. Acesso em: 10 out. 2022.

CRIANÇAS e adolescentes negras de até 14 anos morrem 3,6 vezes mais por armas de fogo do que crianças brancas, revela estudo do Instituto Sou da Paz. **Instituto Sou da Paz**. São Paulo, 19 nov. 2021. Disponível em: https://soudapaz.org/noticias/criancas-e-adolescentes-negras-de-ate-14-anos-morrem-36-vezes-mais-por-armas-de-fogo-do-que-criancas-brancas-revela-estudo-do-instituto-sou-da-paz/. Acesso em: 21 mar. 2023.

CRUZ, Cíntia. Mãe de Kauan, morto na Baixada, se solidariza com pais de Ágatha Félix e ainda espera respostas do crime. **Extra**, Rio de Janeiro, 26 set. 2019. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/mae-de-kauan-morto-na-baixada-se-solidariza-com-pais-de-agatha-felix-ainda-espera-respostas-do-crime-23975223.html. Acesso em: 20 out. 2022.

CUBAS, Viviane; NATAL, Ariadne; CASTELO BRANCO, Frederico. Violência policial: abordagens da literatura. *In*: KUCINSKI, Bernardo *et al*. **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 116-134.

FARIAS, Juliana. Quando a exceção vira regra: os favelados como população "matável" e sua luta por sobrevivência. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, n. 15.2, p. 138-171, jul./dez. 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/753568/QUANDO_A_EXCE%C3%87%C3%83O_VIRA_REGRA_OS_FAVELADOS_COMO_POPULA%C3%87%C3%83O_MAT%C3%81VEL_E_SUA_LUTA_POR_SOBREVIV%C3%8ANCIA. Acesso em: 15 nov. 2022.

FERRUGEM, Daniela. Guerra às drogas? **Em Pauta**, Rio de Janeiro, _v. 18, n. 45, p. 44-54, 1. sem. 2020. DOI: https://doi.org/10.12957/rep.2020.47208. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/47208/31997. Acesso em: 8 jan. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no College de France: (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARZA, Alicia. A Herstory of the #BlackLivesMatter Movement by Alicia Garza. **The Feminist Wire**. [*S. l.*], 7 Oct. 2014. Disponível em: https://thefeministwire.com/2014/10/blacklivesmatter-2/. Acesso em: 19 out. 2022.

GÓES, Laércio Torres de. Contra-hegemonia e internet: Gramsci e a mídia alternativa dos movimentos sociais na web. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORDESTE, 9., 2007, Salvador. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2007. p. 1-15. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2007/resumos/r0364-1.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

GOMES, Maria Clara Castro Vieira. **Guerra às drogas**: uma análise sob o viés da necropolítica. 2021. Trabalho de Conclusão de curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/34648/1/GuerraDrogasUma.pdf. Acesso em: 8 jan. 2023.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62. Disponível em http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_volume2_educacao_anti_racista_caminhos_abertos_pela_lei_federal_10639_2003.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a.

GONZALEZ, Lélia. A questão negra no Brasil. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 183-190.

GONZALEZ, Lélia. Racismo por omissão. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p. 220-221.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília, DF: Representação da UNESCO no Brasil, 2003

HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. **Revista Z Cultural**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 2, 2013. Disponível em: http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/. Acesso em: 10 out. 2022.

HERINGER, Carolina; BARROS, Rafaella. PM aborda ônibus e recolhe adolescentes a caminho das praias da Zona Sul do Rio. **Extra**, Rio de Janeiro, 24 ago. 2015 [atualizado em 7 set. 2015]. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/rio/pm-aborda-onibus-recolhe-adolescentes-caminho-das-praias-da-zona-sul-do-rio-17279753.html. Acesso em: 21 set. 2021.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Segurança em números 2021**. Rio de Janeiro: ISP, 2022. Disponível em: http://arquivo.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/SN2021_rev.html#crimes_vida. Acesso em: 22 dez. 2022.

KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia da; ABUD, Cristiane Curi (org.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a psicanálise. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KUCINSKI, Bernardo *et al*. **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística.** [*S. l.*: *s. n.*], 2001. Disponível em: http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

LARA, Justina de. **Os gêneros jornalísticos com conteúdo informativo (a notícia, a reportagem e a entrevista) nas aulas de língua portuguesa**: desvelando a linguagem pretensamente neutra. [*S. l*: *s. n*.], 2008. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/357-4.pdf. Acesso em: 16 fev. 2023.

LAUTIER, Bruno. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. **Contemporaneidade e Educação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 28-92, 1997.
LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, p. 20-33, 2018. Número especial. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v70nspe/03.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

MARINHO, Irineu; MARINHO, João Roberto; MARINHO, José Roberto. Princípios editoriais Grupo Globo. **Extra**, Rio de Janeiro, 6 ago. 2011a. Disponível em: https://extra.globo.com/principios-editoriais/. Acesso em: 21 mar. 2023.

MARINHO, Irineu; MARINHO, João Roberto; MARINHO, José Roberto. Princípios editoriais Grupo Globo. **G1**, Rio de Janeiro, 6 ago. 2011b. Disponível em: https://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html. Acesso em: 21 mar. 2023.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 7. ed., 1. reimp. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições. 2020a.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. São Paulo: n-1 edições, 2020b.

MORAES, Denis de. Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina. *In*: MORAES, Denis de (org.). **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013. *E-book*. p. 102-142.

MORAES, Denis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan./jun. 2010. DOI: https://doi.org/10.22456/1982-5269.12420. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/12420/8298. Acesso em: 20 maio 2021.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2005. p. 1-16. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf. Acesso em: 19 maio 2022.

MOURÃO, Giovanni. Questionamentos sobre morte de menina no Alemão seguem sem esclarecimentos da PM. **Extra**, Rio de Janeiro, 22 set. 2019. Disponível em: https://extra.globo.

com/casos-de-policia/questionamentos-sobre-morte-de-menina-no-alemao-seguem-sem-esclarecimentos-da-pm-23966304.html. Acesso em: 20 out. 2022.

MUNANGA, Kabengele. Nosso racismo é um crime perfeito: entrevista com Kabengele Munanga. **Fundação Perseu Abramo**. São Paulo, 2010. Disponível em: https://fpabramo.org.br/2010/09/08/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito-entrevista-com-kabengele-munanga/. Acesso em: 17 mar. 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional *versus* identidade negra. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, 2. sem. 1996. Disponível em: https://www.academia.edu/8171621/PESQUISA_QUALITATIVA_CARACTER%C3%8DSTICAS_USOS_E_POSSIBILIDADES. Acesso em: 21 abr. 2021.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Do espaço ao contraespaço: a luta antirracista decolonizando o urbano carioca. *In:* BARROS, Ana Maria Leite de; ZANOTELLI, Cláudio Luiz; ALBANI, Vivian (org.). **Geografia urbana**: 30 anos do Simpósio Nacional de Geografia Urbana: cidades, revoluções e injustiças: entre espaços privados, públicos, direito à cidade e comuns urbanos. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. p. 185-211.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro. CONGRESSO DOS PESQUISADORAS(ES) NEGRAS(OS) DA REGIÃO SUDESTE, 1., 2015, Nova Iguaçu. **Anais** [...]. São Paulo: ABPN, 2015. p. 1-14. Disponível em: https://www.academia.edu/36614907/Gest%C3%A3o_racista_e_necropol%C3%ADtica_do_espa%C3%A7o_urbano_apontamento_te%C3%B3rico_e_pol%C3%ADtico_sobre_o_genoc%C3%ADdio_da_juventude_negra_na_cidade_do_Rio_de_Janeiro_Nova_Igua%C3%A7u_Anais_do_Copene_Sudeste_2015. Acesso em: 6 abr. 2022.

OLIVEIRA, Nathália; RIBEIRO, Eduardo. O massacre negro brasileiro na guerra às drogas. **SUR**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 35-43, 2018. Disponível em: https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-nathalia-oliveira-e-eduardo-ribeiro.pdf. Acesso em: 12 jan. 2023.

ONU promove maior conhecimento sobre o crime de genocídio. **Organização das Nações Unidas**. Bruxelas, 9 dez. 2015. Disponível em: https://unric.org/pt/onu-promove-maior-conhecimento-sobre-o-crime-de-genocidio/. Acesso em: 22 maio 2022.

PASSOS, Eduardo Henrique; SOUZA, Tadeu Paula. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 23, n. 1, p. 154-162, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000100017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/zMk4Dq4gQ4XhH4dQgzScQRm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 3 fev. 2023.

PATTERSON, Orlando. **Slavery and social death**: a comparative study. Cambridge (USA): Harvard University Press, 2018.

PENNAFORT, Roberta. ‘A polícia vai mirar na cabecinha e… fogo’, diz novo governador do Rio. **Estadão**, São Paulo, 1 nov. 2018. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/eleicoes/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-diz-novo-governador-do-rio/. Acesso em: 22 dez. 2022.

PERIFERIA, racismo e violência: um levantamento do Instituto Locomotiva para a Central Única das Favelas. **Instituto Locomotiva**. São Paulo, 2020. Disponível em: https://ilocomotiva.com.br/wp-content/uploads/2022/01/periferia-racismo-violencia.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

PINHO, Osmundo. **Cativeiro**: antinegritude e ancestralidade. Salvador: Segundo Selo, 2021.

THE RACE question. **UNESCO and its programme**, Paris, n. 1, p. 1-11, 1950. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000128291. Acesso em: 14 jul. 2022.

RODAS, Sérgio. Política de segurança de Witzel é ineficiente e incompatível com a democracia, diz MPF. **Consultor Jurídico**. São Paulo, 25 set. 2019. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2019-set-25/seguranca-witzel-incompativel-democracia-mpf. Acesso em: 22 dez. 2022.

RODRIGUES, Matheus. RJ tem maior número de mortes por policiais em 22 anos; e o 2º menor índice de homicídios já registrado pelo ISP. **G1**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/22/rj-tem-maior-numero-de-mortes-por-policiais-em-22-anos-e-o-2o-menor-indice-de-homicidios-ja-registrado-pelo-isp.ghtml. Acesso em: 22 set. 2021.

RODRIGUES, Matheus; COELHO, Henrique. Pretos e pardos são 78% dos mortos em ações policiais no RJ em 2019: 'É o negro que sofre essa insegurança', diz mãe de Ágatha. **G1**, Rio de Janeiro, 6 jun. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/06/pretos-e-pardos-sao-78percent-dos-mortos-em-acoes-policiais-no-rj-em-2019-e-o-negro-que-sofre-essa-inseguranca-diz-mae-de-agatha.ghtml. Acesso em: 23 set. 2021

RODRIGUEZ, Dylan. O genocídio racial/racial-colonial e a lógica de evisceração: radicalismo negro como resposta prática e guia teórico. *In*: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; VARGAS, João Helion Costa (org.), **Motim**: horizontes do genocídio antinegro na diáspora. Brasília, DF: Brado Negro, 2017. p. 11-35.

RYBKA, Larissa Nadine; NASCIMENTO, Juliana Luporini do; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Os mortos e feridos na “guerra às drogas”: uma crítica ao paradigma proibicionista. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 35, n. 1, p. 99-109, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-02752018000100010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/estpsi/a/HhsZqTPYTgtJjCVdLWYK9Bx/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 8 jan. 2023.

SALDANHA, Patrícia Gonçalves. “A ciência do Comum”: a transcendência do bios midiático que reordena as vinculações cotidianas. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 13, n. 25, p. 191-195, 2017. Disponível em: http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/400/403. Acesso em: 10 out. 2022.

SIMÕES, Nataly. Em São Paulo, movimento negro organiza ato contra assassinato de Ágatha Félix. **Alma Preta: jornalismo preto e livre**, São Paulo, 21 set. 2019a. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/em-sao-paulo-movimento-negro-organiza-ato-contra-assassinato-de-agatha-felix. Acesso em: 15 out. 2022.

SIMÕES, Nataly. "Favelas do Rio de Janeiro vivem uma política de extermínio", afirma morador do Complexo do Alemão. **Alma Preta: jornalismo preto e livre**, São Paulo, 21 set. 2019b. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/favelas-do-rio-de-janeiro-vivem-uma-politica-de-exterminio-afirma-morador-do-complexo-do-alemao. Acesso em: 15 out. 2022.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, Luiz Eduardo. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias? *In*: KUCINSKI, Bernardo *et al*. **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 27-43.

SOARES, Rafael. Caso Ágatha: bala encontrada em corpo vai permitir comparação com armas de PMs. **Extra**, Rio de Janeiro, 22 set. 2019. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/caso-agatha-bala-encontrada-em-corpo-vai-permitir-comparacao-com-armas-de-pms-23965970.html. Acesso em: 20 out. 2022.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum:** notas para o método comunicacional. 1. reimpr. Petrópolis: Vozes, 2017.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. 3. ed., atual. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2015.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato:** notas para uma teoria do acontecimento. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro brasileira. Rio de Janeiro: Imago; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SOUSA, Igor Thiago Silva de; CRUZ, Denise Ferreira da Costa. O Brasil diante do afropessimismo de Frank Wilderson III. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 65, n. 3, p. 1-5, 2022. DOI: https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2022.202292. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ra/a/GwTCdrDMhcXZg9F38XZ8nHL/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 14 fev. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 17 maio 2022.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. El doble criterio de la justicia. *In*: TAYLOR, Keeang-Yamahtta. **Un destello de libertad**: de #BlackLivesMatter a la liberación negra. Madrid: Traficante de sueños, 2017. p. 121-151. Disponível em: https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/PC16_Taylor_0.pdf. Acesso em: 10 out. 2022.

TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. #**VidasNegrasImportam e libertação negra.** São Paulo: Elefante, 2020.

TEIXEIRA, Daniel. **De "menor" a "criança**": menoriade negra, infância branca e genocídio. São Paulo: CEERT, 2016. Disponível em: https://anansi.ceert.org.br/biblioteca-pdf/de-menor-a-crianca.pdf. Acesso em: 2 jan. 2023.

VALIENGO, Caio Becsi. Mídias livres, alternativas e independentes: polifonia de conceitos para práticas comunicativas contra-hegemônicas. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 8., 2019, Brasília, DF. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Cosmopolítica, 2019. p. 1-25. Disponível em: http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT5/gt5_Valiengo.pdf. Acesso em: 19 ago. 2021.

VARGAS, João H. Costa. Racismo não dá conta: antinegritude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, 2020, v. 18, n. 45. DOI: https://doi.org/10.12957/rep.2020.47201. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47201/31976. Acesso em: 10 out. 2022.

VELOSO, Lucas. Contra morte da menina Agatha Felix, movimentos protestam no Brasil esta sexta, 27. **Alma Preta: jornalismo preto e livre**, São Paulo, 21 set. 2019. Disponível em: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/contra-morte-da-menina-agatha-felix-movimentos-protestam-no-brasil-esta-sexta-27. Acesso em: 15 out. 2022.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu, Campinas,** n. 37, p. 79-116, jul./dez. 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/VL8rMW8kJGpHgxBZwWt9bMt/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 2 nov. 2022.

WYLLYS, Jean. Formas de temer, formas de reprimir: as relações entre a violência policial e suas representações nas mídias. *In*: KUCINSKI, Bernardo *et al*. **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 66-71.

ZARUR, Camila; OUCHANA, Giselle.'A arma que ela gostava de usar era lápis, caderno, redação nota 10', diz avô durante enterro de menina baleada no Alemão. **Extra**, Rio de Janeiro, 22 set. 2019. Disponível em: https://extra.globo.com/casos-de-policia/a-arma-que-ela-gostava-de-usar-era-lapis-caderno-redacao-nota-10-diz-avo-durante-enterro-de-menina-baleada-no-alemao-23966391.html. Acesso em: 20 out. 2022.

Anexo A – Notícia do Jornal Extra: Morre criança baleada nas costas no Complexo do Alemão; moradores protestam. Publicada em 21/09/2019, às 04:00 e atualizada às 12:36

EXTRA Casos de Polícia

21/09/19 04:00 21/09/19 12:36

Morre criança baleada nas costas no Complexo do Alemão; moradores protestam



Ágatha Félix não resistiu aos ferimentos e morreu Foto: Reprodução das redes sociais

Diego Amorim, Letícia Gasparini e Lucas Altino

A menina Agatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, não resistiu aos ferimentos e morreu na madrugada deste sábado. Ela foi atingida nas costas por um tiro de fuzil, na noite desta sexta-feira, na Fazendinha, no Complexo do Alemão, Zona Norte. Ela estava dentro de uma Kombi no momento em que foi baleada. A criança foi levada para o Hospital estadual Getúlio Vargas, na Penha, Zona Norte. Na manhã deste sábado, parentes e amigos foram até o Instituto Médico Legal (IML), no Centro do Rio, para a liberação do corpo. Ainda não há informações sobre o local e o horário do velório e sepultamento da menina.

Segundo um parente que não quis se identificar, Agatha estava com a mãe no momento em que a kombi transportava passageiros para dentro da comunidade. A família acusa uma PM como autora do tiro.

— A policial queria acertar um motociclista que estava passando próximo. Temos policiais despreparados nas ruas, e é isso que acontece — destaca o rapaz: — A mãe estava com a Agatha no colo, mas, no momento do tiro, havia acabado de colocá-la ao seu lado.

O avô materno da criança, identificado como Ailton Félix, esteve no Getúlio Vargas e pediu explicações sobre o disparo:

— Quem tem que dar informações é quem deu o tiro nela. Matou uma inocente, uma garota inteligente, estudiosa, obediente, de futuro. Cadê o policiais que fizeram isso? A voz deles é a arma. Não é a família

do governador ou do prefeito ou dos policiais que estão chorando, é a minha. Amanhã eles vão pedir desculpas, mas isso não vai trazer minha neta de volta. — exclamou o avô em tom de revolta.

A mãe de Agatha, identificada apenas como Vanessa, teve que sair do hospital de cadeiras de rodas. Ela passou mal ao saber da notícia e teve que ser amparada por familiares e amigos.

LEIA: Mortes pela polícia sobem no Estado do Rio, revela ISP

Segundo moradores, o autor do disparo seria uma policial militar da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da comunidade, que teria suspeitado de um motociclista que passava no local. Em nota, a PM informou que a Coordenadoria de Polícia Pacificadora vai abrir um procedimento apuratório para verificar as circunstâncias do fato.

A corporação informou que equipes da UPP estavam baseadas na esquina da Rua Antônio Austragésilo com a Rua Nossa Senhora quando foram atacadas por criminosos. Os agentes revidaram, segundo a PM. Ainda de acordo com a Polícia Militar, moradores informaram à equipe que a menina havia sido baleada na localidade conhecida como Estofador. Os agentes foram ao Hospital Getúlio Vargas, onde confirmaram a entrada da vítima, ferida por arma de fogo.



Entrada de urgência do Hospital Estadual Getúlio Vargas, na Penha, onde a criança foi levada Foto: Hermes de Paula / Agência O Globo

Após a morte da menina, a hashtag #ACulpaÉDoWitzel se tornou um dos assuntos mais comentados do país no Twitter, na manhã deste sábado. O governador do Rio voltou a ser criticado nas redes sociais após reafirmar, nesta sexta-feira, que quem usa fuzil contra o cidadão de bem "não merece viver", defendendo o "abate" de criminosos. A declaração foi dada durante a inauguração da Operação Bangu Presente, na Zona Oeste — a primeira base do projeto na região.

Manifestação reúne moradores no Alemão

Na manhã deste sábado, dezenas de moradores e ativistas sociais fazem uma manifestação pacífica pelas ruas do Complexo do Alemão. Carregando faixas e cartazes, eles pedem pelo fim das mortes de crianças e jovens em comunidades do Rio. Com a ajuda de um carro de som, os manifestantes também pedem a presença do governador Wilson Witzel. Além disso, citam os nomes de moradores mortos em ações policiais seguidos pelo termo "presente", grito que ganhou destaque após a morte da vereadora Marielle Franco.

— Em todas as comunidades se perdem vidas inocentes por essa política montada pelo governo do Estado. O Complexo do Alemão está presente, sim! Não queremos que a Agatha venha a ser apenas mais uma foto estampada. Vamos lutar pelos nossos direitos dentro da comunidade, onde vários inocentes são atingidos por 'balas achadas' todos os dias — afirma um manifestante sem se identificar.



Manifestação reúne moradores no Alemão Foto: Renê Silva/Voz das Comunidades

Outro manifestante critica a política adotada por Wilson Witzel.

— Esse protesto é pela morte de uma criança que foi alvejada por um policial despreparado que recebeu a ordem do governador para atirar. E atiraram pelas costas de uma criança que ia para sua casa. Estamos pedindo paz, não criamos nossos filhos para perdê-los numa guerra desproporcional dentro da comunidade. Um governo que entra falando de guerra. O governador hoje tem essa política de matar. O que ele está querendo para o Rio de Janeiro? Vamos resistir por nossos filhos.

Nas janelas e varandas da Avenida Itararé, onde a manifestação ocorre, moradores agitam panos brancos como sinal de paz. Mototaxistas também acompanham o grupo. O coletivo Mães de Manguinhos também participa do ato para apoiar a família de Agatha.

— Nós estamos cansados desses caveirões aéreos, desses caveirões terrestres. Basta do sangue do povo negro derramado na favela. Viemos aqui para lutar por essas vidas, crianças que vocês estão levando. Nos deixem viver em paz, sem essa falácia da guerra contra as drogas. Chega, são os nossos jovens que estão morrendo — afirma uma das mães do coletivo durante a caminhada pacífica.

Veja a nota completa da PM

"A Assessoria de Imprensa da Secretaria de Estado de Polícia Militar informa que, por volta das 22h desta sexta-feira, 20/09, equipes policiais da UPP Fazendinha, que estavam baseadas na esquina da Rua Antônio Austragésilo com a Rua Nossa Senhora, foram atacadas de várias localidades da comunidade de forma simultânea. Os policiais revidaram à agressão. Após o confronto, não foi encontrado feridos.

Na sequência, os policias foram informados por populares que um morador teria sido ferido na localidade conhecida como 'Estofador'. Uma equipe da UPP se deslocou até o Hospital Getúlio Vargas e confirmou a entrada de uma criança de 8 anos ferida por disparo de arma de fogo. A Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) irá abrir um procedimento apuratório para verificar todas as circunstâncias."

Envie denúncias, informações, vídeos e imagens para o Whatsapp do Extra (21 99644 1263).

Anexo B – Notícia do Jornal Extra: Família de menina baleada no Alemão nega confronto entre PM e traficantes. Publicada em 21/09/2019 às 13:53 e atualizada às 16:25

EXTRA Casos de Polícia

21/09/19 13:53 21/09/19 16:25

Família de menina baleada no Alemão nega confronto entre PM e traficantes



Agatha Félix, de 8 anos, morava no Complexo do Alemão

Lucas Altino

Familiares da pequena Agatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, baleada na noite desta sexta-feira no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio, negam a informação dada pela Polícia Militar de que, na hora do disparo que acertou a criança, equipes policiais da UPP Fazendinha foram atacadas de várias localidades de forma simultânea. Elias César, tio da criança, rebate a troca de tiros e afirma que houve apenas um disparo, o que atingiu Agatha pelas costas.

— A ação da PM se deu porque os policiais haviam mandado um motociclista parar, mas ele não atendeu à ordem. A kombi estava no Largo da Birosca (na Fazendinha) e os policiais atiraram na moto. É mentira que teve tiroteio , foi um tiro só. Nenhum PM foi atacado — garante o tio, apontando a presença de, pelo menos, cinco militares.

A nota enviada pela corporação destaca que, na esquina da Rua Antônio Austragésilo com a Rua Nossa Senhora, equipes foram atacadas e os policiais revidaram à agressão. "Os policias foram informados por populares que um morador teria sido ferido na localidade conhecida como 'Estofador'. Uma equipe da UPP se deslocou até o Hospital Getúlio Vargas e confirmou a entrada de uma criança de 8 anos ferida por disparo de arma de fogo", diz a nota.

Ainda segundo a PM, a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) irá abrir um procedimento apuratório para verificar as circunstâncias.

LEIA: Mortes pela polícia sobem no Estado do Rio, revela ISP

Na manhã deste sábado, parentes e amigos foram até o Instituto Médico Legal (IML), no Centro do Rio, para a liberação do corpo. Ainda não há informações sobre o local e o horário do velório e sepultamento da menina. Segundo a família, os pais estão passando mal, ainda em estado de choque, e não tiveram condições de comparecer ao IML.

Segundo Elias César, uma mulher esteve no instituto e se apresentou como funcionária do governo estadual, oferecendo ajuda para custos de funeral. Porém, a família não aceitou a ajuda e recusou o contato.

Defensoria Pública: confronto se mostra ineficaz

A Defensoria Pública do Rio emitiu uma nota de solidariedade: "A defesa do direito à vida é um dos princípios basilares da nossa instituição. Por esta razão, acreditamos em uma política de segurança cidadã, que respeite os moradores das favelas e de qualquer outro lugar. A opção pelo confronto tem se mostrado ineficaz: a despeito do número recorde de 1.249 mortos em ações envolvendo agentes do estado apenas este ano, a sensação de insegurança permanece. No caso das favelas, ela se agrava", diz o texto, que lembra também a morte do policial Leonardo Oliveira dos Santos, atingido em Niterói.

A nota reforça ainda que, "se coloca à disposição dos familiares de Ágatha — e de todo cidadão fluminense" — para auxiílio jurídico.

Manifestação reúne moradores no Alemão

Na manhã deste sábado, dezenas de moradores e ativistas sociais fazem uma manifestação pacífica pelas ruas do Complexo do Alemão. Carregando faixas e cartazes, eles pedem pelo fim das mortes de crianças e jovens em comunidades do Rio. Com a ajuda de um carro de som, os manifestantes também pedem a presença do governador Wilson Witzel. Além disso, citam os nomes de moradores mortos em ações policiais seguidos pelo termo "presente", grito que ganhou destaque após a morte da vereadora Marielle Franco.

— Em todas as comunidades se perdem vidas inocentes por essa política montada pelo governo do Estado. O Complexo do Alemão está presente, sim! Não queremos que a Agatha venha a ser apenas mais uma foto estampada. Vamos lutar pelos nossos direitos dentro da comunidade, onde vários inocentes são atingidos por 'balas achadas' todos os dias — afirma um manifestante sem se identificar.

Nas janelas e varandas da Avenida Itararé, onde a manifestação ocorre, moradores agitam panos brancos como sinal de paz. Mototaxistas também acompanham o grupo. O coletivo Mães de Manguinhos também participa do ato para apoiar a família de Agatha.

— Nós estamos cansados desses caveirões aéreos, desses caveirões terrestres. Basta do sangue do povo negro derramado na favela. Viemos aqui para lutar por essas vidas, crianças que vocês estão levando. Nos deixem viver em paz, sem essa falácia da guerra contra as drogas. Chega, são os nossos jovens que estão morrendo — afirma uma das mães do coletivo durante a caminhada pacífica.



Anexo C – Notícia do Jornal Extra: Polícia vai fazer reconstituição do assassinato de Agatha Felix, no Complexo do Alemão. Publicada em 21/09/2019 às 15:50 e atualizada às 20:44

EXTRA Casos de Polícia

21/09/19 15:50 21/09/19 20:44

Polícia vai fazer reconstituição do assassinato de Agatha Felix, no Complexo do Alemão



Ágatha Félix não resistiu aos ferimentos e morreu Foto: Reprodução das redes sociais

Lucas Altino; Rafael Soares

A Divisão de Homicídios da Polícia Civil vai realizar uma reprodução simulada do assassinato da pequena Agatha Felix, de 8 anos, morta nesta sexta à noite no Complexo do Alemão. Segundo moradores e familiares da vítima, o tiro partiu de uma policial militar, que mirou um motociclista próximo, que não havia atendido a uma ordem para parar. A criança estava numa kombi, no Largo do Birosca, área do Alemão, enquanto voltava para casa junto com a mãe.

A polícia ouviu alguns parentes no Instituto Médico Legal (IML) e vai marcar a reconstituição durante a semana. A intenção é que a família e testemunhas estejam presentes na simulação. A Polícia Civil pede que testemunhas oculares do crime procurem a delegacia, para ajudar com esclarecimentos e informações.

VEJA: Para Witzel, criminosos que 'atiram' contra a população 'não merecem viver'

Um dos tios de Agatha, Elias Cesar, presente no IML, disse que policiais disseram aos familiares no local que não foi encontrado projétil no corpo da criança. Mas, segundo ele, Agatha teria dado entrada no Hospital Getúlio Vargas com uma bala alojada no corpo. Procurada, a Secretaria estadual de Saúde ainda não comentou essa informação.

Cesar também rebateu a informação da Polícia Militar, de que teria ocorrido troca de tiros no momento em que Agatha foi alvejada.

— A ação da PM se deu porque os policiais haviam mandado um motociclista parar, mas ele não atendeu à ordem. A kombi estava no Largo do Birosca (na Fazendinha) e os policiais atiraram na moto. É mentira que teve tiroteio , foi um tiro só. Nenhum PM foi atacado — garante o tio, apontando a presença de, pelo menos, cinco militares.

LEIA: Mortes pela polícia sobem no Estado do Rio, revela ISP

Agatha será enterrrada provavelmente neste domingo, no Cemitério de Inhaúma. Ainda não há maiores informações.

Manifestação reúne moradores no Alemão

Na manhã deste sábado, dezenas de moradores e ativistas sociais fazem uma manifestação pacífica pelas ruas do Complexo do Alemão. Carregando faixas e cartazes, eles pedem pelo fim das mortes de crianças e jovens em comunidades do Rio. Com a ajuda de um carro de som, os manifestantes também pedem a presença do governador Wilson Witzel. Além disso, citam os nomes de moradores mortos em ações policiais seguidos pelo termo "presente", grito que ganhou destaque após a morte da vereadora Marielle Franco.

— Em todas as comunidades se perdem vidas inocentes por essa política montada pelo governo do Estado. O Complexo do Alemão está presente, sim! Não queremos que a Agatha venha a ser apenas mais uma foto estampada. Vamos lutar pelos nossos direitos dentro da comunidade, onde vários inocentes são atingidos por 'balas achadas' todos os dias — afirma um manifestante sem se identificar.

© 2006 - 2023 Todos os direitos reservados a Editora Globo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuição sem prévia autorização.

Anexo D – Reportagem do Jornal Extra: 'A arma que ela gostava de usar era lápis, caderno, redação nota 10', diz avô durante enterro de menina baleada no Alemão. Publicada em 22/09/2019 às 16:45 e atualizada às 19:40

EXTRA Casos de Polícia

22/09/19 16:45 22/09/19 19:40

'A arma que ela gostava de usar era lápis, caderno, redação nota 10', diz avô durante enterro de menina baleada no Alemão



Manifestantes clamam por Justiça após morte de Ágatha Foto: Bruno Kaiuca / Agência O Globo

Camila Zarur e Giselle Ouchana

RIO — Atos simbólicos emocionaram os presentes na manifestação pela morte da menina **Ágatha Vitória Sales Félix**, de 8 anos, que foram até o **Cemitério de Inhaúma**, Zona Norte do Rio. A criança foi enterrada por volta das 16h deste domingo, sob aplausos de parentes e amigos. A menina foi morta ao ser atingida nas costas por um disparo, na noite da última sexta-feira, no **Complexo do Alemão**.

Durante o sepultamento, Airton Félix, avô de Ágatha, manifestou mais uma vez sua revolta contra o estado por causa da morte da neta. O homem ressaltou que a menina era criança estudiosa com um futuro a frente.

— Sabe qual era a arma que tinha dentro da mochila da minha neta? Lápis, caderno, apontador, livro. Tinha um simulado que ela fez nessa semana e tirou 7! Essas eram as armas que a Ágatha gostava de usar. Ela tinha um futuro, ia crescer e entrar na faculdade. Mas o estado não quer isso. E se continuar dessa forma, o que vai acontecer? — desabafou o avô.

Antes do enterro, moradores do Complexo do Alemão fizeram uma manifestação pela morte da menina. O protesto começou por volta das 13h, em frente à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da região, na Estrada do Itararé. "Nós exigimos justiça" e "governador, pare de nos matar" eram os gritos mais

frequentes no corte. Duas das principais reivindicações dos manifestantes era o fim da atual política de segurança pública e a saída do governador Wilson Witzel do cargo.

O grupo chegou à capela onde estava sendo velado o corpo da menina pouco antes das 15h. O pai e a mãe de Ágatha seguiram o carro da funerária em silêncio. A mãe Vanessa Sales Felix segurava uma boneca da Turma da Mônica, brinquedo favorito da criança. O tio Cristian Sales, por sua vez, disse que ela o estava ensinando inglês.

— Eu com 28 anos, e ela estava me ensinando inglês — disse Cristian. — Ágatha era filha única. Ela sonhava em ser bailarina, era estudiosa e não gostava de tirar notas baixas. O seu hobby principal era o balé. Nascida e criada no Alemão, assim como os pais. O pai tem loja de ração na Fazendinha. A mãe trabalha como secretária. Ela morava em cima da casa dos avós paternos e dos primos, sua rotina era com a família.



Avô da menina Ágatha Félix, seguindo para o enterro Foto: Giselle Ouchana

O corpo de Ágatha foi sepultado sob aplausos e gritos de Justiça. Mais de 200 pessoas acompanharam o cortejo. Ao longo do sepultamento, parentes e amigos esbravejavam "Witzel, assassino"e "Queremos paz". O governador Wilson Witzel ainda não se manifestou sobre o caso.

— Até quando o governo vai acabar com as famílias? Até quando isso vai acontecer? — questionou o avô, diante do caixão.

— Nós queremos viver — bradou uma mulher.

Balões amarelos em homenagem à Ágatha

A chuva que caiu no início da tarde deste domingo não intimidou a manifestação dos moradores do Complexo do Alemão. A mobilização para o ato começou imediatamente após Ágatha ter sido atingida, através das redes sociais e grupos de mensagem. Uma faixa com os dizeres "parem de nos matar" foi estendida. e carregada pelos manifestantes até o cemitério de Inhaúma. Balões amarelos foram distribuídos, uma referência a uma foto da menina, em que ela aparece com bexigas da mesma cor numa festa.



Agatha Félix, de 8 anos, morava no Complexo do Alemão

Em determinado momento, o grupo fez uma roda e uma participante do protesto questionou por que a pequena não teve direito ao que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente. Logo depois, as pessoas deram as mãos e fizeram juntas uma oração.

O ator Fabio Assunção, que acompanhou a manifestação, cobrou inteligência por parte das polícias para que mortes de inocentes sejam evitadas.

— Estou prestando solidariedade, luto. Não tem como ser diferente. A sociedade tem que estar presente, eu vim fazer parte disso. Isso tem que mudar. Eu tenho uma filha de 8 anos. Diariamente estamos vivendo coisas que são impensáveis. Tem que ter inteligência na polícia para evitar morte de inocentes. Todos estão perdendo com isso.

Moradora do Complexo do Alemão, Tatiane Alvarenga Moreira questionou as ações da polícia no conjunto de favelas. Mãe de dois filhos com idades próximas, a professora em um projeto social na comunidade pediu um basta à violência na região.

— Eles entram nas casas dos moradores, revistam tudo, quebram tudo. E ainda dizem que se encontrarem drogas, a gente vai apanhar. Que educação é essa? Que estado é esse? A mãe da Agatha só levou a criança para brincar na praça, quando eu tava com os meus filhos lá. Quando eu fui ver, perguntei "por que tá vermelho aqui"? Aí eu já tive que me esconder. Isso está errado. Em plena sexta-feira, rua movimentada. Isso tem que acabar — protestou Tatiane.

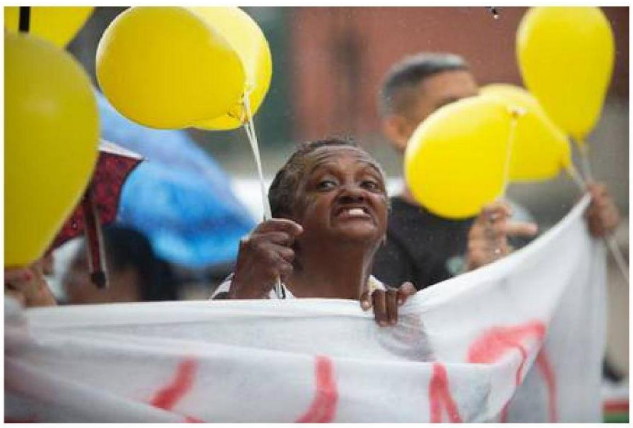
'Que não venha a ser só mais uma estatística'

O protesto também contou com a participação de mototaxistas do conjunto de favelas. Marcos Henrique Nascimento Lopes, de 39 anos, foi um dos que puxavam o grupo.

— Que não venha a ser só mais uma estatística. Tem que acabar com essas injustiças. As autoridades podem fazer mudar essa situação. Como eu não sei, mas podem. Reconhecer o erro nao é vergonha. Vergonha é persistir no erro — disse o mototaxista, que tem uma filha com a mesma idade de Agatha — A minha filha ouve o tiro e fica desesperada, se esconde em baixo da pia. Isso não é vida.

Representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ, Rodrigo Mondego, disse que vai acompanhar o inquérito.

— Não aguentamos mais ver mãe, pai e avô chorando. A gente não aguenta mais ver família que perde ente querido sendo destratada pelo estado. Essa semana vamos ao local procurar testemunhas e apresentar os programas de testemunhas que existem para garantir que elas falem.



Marinete Martins Machado, de 63 anos, participou do ato pela Ágahta Félix; em 2017, a avó perdeu um neto baleado Foto: Bruno Kaiuca / Agência O Globo

Moradora do Complexo do Alemão desde que nasceu, Marinete Martins Machado, de 63 anos, disse que não houve troca de tiros no momento em que Ágatha foi atingida. A PM alega que equipes da Unidade de Polícia Pacificadora havia sido atacada antes do disparo que acertou a menina.

— São tantas mortes e, se a gente não fizer manifestação, vão continuar matando, tirando a vida de criança inocente. Eles falaram que foi troca de tiro, mas não foi. Eles viram dois caras passando de moto e atiraram. A Ágatha estava com a mãe dela na Kombi, ela falou que sentiu algo queimar as costas dela — disse a moradora, que tem 26 netos e 19 bisnetos na comunidade.

A violência sofrida pela família de Ágatha é algo familiar para Marinete, que perdeu um neto em abril de 2017. A senhora conta que o neto Paulo Henrique, de 13 anos, havia ido comprar pão quando foi atingido por diversos disparos.

Equipes do 3º Batalhão da Polícia Militar acompanhou a chegada da manifestação ao velório de Ágatha. Os agentes, no entanto, não explicaram porque estavam ali.

Já conhece a nossa página no Facebook?
Clique aqui e curta as notícias do **EXTRA**

Receba a newsletter do Extra
RAIO-X DAS NOTÍCIAS
Digite seu e-mail Cadastrar
Li e concordo com os Termos de Uso e Politica de Privacidade.

© 2006 - 2023 Todos os direitos reservados a Editora Globo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuição sem prévia autorização.

Anexo E – Notícia do Jornal Extra: Caso Ágatha: bala encontrada em corpo vai permitir comparação com armas de PMs. Publicada em 22/09/2019 às 10:29 e atualizada às 17:35

EXTRA **Casos de Polícia**

22/09/19 10:29 22/09/19 17:35

Caso Ágatha: bala encontrada em corpo vai permitir comparação com armas de PMs



Agatha Félix, de 8 anos, morava no Complexo do Alemão

Rafael Soares

Os policiais militares que estavam na ação policial que terminou com a morte da menina Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, no Complexo do Alemão, serão ouvidos na Delegacia de Homicídios (DH) da Capital nesta segunda-feira, às 11h. Além dos depoimentos, os agentes entregarão as armas usadas por eles. Um projétil foi retirado do corpo da menina, ainda no Hospital Getúlio Vargas. Posteriormente, em exame realizado por meio de scanner no Instituto Médico Legal (IML), foram removidos fragmentos de projétil. O material foi encaminhado para exame pericial no Instituto de Criminalística Carlos Éboli. O material recolhido já foi enviado para a perícia e será utilizado para fazer a comparação balística.

O sepultamento de Ágatha será neste domingo, às 16h, no Cemitério de Inhaúma, Zona Norte do Rio, com velório a partir das 12h.

Na noite de sexta-feira, Ágatha voltava toda animada para casa, no Complexo do Alemão, acompanhada da mãe após um dia de passeio. As duas estavam numa Kombi, quando um tiro atingiu a menina e acabou com toda a alegria. Moradores afirmam que não havia confronto na favela. Segundo eles, uma policial teria feito um único disparo em direção a um motociclista que não tinha atendido à ordem de parar. Já a Polícia Militar informou que agentes foram atacados por traficantes e revidaram. Ágatha foi a quinta criança morta por bala perdida este ano no Rio e 57ª desde 2007, de acordo com levantamento da ONG Rio de Paz.

LEIA: Mortes pela polícia sobem no Estado do Rio, revela ISP

Com um tiro nas costas, provavelmente de fuzil, a menina ainda foi levada para o Hospital Getulio Vargas, na Penha, mas não resistiu. Na calçada em frente à unidade de saúde, Ailton Félix, o avô materno de Ágatha, entrou em desespero:

— Matou uma inocente, uma garota inteligente, estudiosa, obediente, de futuro. Cadê os policiais que fizeram isso? A voz deles é a arma. Não é a família do governador ou a do prefeito ou a dos policiais que está chorando. É a minha. Eles vão pedir desculpas, mas isso não vai trazer minha neta de volta. Foi a filha de um trabalhador, tá? Ela fala inglês, tem aula de balé, era estudiosa. Ela não vivia na rua, não — lamentou Ailton. — Mais um na estatística. Vão chegar e dizer que morreu uma criança no confronto. Que confronto? A minha neta estava armada, por acaso, para levar um tiro?



Ágatha Félix não resistiu aos ferimentos e morreu Foto: Reprodução das redes sociais

A Divisão de Homicídios vai fazer uma reprodução simulada do assassinato durante a semana, para tentar esclarecer de onde partiu o tiro. Agentes já ouviram parentes no IML. Elias César, tio de Ágatha, disse que uma funcionária do governo estadual ofereceu ajuda para pagar o enterro, mas que a família não aceitou.

— É mentira que teve tiroteio, foi um tiro só. Nenhum PM foi atacado — disse o tio.

Enquanto parentes de Ágatha estavam no IML, moradores do Alemão faziam uma manifestação num dos acessos ao complexo.

— Esse protesto é pela morte de uma criança que foi alvejada por um policial despreparado, que recebeu a ordem do governador para atirar. E atiraram nas costas de uma criança. Estamos pedindo paz, não criamos nossos filhos para perdê-los numa guerra desproporcional. O governador hoje tem essa política de matar. Vamos resistir por nossos filhos — disse um morador, que pediu para não ser identificado.

EXTRA WhatsApp 21 99644 1263
O jornal que você escolheu também é feito por você

Adicione este número: 21 99644-1263 ao seu WhatsApp e mande uma mensagem com seu nome completo e lugar onde mora e data de nascimento. O sigilo é total. Envie denúncias, informações fotos e vídeos de onde estiver.

Já conhece a nossa página no Facebook?
Clique aqui e curta as notícias do **EXTRA**

Receba a newsletter do Extra
RAIO-X DAS NOTÍCIAS
Digite seu e-mail Cadastrar
Li e concordo com os Termos de Uso e Politica de Privacidade.

© 2006 - 2023 Todos os direitos reservados a Editora Globo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuição sem prévia autorização.

Anexo F – Reportagem do Jornal Extra: Ágatha, que só gostava de tirar dez na escola, queria ser bailarina: 'Um anjo', diz avô. Publicada em 23/09/2019 às 04:30

EXTRA Casos de Polícia

23/09/19 04:30

Ágatha, que só gostava de tirar dez na escola, queria ser bailarina: 'Um anjo', diz avô



Agatha Félix, de 8 anos, morava no Complexo do Alemão

Camila Zarur e Giselle Ouchana

Uma menina alegre e que, como muitas crianças de 8 anos, tinha o sonho de se tornar uma bailarina. E Ágatha Vitória Sales Félix, que morreu após ser baleada nas costas na última sexta-feira, já dava os primeiros passos para realizá-lo. Ela fazia aulas de dança perto de casa no Alemão, onde nasceu. Determinada, seguia o treinamento à risca, mas não se descuidava da escola. Aluna do 3° ano do ensino fundamental num colégio particular em Ramos, também gostava de escrever. Tirou nota máxima na última redação, que fez sobre células-tronco. Ela foi enterrada no Cemitério de Inhaúma, neste domingo.

— Minha neta tirou dez, ela não gostava de tirar notas sete ou oito. Era uma menina muito estudiosa — ressaltou seu avô, Aílton Félix.

Ágatha era o orgulho da família. Esforçada, estava aprendendo a falar inglês e já compartilhava o que já sabia com os parentes.

— Eu estou com 28 anos, e ela estava me ensinando inglês — lembrou o tio Cristian Sales, muito emocionado durante o enterro.

Professores do Colégio Ceros, onde a criança estudava, estão de luto. A unidade lamentou a morte e informou que não funcionará hoje "em respeito à família e à memória da vítima".

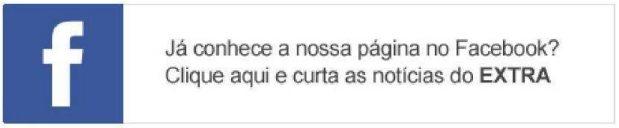
Filha única, a rotina de Ágatha era sempre junto com a família. Morava com os pais e muito perto dos avós e dos primos, com quem tinha muita proximidade. A mãe, secretária, e o pai, dono de uma loja de

ração no Alemão, também nasceram na comunidade.

— Deus a levou agora porque ela não merece ficar nesse mundo. Menina pura, obediente, não xingava palavrões, obedecia ao pai e aos tios. Era um anjo e agora vai obedecer a Deus — desabafou o avô.



Adicione este número: 21 99644-1263 ao seu WhatsApp e mande uma mensagem com seu nome completo e lugar onde mora e data de nascimento. O sigilo é total. Envie denúncias, informações fotos e vídeos de onde estiver.



Receba a newsletter do Extra
RAIO-X DAS NOTÍCIAS

Digite seu e-mail Cadastrar

Li e concordo com os Termos de Uso e Politica de Privacidade.

© 2006 - 2023 Todos os direitos reservados a Editora Globo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuição sem prévia autorização.

Anexo G – Reportagem do Jornal Extra: Morte da menina Ágatha Felix continua repercutindo no meio político. Publicada em 23/09/2019 as 13:14

EXTRA

Morte da menina Ágatha Felix continua repercutindo no meio político

Por: Aline Macedo em 23/09/19 13:14

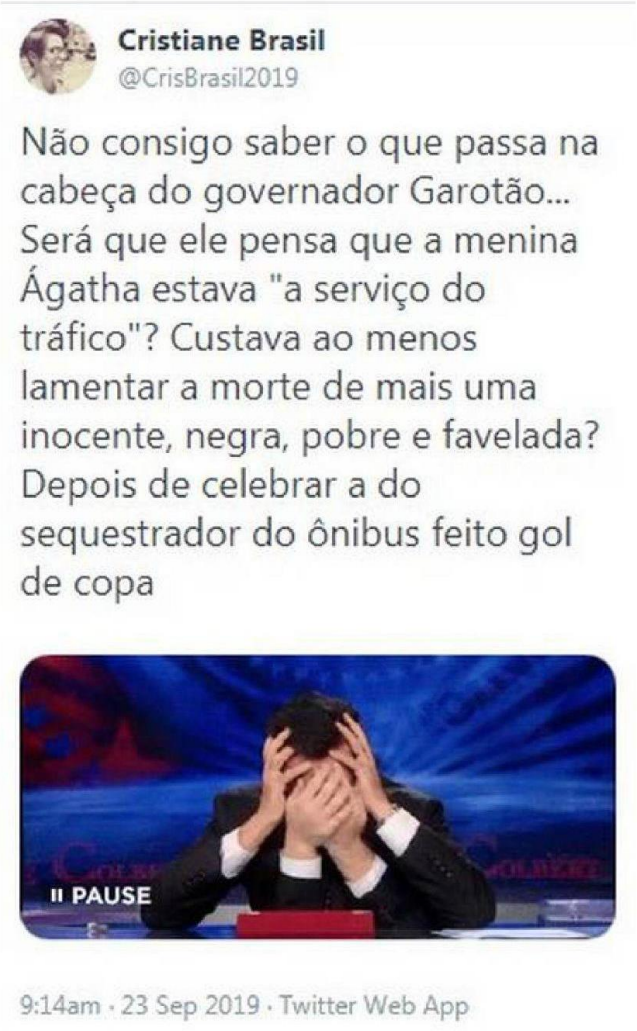


Manifestação pela morte de Ágatha Vitoria Felix Foto: Bruno Kaiuca / Agência O Globo

Políticos do Rio de Janeiro — incluindo alguns sem mandato atualmente — usaram as redes sociais para lamentar a morte da menina Ágatha Felix, assassinada na noite de sexta-feira (20) por um tiro de fuzil nas costas. O colégio onde a garota de 8 anos estudava está fechado em sinal de luto; em setembro, ela só foi uma vez ao centro de danças onde fazia balé por causa de operações policiais.

O governador Wilson Witzel (PSC) marcou uma coletiva para logo mais, às 14h, para falar sobre o assunto. Ele não se manifestou em suas redes sociais.

A ex-deputada federal Cristiane Brasil (PTB) usou o apelido dado pelo prefeito Marcelo Crivella (PTB) ao ex-juiz para criticar o silêncio sobre o ocorrido.



Cristiane Brasil fala sobre a morte de Ágatha Foto: Reprodução / Twitter

O vice-governador Cláudio Castro (PSC) não falou sobre o assunto; em compensação, publicou uma série de tuítes comemorando a queda de 21% de homicídios dolosos em 2019. "No acumulado desde janeiro, foram registradas 2.717 vítimas, o menor número para o período desde 2013. Foi registrada uma redução de 789 mortes na soma de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte desde o início do ano e queda de 3% nas mortes por intervenção de agente do Estado", escreveu.



Tuíte do vice-governador Cláudio Castro (PSC) Foto: Reprodução / Twitter

O deputado estadual Waldeck Carneiro (PT) e seu ex-colega Geraldo Pudim, atual secretário geral da mesa diretora, estabeleceram relações com a população LGBT. Um lembrou que, no domingo (22), aconteceu a parada de Copacabana, enquanto o outro questionou o discurso da "preservação da família".



O deputado Waldeck Carneiro (PT) fala sobre a morte de Ágatha Foto: Reprodução / Twitter



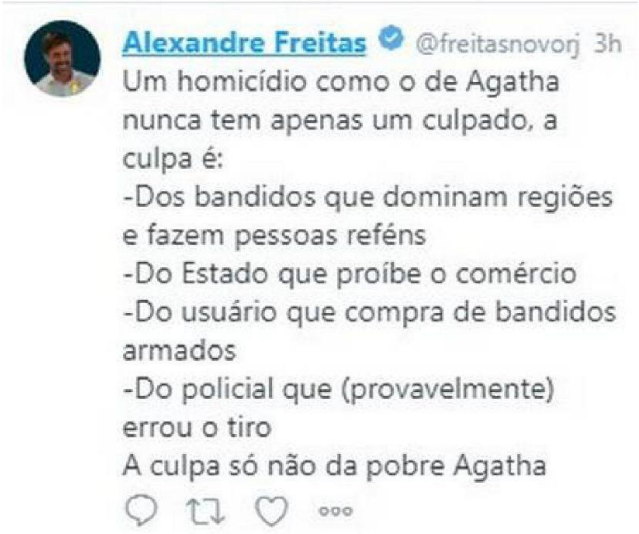
Manifestação do ex-deputado Geraldo Pudim (MDB) Foto: Reprodução / Twitter

Alexandre Knoploch (PSL) contou ter uma filha da mesma idade de Ágatha, e direcionou suas críticas a usuários de drogas.



Alexandre Knoploch (PSL) fala sobre Ágatha Foto: Reprodução / Twitter

O colega Alexandre Freitas (Novo), por outro lado, distribuiu a culpa também ao Estado por proibir o comércio de entorpecentes — ressaltando, no entanto, a inocência da menina.



Manifestação do deputado Alexandre Freitas Foto: Reprodução / Twitter

Já os deputados federais Alessandro Molon (PSB) e Marcelo Freixo (PSOL) focaram na política de segurança. O primeiro chamou de "aberração" o disparo de tiros contra suspeitos em fuga, enquanto o último entrou em confronto com o ministro Sérgio Moro, falando sobre a proposta de expansão da excluente de ilicitude no pacote anticrime que tramita na Câmara dos Deputados.



Alessandro Molon (PSB) fala sobre segurança pública Foto: Reprodução / Twitter



Marcelo Freixo (PSOL) questiona o pactote anticrime Foto: Reprodução / Twitter

O vereador Reimont (PT) usou fotos do governador para tecer sua crítica. Em uma delas, Witzel empunha um fuzil; em outra, aparece comemorando ao descer de helicóptero na Ponte Rio-Niterói; e a última é da campanha, quando foi quebrada a placa em homenagem à vereadora assassinada Marielle Franco (PSOL).


Vereador Reimont
@Reimont
Desde que assumiu o governo, a política de segurança assassina de Witzel já baleou 16 crianças. Uma máquina de morte sem freio. E, desde ontem, nem uma única palavra sobre a menina Agatha. O que você tem a dizer, governador?
#WitzelGenocida
4:24pm · 22 Sep 2019 · Twitter for iPhone
3 Replies 6 Retweets 23 Likes

Tuíte do vereador Reimont (PT)



© 2006 - 2023 Todos os direitos reservados a Editora Globo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuição sem prévia autorização.

Anexo H – Reportagem do Jornal Extra: Questionamentos sobre morte de menina no Alemão seguem sem esclarecimentos da PM. Publicada em 22/09/2019 às 15:50 e atualizada às 16:54

EXTRA Casos de Polícia

22/09/19 15:50 22/09/19 16:54

Questionamentos sobre morte de menina no Alemão seguem sem esclarecimentos da PM



Tristeza: Elias César, tio de Ágatha, chora na porta do IML Foto: Pedro Teixeira / Agência O Globo

Giovanni Mourão

Criticada por especialistas, artistas e políticos, a ação da Polícia Militar que resultou na morte da menina **Ágatha** Vitória Sales Félix, de 8 anos, no **Complexo do Alemão**, permanece com inúmeras perguntas sem respostas. Apesar do resultado trágico da ação, o governo estadual afirmou, em nota enviada ontem, que o trabalho da polícia "segue protocolos rígidos de execução, sempre com a preocupação de preservar vidas".

No entanto, até o momento, o Estado ainda não se pronunciou acerca do que, de fato, ocorreu no local: contrastando com a versão da **PM** — que diz ter sido atacada por traficantes — moradores alegam que não havia troca de tiros entre policiais e traficantes na comunidade e, portanto, a rua estava movimentada. O governo também ainda não informou se trocar tiros com suspeitos em fuga é o procedimento mais indicado mesmo em uma rua cheia de inocentes.

Caso Ágatha: Bala encontrada em corpo vai permitir comparação com armas de PMs

Também contrariando a versão dada pelos moradores, a Polícia Miitar diz que os agentes de segurança foram atacados por traficantes e, por isso, revidaram. Mas ainda não se sabe quantos policiais militares participaram da troca de tiros, quantos atiraram e nem se o tiro que atingiu a menina partiu de um fuzil.

A corregedoria da PM informa que abriu um **Inquérito Policial Militar** (IPM) para apurar a ação dos policiais envolvidos no episódio, sem detalhar quantos policiais responsáveis pelo patrulhamento da

região serão ouvidos pela **Delegacia de Homicídios** (DH).

Outras perguntas que permanecem abrindo margem para dúvidas são a respeito da troca de tiros alegada pela PM: ainda não foi esclarecido se algum tiro supostamente disparado por traficantes acertou alguma viatura, e nem quantas viaturas haviam no local.

No sábado, Também contrariando a versão dada pelos moradores, a Polícia Miitar diz que os agentes de segurança foram atacados por traficantes e, por isso, revidaram. Mas ainda não se sabe quantos policiais militares participaram da troca de tiros, quantos atiraram e nem se o tiro que atingiu a menina partiu de um fuzil.

A PM ainda não informou se o agente responsável pelo disparo já foi identificado, se foi aberto **Inquérito Policial Militar** (IPM) para averiguar o caso e nem quantos policiais responsáveis pelo patrulhamento da região serão ouvidos na **Delegacia de Homicídios** (DH).

Outras perguntas que permanecem abrindo margem para dúvidas são a respeito da troca de tiros alegada pela PM: ainda não foi esclarecido se algum tiro supostamente disparado por traficantes acertou alguma viatura, e nem quantas viaturas haviam no local.

Ontem, o porta-voz da PM, coronel **Mauro Fliess** , disse ao "RJTV" que os números de homicídios estão em queda e, portanto, o estado "não vai recuar" no protocolo hoje seguido pela corporação.

Até a publicação deste texto, a assessoria de imprensa da PM ainda não havia respondido aos questionamentos da reportagem.

Uso de helicópteros

Marcus Vinícius Braga, secretário de Polícia Civil, revelou no dia 20 de agosto, detalhes do protocolo sigiloso da instituição para uso de helicópteros em operações da corporação. No último dia 8 de agosto, a Secretaria de Polícia Civil do Rio aprovou um manual operacional de uso das aeronaves da Coordenadoria de Recursos Especiais (Core), cujo conteúdo não foi revelado.

A aprovação foi publicada no Diário Oficial e assinada pelo secretário, que atribuiu grau secreto ao documento. Isso significa que o sigilo tem validade de 15 anos. O acesso é restrito a quem participou de sua elaboração, ao secretário e autoridades acima dele, como o governador Wilson Witzel.

Receba a newsletter do Extra
RAIO-X DAS NOTÍCIAS
Digite seu e-mail Cadastrar
Li e concordo com os Termos de Uso e Politica de Privacidade.

© 2006 - 2022 Todos os direitos reservados a Editora Globo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuição sem prévia autorização.

Anexo I – Reportagem do Jornal Extra: Caso Ágatha: advogado diz que motorista que dirigia kombi que levava menina está se sentindo ameaçado. Publicada em 25/09/2019 às 14:28 e atualizada às 15:42

EXTRA Casos de Polícia

25/09/19 14:28 25/09/19 15:42

Caso Ágatha: advogado diz que motorista que dirigia kombi que levava menina está se sentindo ameaçado



A menina Agatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, não resistiu aos ferimentos e morreu na madrugada de sábado Foto: Agência O Globo

Diego Amorim

O advogado Rodrigo Mondego, que integra a Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ, afirmou, na manhã desta quarta-feira, que José Carlos Soares, o motorista que dirigia a Kombi onde estava a menina Ágatha Vitória Sales Félix, de 8 anos, no momento em que ela foi baleada, contou estar se sentindo ameaçado.

— A gente pode adiantar que o motorista está se sentindo ameaçado — afirmou o advogado, sem dar mais detalhes.

De acordo com ele, a família confia no trabalho da Delegacia de Homicídios da Capital (DH/Capital), na Barra da Tijuca. Ainda segundo Mondego, a família "refuta com veemência" a versão de tiroteio no horário em que a menina foi atingida, no Complexo do Alemão.

— Acreditamos que eles (Polícia Civil) possam fazer um bom trabalho para solucionar de onde partiu o tiro que vitimou a Ágatha. Todas as testemunhas já foram ouvidas e dizem que não houve tiroteio naquele local. Todas estão com muito receio, e existe sempre o medo de alguma delas ter algum tipo de

ameaça. Quatro familiares dela (Ágatha) também já foram ouvidos — disse Mondego, que complementou que irá divulgar uma nota oficial até o fim da tarde desta quarta-feira.

Mondego também destaca que a família não sabe quem atirou em Ágatha, apenas que o disparo partiu da direção onde estavam os policiais militares. Segundo ele, a mãe de Ágatha viu, pelo menos, dois PMs no momento em que houve o tiro.

— A bala pode ter saído de uma briga de bar, do marido tentando matar a mulher, pode ter partido de um marginal ou de um policial. Mas eles afirmam que não havia confronto naquele momento. A mãe diz que o tiro veio da direção de onde tinham policiais. Até agora, não existe a certeza de que partiu de um policial, mas sim, que veio da direção de onde eles estavam na hora em que não havia confronto — diz Mondego.

Vanessa Félix e Adegilson Lima, pais da menina, estão sendo ouvidos nesta quarta-feira. Eles chegaram às 10h30. Fuzis e pistolas utilizados por policiais militares que patrulhavam a região da Fazendinha, no Complexo do Alemão, na noite em que a menina foi baleada, foram levadas para a perícia nesta quarta-feira. Agentes da DH levaram as armas e saíram por volta das 9h30m da sede da especializada.

O laudo que indicará o calibre da arma usada na ocasião do crime é aguardado para esta quarta-feira. Por volta de 9h30 desta quarta, policiais civis deixaram a delegacia carregando três fuzis e duas pistolas. Segundo eles, as armas seriam levadas para a perícia. A polícia admitiu a dificuldade deste trabalho por causa do tamanho dos fragmentos encontrados no corpo da menina, todos pequenos. Há a possibilidade da bala ter colidido com algum obstáculo e se rompido antes de atingir a vítima. Ágatha estava dentro de uma Kombi quando foi atingida pelo tiro.

Receba a newsletter do Extra

RAIO-X DAS NOTÍCIAS

Digite seu e-mail Cadastrar

Li e concordo com os Termos de Uso e Politica de Privacidade.

© 2006 - 2023 Todos os direitos reservados a Editora Globo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuição sem prévia autorização.

Anexo J – Reportagem do Jornal Extra: Mãe de Kauan, morto na Baixada, se solidariza com pais de Ágatha Félix e ainda espera respostas do crime. Publicada em 26/09/2019 às 19:06

EXTRA Casos de Polícia

26/09/19 06:00

Mãe de Kauan, morto na Baixada, se solidariza com pais de Ágatha Félix e ainda espera respostas do crime



Luciana quer criar ONG com atividades para crianças e adolescentes Foto: Cléber Júnior / Agência O Globo

Cíntia Cruz

Cada notícia de criança baleada que Luciana Pimenta assiste faz com que ela volte ao dia 16 de março deste ano, quando seu filho, Kauan Peixoto, de 12 anos, morreu após ser atingido por dois disparos ao sair para comprar um lanche na Chatuba, em Mesquita, na Baixada Fluminense. Ao ver a repercussão da morte da menina Ágatha Félix, de 8 anos, no Complexo do Alemão, Luciana sentiu, além de tristeza, angústia por continuar sem respostas para o assassinato do filho, quase sete meses após o crime. Segundo reportagem do jornal O Globo, a Polícia Civil ainda não chegou à autoria de nenhuma das cinco mortes de crianças em 2019.

— Toda vez que o advogado entra em contato com a delegacia, dizem que as investigações estão em andamento. É um peso que carrego todos os dias. A gente acorda, liga a TV e é mais uma criança. Isso se repete o tempo inteiro — desabafa Luciana.

A mulher mora com os outros três filhos no bairro Nova Cidade, em Nilópolis. Com eles, tenta retomar a rotina após a tragédia:

— A gente sobrevive. Tem horas em que a ficha cai, aí bate aquela tristeza. Mas a gente tem que continuar sobrevivendo. Eu prometi a ele que sobreviveria.



Kauan Peixoto completaria 13 anos neste mês Foto: Reprodução / Extra

Desde que Kauan morreu, Luciana começou a participar de movimentos sociais com outras mães que tiveram seus filhos mortos. Tem frequentado eventos, reuniões e se solidariza com a dor de outras famílias.

— Nessas horas, não existem palavras que consolem o coração de uma mãe que perdeu um filho como perdemos. Mas diria à mãe da Ágatha que tenha força e que transforme o luto em luta, com ajuda de outras mães que tenham passado pelo mesmo.

Kauan passava o fim de semana com o pai, na Chatuba, e tinha ido comprar um lanche, quando foi alvejado. Luciana disse que o laudo do IML confirmou que um dos tiros acertou um dos pulmões do menino. A Polícia Civil não confirma. Questionada sobre as investigações, disse apenas que a Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBF) continua investigando o crime.



Quase sete meses após o crime, Luciana, mãe de Kauan Peixoto, ainda espera respostas Foto: Cléber Júnior / Agência O Globo

ONG para crianças

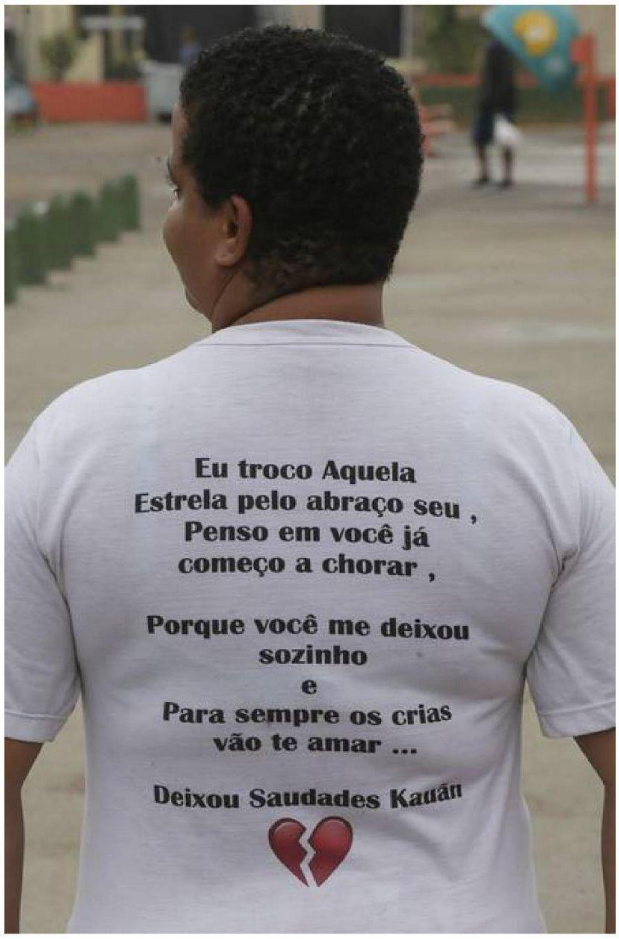
Kauan Peixoto completaria 13 anos no dia 9 deste mês. O estudante sonhava ser policial militar. Quase sete meses depois de sua morte, Luciana Pimenta pretende colocar em prática a promessa que fez ao menino no dia em que ele foi sepultado, em Nilópolis: criar uma ONG.

— No dia em que ele foi sepultado, fiz essa promessa de contribuir para que outras mães não passem por isso. É o meu projeto. Acho que se as crianças e jovens estiverem dentro de um espaço praticando esportes, fazendo cursos, vão estar mais seguros. A polícia vai ter mais cuidado para entrar nessas comunidades — conta Luciana.

A ideia é que a ONG tenha aulas de dança, esportes e cursos para crianças e adolescentes. Inicialmente, vai funcionar no bairro Nova Cidade, em Nilópolis, onde a família vive, mas ela pretende expandir:

— Estou buscando parcerias. Minha ideia é, futuramente, levar essa ONG para outras comunidades. Toda minha luta é por ele.

Voluntários que queiram doar computadores ou participar da ONG, como professores, podem fazer contato pelo email luciana2018.feilmorenalinda@gmail.com.



Luciana se solidariza com a familiares de crianças mortas em comunidades Foto: Cléber Júnior / Agência O Globo

© 2006 - 2022 Todos os direitos reservados a Editora Globo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuição sem prévia autorização.

Anexo K – Notícia do Alma Preta Jornalismo: Em São Paulo, movimento negro organiza ato contra assassinato de Ágatha Félix. Publicada em 21/09/2019 às 16:29

APOIE

COTIDIANO / Sábado, 21 Setembro 2019 16:29

Em São Paulo, movimento negro organiza ato contra assassinato de Ágatha Félix

Ágatha Vitória Sales Felix morreu após ser baleada por um policial militar da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Rio de Janeiro; manifestação acontece no dia de memória do sétimo dia do assassinato da criança

Texto / Nataly Simões | **Edição** / Pedro Borges | **Imagem** / Reprodução

Na cidade de São Paulo, entidades do movimento negro planejam para a próxima sexta-feira, 27 de setembro, um ato em protesto ao assassinato de Ágatha Vitória Sales Felix, de oito anos, no Complexo do Alemão, Zona Norte do Rio de Janeiro.

A manifestação ocorre a partir das 18h, na Avenida Paulista, em frente ao vão livre do MASP. A data foi escolhida por ser o sétimo dia do assassinato da criança.

O objetivo é manifestar repúdio às políticas de segurança pública adotadas pelo governo de Wilson Witzel. Ágatha é a quinta criança morta em função da violência no Rio de Janeiro neste ano. Para o movimento, as ações realizadas pela polícia nas favelas corroboram com o genocídio da população negra e pobre.

De acordo com dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, a polícia nunca matou tanto quanto em 2019. De janeiro a agosto, foram registrados 1.249 casos. A média é de cinco mortes por dia.

O assassinato

Ágatha Vitória Sales Felix morreu na noite de sexta-feira, 20 de setembro, após ser baleada quando estava dentro de uma kombi com o avô, Ailton Felix, na comunidade do Fazendinha. Ela chegou a ser levada para a UPA do Complexo do Alemão e transferida para o Hospital Getúlio Vargas, mas não resistiu aos ferimentos.

De acordo com moradores, o autor do disparo seria um policial militar da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). O PM teria suspeitado de um motociclista que passava no local e o tiro acertou a criança.

Em comunicado, a Coordenadoria da UPP afirmou que abrirá um procedimento apuratório para verificar todas as circunstâncias da ação. Na manhã deste sábado, 21 de setembro, a hashtag #ACulpaÉDoWitzel se tornou um dos assuntos mais comentados do Brasil no Twitter. Moradores do Complexo Alemão, também neste sábado, realizaram uma manifestação pacífica contra a morte da criança e para pedir paz na região.

Serviço:

Local: MASP, Avenida Paulista

Horário: 18h

Link para mais informações aqui

Apoie jornalismo preto e livre!

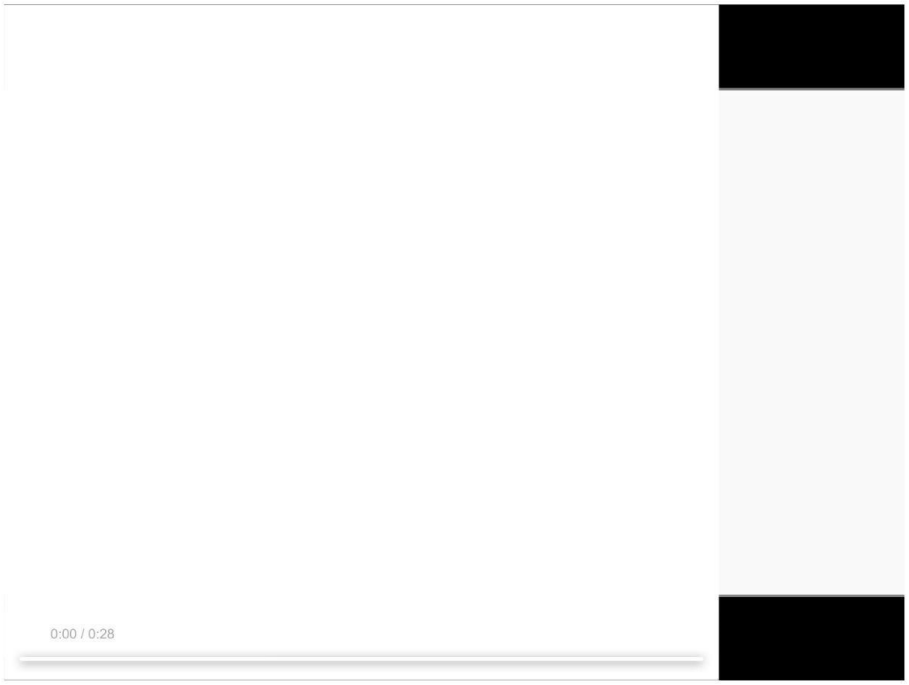
O funcionamento da nossa redação e a produção de conteúdos dependem do apoio de pessoas que acreditam no nosso trabalho. Boa parte da nossa renda é da arrecadação mensal de financiamento coletivo e de outras ações com apoiadores.

Todo o dinheiro que entra é importante e nos ajuda a manter o pagamento da equipe e dos colaboradores em dia, a financiar os deslocamentos para as coberturas, a adquirir novos equipamentos e a sonhar com projetos maiores para um trabalho cada vez melhor.

O resultado final é um jornalismo preto, livre e de qualidade.

Acesse aqui e apoie a Alma Preta Jornalismo

Anterior Próximo



Apoie Black Stories Contato

NEWSLETTER

Fique por dentro de tudo que acontece. Se inscreva e receba nossas notícias toda semana.

Email

RECEBER

VÍDEOS









Apoie Black Stories Contato

Anexo L – Reportagem do Alma Preta Jornalismo: “Favelas do Rio de Janeiro vivem uma política de extermínio”, afirma morador do Complexo do Alemão. Publicada em 23/09/2019 às 10:00

APOIE

COTIDIANO / Segunda, 23 Setembro 2019 10:00

“Favelas do Rio de Janeiro vivem uma política de extermínio”, afirma morador do Complexo do Alemão

Ativistas e moradores do Complexo do Alemão avaliam que o assassinato de Ágatha Felix, de apenas oito anos, evidencia a política de morte no Rio de Janeiro

Texto / Nataly Simões | **Edição** / Pedro Borges | **Imagem** / Acervo pessoal

Em clima de revolta e grande comoção, o corpo de Ágatha Felix, de oito anos, foi enterrado no domingo, 22 de setembro, no cemitério de Inhaúma, na Zona Norte do Rio de Janeiro. A menina morreu após ser baleada por um policial da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), na comunidade do Fazendinha, no Complexo do Alemão.

Ela foi a 16ª criança vítima da violência armada neste ano no estado e a quinta que não resistiu aos ferimentos. Os números foram levantados pela plataforma Fogo Cruzado.

Ativistas e moradores do Complexo do Alemão consideram que a morte de Ágatha é uma das consequências da política de segurança pública do governo de Wilson Witzel.

Thamyra Thâmara, moradora e criadora de projetos sociais no Complexo do Alemão, destaca que a violência nas operações policiais se intensificaram na atual gestão.

“Assim como em vários segmentos da sociedade, o racismo sempre esteve presente nas forças policiais. O que acontece hoje é um discurso assumido do governador Witzel de que as pessoas que moram na favela não valem nada e por isso a polícia pode atirar a vontade”, afirma.

Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, a polícia nunca matou tanto quanto em 2019. De janeiro a agosto, foram registrados 1.249 casos. A média é de cinco mortes por dia.

Thainã de Medeiros, integrante do coletivo Papo Reto (formado por jovens moradores do Complexo do Alemão e da Penha), avalia que as favelas do Rio de Janeiro vivem uma política de extermínio.

“É uma política onde a polícia atira primeiro e depois pergunta se a pessoa baleada era inocente ou não. Temos a polícia que mais mata no Brasil e as estatísticas comprovam essa fatalidade”, defende.

O assassinato

Ágatha Felix morreu na noite de sexta-feira, 20 de setembro, após ser baleada nas costas quando estava dentro de uma kombi, acompanhada da mãe e do avô na comunidade do Fazendinha. Ela chegou a ser levada para a UPA do Complexo do Alemão e transferida para o Hospital Getúlio Vargas, mas não resistiu aos ferimentos.

De acordo com moradores, o autor do disparo seria um policial militar da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). O PM teria suspeitado de um motociclista que passava no local e o tiro acertou a criança.

Em comunicado, a Polícia Militar informou que equipes da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foram atacadas de várias localidades da comunidade do Fazendinha de forma simultânea. Os policiais teriam revidado aos ataques, gerando um confronto que vitimou Ágatha. A Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) abriu um inquérito para apurar todas as circunstâncias da ação.

A Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro, vinculada à Secretaria de Polícia Civil, ouviu os familiares da vítima no sábado, 21 de setembro, e informou que novas testemunhas vão prestar depoimento na segunda-feira, dia 23. As armas dos policiais militares envolvidos no crime e o projétil extraído do corpo da criança foram enviados para perícia.

Repercussão

Ainda no sábado, 21 de setembro, a hashtag #ACulpaÉDoWitzel se tornou um dos assuntos mais comentados do Brasil no Twitter. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) divulgou uma nota onde critica a política de segurança pública do governo de Wilson Witzel.

Para o OAB-RJ, a política adotada por Witzel "afronta os parâmetros básicos de civilidade". "A morte de Ágatha evidencia mais uma vez que as principais causas dessa política de segurança pública, sem inteligência e com precisão no confronto, são pessoas negras, pobres e mais desassistidas pelo Poder Público", diz o comunicado.

No domingo, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, usou sua conta no Twitter para lamentar a morte da menina. "Qualquer pai e mãe consegue se imaginar no lugar da família da Ágatha e sabe o tamanho dessa dor", escreveu.

O parlamentar ainda defendeu "uma avaliação muito cuidadosa e criteriosa sobre o excludente de ilicitude", medida do pacote anticrime proposto pelo Ministro da Justiça, Sérgio Moro. O item, do pacote em tramitação na Câmara, propõe que agentes policiais, que cometam homicídios, não sejam punidos se alegarem legítima defesa.

Protestos

Moradores do Complexo do Alemão foram às ruas no sábado, 21 de setembro, para protestar contra a morte de Ágatha Felix e pelo fim das operações policiais na região, que na última semana resultaram em seis mortes.

Nesta segunda-feira, 23 de Setembro, ocorre outra manifestação em memória da menina e contra a violência que atinge as favelas do Rio de Janeiro. O ato será na Alerj, a partir das 17h.

Em São Paulo, o movimento negro fará um ato na sexta-feira, 27 de setembro, na Avenida Paulista. Neste dia, a morte de Ágatha completa sete dias. Os manifestantes sustentam que ações realizadas pela polícia nas favelas corroboram com o genocídio da população negra e pobre.

Apoie jornalismo preto e livre!

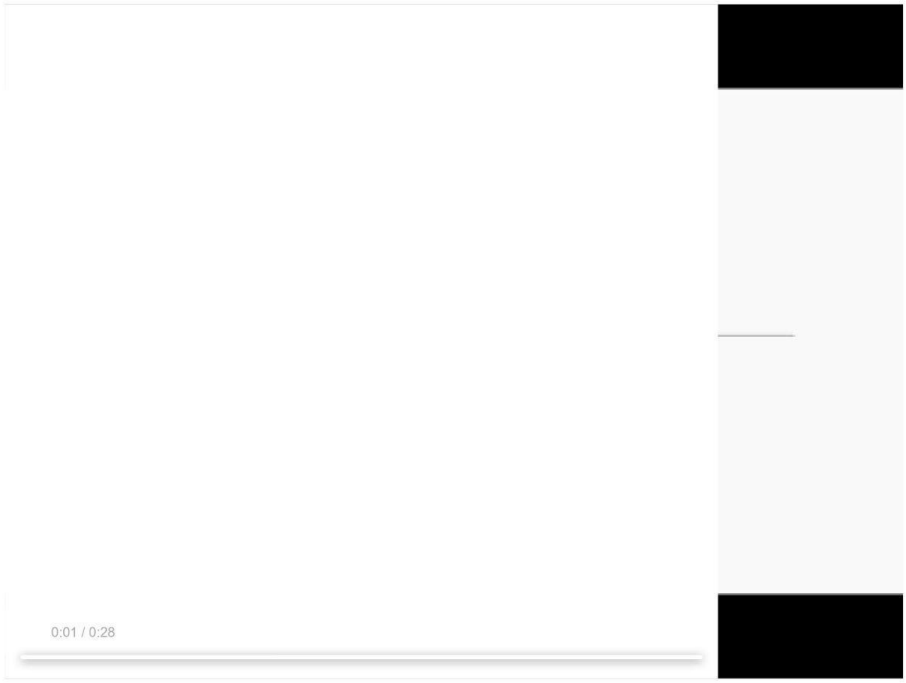
O funcionamento da nossa redação e a produção de conteúdos dependem do apoio de pessoas que acreditam no nosso trabalho. Boa parte da nossa renda é da arrecadação mensal de financiamento coletivo e de outras ações com apoiadores.

Todo o dinheiro que entra é importante e nos ajuda a manter o pagamento da equipe e dos colaboradores em dia, a financiar os deslocamentos para as coberturas, a adquirir novos equipamentos e a sonhar com projetos maiores para um trabalho cada vez melhor.

O resultado final é um jornalismo preto, livre e de qualidade.

Acesse aqui e apoie a Alma Preta Jornalismo

Anterior Próximo



Fique por dentro de tudo que acontece. Se inscreva e receba nossas notícias toda semana.

Email

RECEBER

VÍDEOS

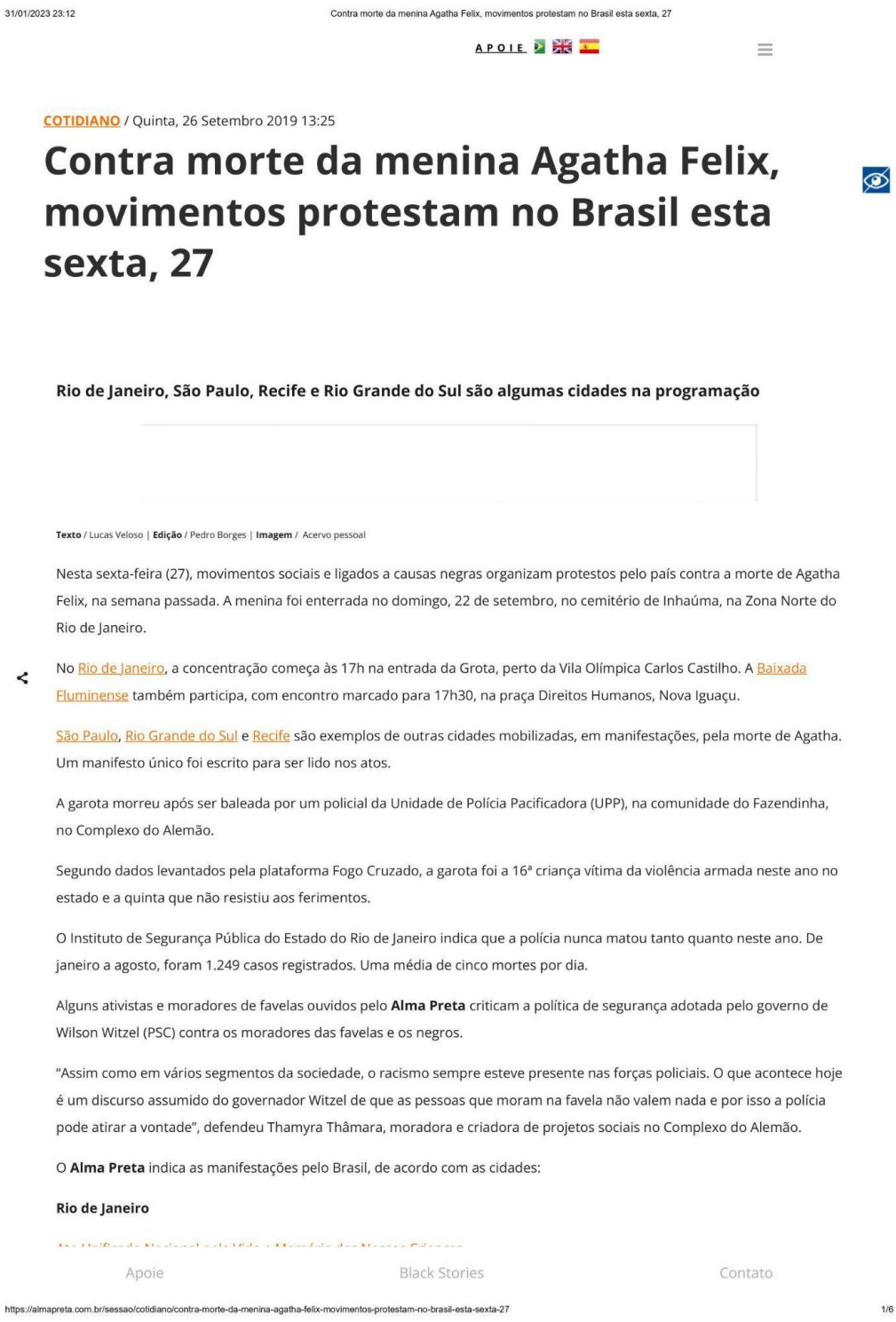








Anexo M – Notícia do Alma Preta Jornalismo: Contra morte da menina Agatha Felix, movimentos protestam no Brasil esta sexta, 27. Publicada em 26/09/2019 às 13:25



31/01/2023 23:12 Contra morte da menina Agatha Felix, movimentos protestam no Brasil esta sexta, 27

APOIE

COTIDIANO / Quinta, 26 Setembro 2019 13:25

Contra morte da menina Agatha Felix, movimentos protestam no Brasil esta sexta, 27

Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Rio Grande do Sul são algumas cidades na programação

Texto / Lucas Veloso | **Edição** / Pedro Borges | **Imagem** / Acervo pessoal

Nesta sexta-feira (27), movimentos sociais e ligados a causas negras organizam protestos pelo país contra a morte de Agatha Felix, na semana passada. A menina foi enterrada no domingo, 22 de setembro, no cemitério de Inhaúma, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, a concentração começa às 17h na entrada da Grota, perto da Vila Olímpica Carlos Castilho. A Baixada Fluminense também participa, com encontro marcado para 17h30, na praça Direitos Humanos, Nova Iguaçu.

São Paulo, Rio Grande do Sul e Recife são exemplos de outras cidades mobilizadas, em manifestações, pela morte de Agatha. Um manifesto único foi escrito para ser lido nos atos.

A garota morreu após ser baleada por um policial da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), na comunidade do Fazendinha, no Complexo do Alemão.

Segundo dados levantados pela plataforma Fogo Cruzado, a garota foi a 16ª criança vítima da violência armada neste ano no estado e a quinta que não resistiu aos ferimentos.

O Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro indica que a polícia nunca matou tanto quanto neste ano. De janeiro a agosto, foram 1.249 casos registrados. Uma média de cinco mortes por dia.

Alguns ativistas e moradores de favelas ouvidos pelo **Alma Preta** criticam a política de segurança adotada pelo governo de Wilson Witzel (PSC) contra os moradores das favelas e os negros.

"Assim como em vários segmentos da sociedade, o racismo sempre esteve presente nas forças policiais. O que acontece hoje é um discurso assumido do governador Witzel de que as pessoas que moram na favela não valem nada e por isso a polícia pode atirar a vontade", defendeu Thamyra Thâmara, moradora e criadora de projetos sociais no Complexo do Alemão.

O **Alma Preta** indica as manifestações pelo Brasil, de acordo com as cidades:

Rio de Janeiro

Apoie Black Stories Contato

https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/contra-morte-da-menina-agatha-felix-movimentos-protestam-no-brasil-esta-sexta-27 1/6

Baixada Fluminense

Ato por Àgatha,pelo Direito à Vida e contra o Genocídio Negro

Recife

[RECIFE] Ato Unificado pela Vida e contra o genocídio! Agatha

São Paulo

Ato por Ágatha Félix, pela vida e contra o genocídio negro

Rio Grande do Sul

Ato Por Ágatha Pela Vida Fim do Genocídio do POVO NEGRO

Confira o manifesto na íntegra:

Justiça para Agatha! Queremos o fim do genocídio do povo negro!

Foi um tiro de fuzil pelas costas que apagou o sorriso de Ágatha Felix

Ágatha Felix, de 8 anos, foi assassinada com um tiro de fuzil nas costas no dia 20 de setembro no Complexo do Alemão, uma das maiores favelas do Rio de Janeiro, no Brasil. Ágatha, há uma semana não está entre nós, há uma semana perdeu a vida por causa da falsa guerra às drogas, por causa da polícia que nos vê apenas como o corpo inimigo. Mas, nós, mães, familiares, moradores de favelas periferias e apoiadores do Brasil e do mundo estamos aqui pra dizer não a essa política racista, não ao assassinato de nossas crianças, de nossos jovens, de nosso povo negro, favelado e pobre.

A menina Ágatha, infelizmente, não foi a primeira a ser assassinada pela política de confronto nas favelas do Rio de Janeiro. Só este ano foram 17 crianças baleadas e 5 delas morreram por causa de um governo que todos os dias declara que a polícia deve invadir a favela e atirar. Por causa de um governador que, inclusive, comemora cada uma dessas mortes.

Nessa dita guerra às drogas, alguns até aceitam que helicópteros e caveirões sejam usados para dar tiro em escola de pretos e pobres. Não consideramos isso normal e nem aceitável! Não faz sentido continuarmos seguindo nossa vida como se nada estivesse acontecendo. Estamos morrendo. Nossas casas, famílias e amigos sendo violados cotidianamente por um Estado racista.

Nossa arma sempre foi a solidariedade e o apoio aos familiares de vítimas, mas as vítimas já chegaram a um número muito alto, são exatas 1.249 mortes. Nossas redes não estão dando conta de um ataque amplo, total e sistemático de um Estado que executa, elimina e desaparece com corpos pretos todos os dias. Nos dias de operações, sofremos um tipo de greve sem querer e de interdição ao direito à vida. Somos obrigados a ficar em casa e é impactante para nós que colocamos o sustento na mesa. Alguns ainda sofrendo com a possibilidade do desemprego, saem de casa para trabalhar mesmo diante de intenso conflito.

Se você quer estar junto com a gente e está vendo que estamos sofrendo com um intenso conflito irracional, pare de girar essa roda do capital neste dia. Se é patrão e/ou chefe de departamento, libere seu funcionário, poste em todas as redes sociais e contribua para o fortalecimento da luta contra o genocídio sistemático do povo negro. Basta de indignação apenas em discursos superficiais, precisamos de ações diretas para combater um Estado racista, classista e violador.

Convocamos a todes que se sensibilizam com a causa das favelas e do povo negro para que façam paralisações, manifestações, que gritem contra o genocídio a cada vez que uma operação é deflagrada dentro de nosso lugar de afeto, de vida, de cultura, que é a nossa favela. São necessárias medidas efetivas! Exigimos que parem as operações policiais em favelas e guetos nas periferias brasileiras. Exigimos o fim do genocídio do povo negro.

A nossa luta é pela sobrevivência do nosso povo, é pela chance de chegar em casa vivos depois de um dia e [illegible]. É

Salve São Cosme e São Damião, Viva os Erês! É pela vida de nossas crianças!!! Favela vive e resiste!!!

Apoie jornalismo preto e livre!

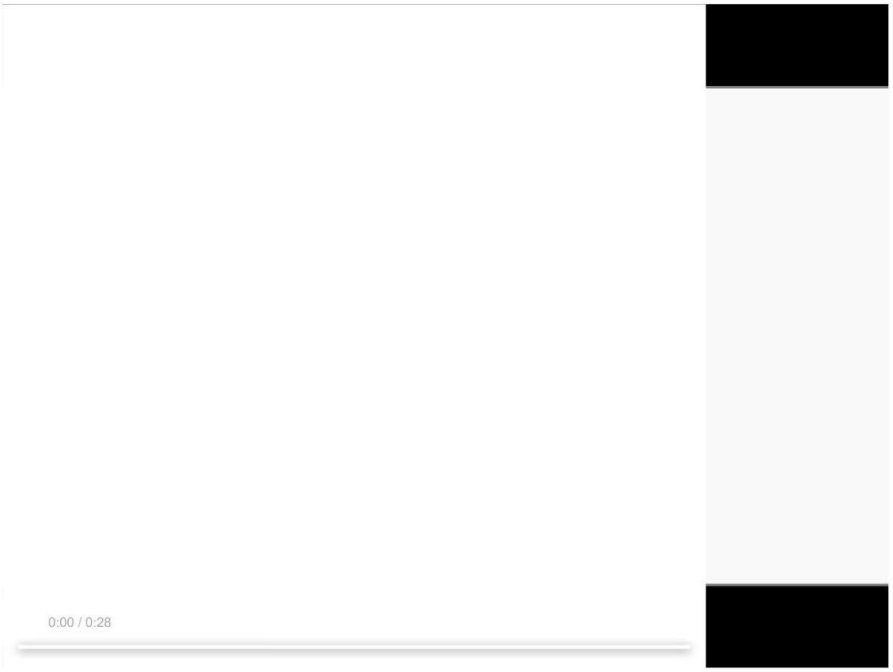
O funcionamento da nossa redação e a produção de conteúdos dependem do apoio de pessoas que acreditam no nosso trabalho. Boa parte da nossa renda é da arrecadação mensal de financiamento coletivo e de outras ações com apoiadores.

Todo o dinheiro que entra é importante e nos ajuda a manter o pagamento da equipe e dos colaboradores em dia, a financiar os deslocamentos para as coberturas, a adquirir novos equipamentos e a sonhar com projetos maiores para um trabalho cada vez melhor.

O resultado final é um jornalismo preto, livre e de qualidade.

Acesse aqui e apoie a Alma Preta Jornalismo

Anterior Próximo



NEWSLETTER

Fique por dentro de tudo que acontece. Se inscreva e receba nossas notícias toda semana.

Email

RECEBER

VÍDEOS









Apoie Black Stories Contato

Anexo N – Reportagem do Alma Preta Jornalismo: Pacote de Moro fará mais vítimas como Ágatha Felix, avalia deputado federal. Publicada em 25/09/2019 às 10:16

APOIE

Pacote de Moro fará mais vítimas como Ágatha Felix, avalia deputado federal

Câmara dos Deputados analisa a retirada do item sobre excludente de ilicitude do pacote de segurança pública; a medida reduz a punição, em casos específicos, para quem pratica crimes como homicídio

Texto / Nataly Simões | **Edição** / Pedro Borges | **Imagem** / Reprodução

O grupo de trabalho da Câmara dos Deputados, responsável pela análise do pacote de segurança pública apresentado pelo Ministro da Justiça, Sérgio Moro, discute nesta semana a retirada do item sobre excludente de ilicitude do texto. A medida reduz a punição, em casos específicos, para quem pratica crimes como homicídio.

Em reunião na terça-feira, 24 de setembro, os parlamentares falaram sobre a possibilidade de mudanças no texto do pacote e mencionaram, em diversos momentos, o assassinato de Ágatha Felix, de apenas oito anos, no Complexo do Alemão (RJ).

A atual legislação prevê o excludente de ilicitude em situações, por exemplo, de legítima defesa. O dispositivo pode ser usado por agentes de segurança e por qualquer cidadão, a depender do caso.

No caso do agente policial, o código penal brasileiro diz que ele pode tirar a vida de alguém se alegar legítima defesa "usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outro".

O projeto apresentado por Moro inclui a proposta de que a pena do crime de matar seja reduzida à metade ou, até mesmo, não aplicada, caso a legítima defesa decorra de "escusável medo, surpresa ou violenta emoção".

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) avalia que se o item sobre excludente de ilicitude for aprovado, o genocídio da população negra e pobre será legitimado pelo Estado.

"É uma licença para matar os negros e pobres. O pacote pode tirar a vida de mais inocentes como Ágatha Felix. O assassinato da menina é apenas mais um exemplo da violência policial", afirma. "A proposta de Moro também é um estímulo para a polícia atuar de forma mais agressiva e sem ser punida", acrescenta.

Segundo dados da 13ª edição do Anuário da Violência, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FPSP), 5.179 pessoas foram mortas por policiais militares e civis em serviço ou de folga, em 2017. No ano passado, o número de mortos subiu para 6.220. Entre as vítimas, 75,4% eram negros.

Presença do movimento negro

Integrantes do movimento negro acompanharam a reunião e levantaram cartazes em protesto ao pacote de segurança pública. A deputada federal Adriana Ventura (NOVO-SP) reclamou para a presidente do grupo de trabalho, a deputada

APOIE

Próximos passos

Os deputados voltam a discutir o item sobre excludente de ilicitude nesta quinta-feira, 25 de setembro. A expectativa é de que os parlamentares concluam a avaliação sobre o tema e decidam, em votação, se o item será retirado do texto.

A deputada federal Talíria Petrone (PSOL) espera que o grupo de trabalho que analisa o pacote de segurança pública não aprove o excludente de ilicitude. A parlamentar também classifica a medida como "uma licença para matar".

"Os deputados não podem aprovar essa medida que fere o direito à vida. É evidente que o excludente de ilicitude pode deixar mais corpos negros pelo caminho", pondera. "Em memória de Ágatha, continuaremos a fazer resistência", complementa.

Apoie jornalismo preto e livre!

O funcionamento da nossa redação e a produção de conteúdos dependem do apoio de pessoas que acreditam no nosso trabalho. Boa parte da nossa renda é da arrecadação mensal de financiamento coletivo e de outras ações com apoiadores.

Todo o dinheiro que entra é importante e nos ajuda a manter o pagamento da equipe e dos colaboradores em dia, a financiar os deslocamentos para as coberturas, a adquirir novos equipamentos e a sonhar com projetos maiores para um trabalho cada vez melhor.

O resultado final é um jornalismo preto, livre e de qualidade.

Acesse aqui e apoie a Alma Preta Jornalismo

Anterior Próximo